



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Gabriel Lima Simões

**“Isso não pode ser normal”:
A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho**

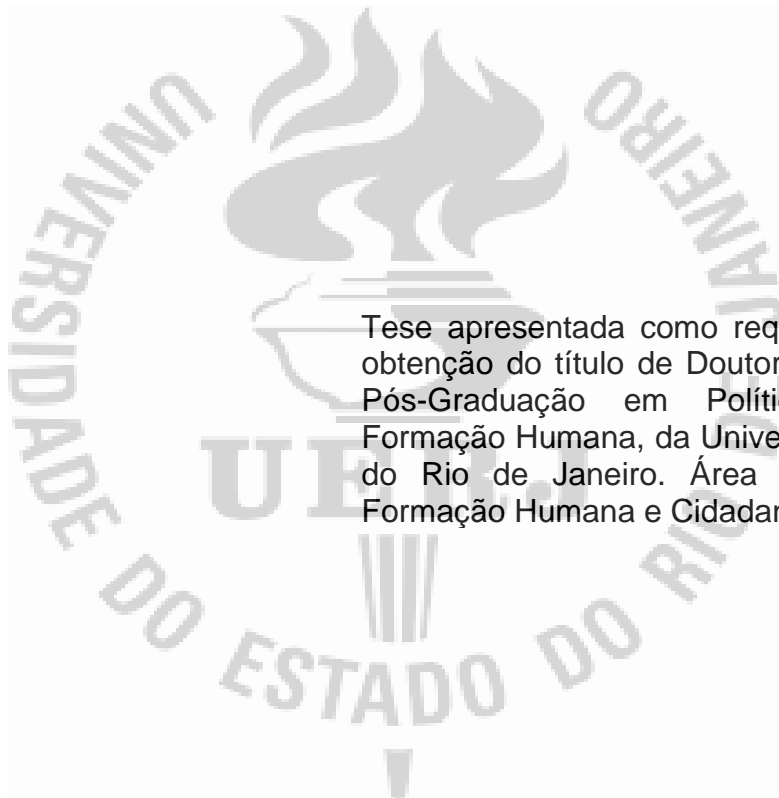
Rio de Janeiro

2021

Gabriel Lima Simões

“Isso não pode ser normal”:

A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estela Scheinvar

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S593	<p>Simões, Gabriel Lima. “Isso não pode ser normal”: A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho / Gabriel Lima Simões. – 2021. 170 f.</p> <p>Orientadora: Estela Scheinvar. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades.</p> <p>1. Formação humana – Teses. 2. Favela – Teses. 3. Racismo de estado – Teses. 4. Biopolítica – Teses. I. Scheinvar, Estela. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.</p>
bs	CDU 37.015

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gabriel Lima Simões

“Isso não pode ser normal”:

A vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 13 de agosto de 2021.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Estela Scheinvar (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Kátia Faria de Aguiar
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a Raphaella Fagundes Daros
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. Rafael Maul de Carvalho Costa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. André Luiz da Silva Lima
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que em algum momento da vida se sentiram excluídas por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos como normais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem construído uma família alicerçada em afeto, confiança e cumplicidade. Ao meu pai, alegria da casa, por todo o esforço para que seus três filhos tivessem condições de trilhar seus caminhos e realizar seus sonhos. À minha mãe, ponto de equilíbrio, por me transmitir o espírito da inquietude, da curiosidade e da ousadia para, sem medo, voar os voos mais altos. Ao meu irmão, referência, por fazer florescer em mim o desejo pelos estudos e pela certeza de que ele estaria sempre pronto pra me apoiar nas minhas escolhas. À minha irmã, minha parceira, por ser esse exemplo de dedicação, delicadeza e amor a tudo que abraça.

Agradeço muito à querida orientadora Estela Scheinvar por todo carinho e confiança. Obrigado por sua paciência didática de percorrer de mãos dadas comigo os vários processos de desconstrução que esse doutorado me proporcionou. É admirável sua capacidade de ouvir, entender e respeitar o modo singular como cada um dos seus orientandos vivencia o processo de pesquisa. Agradeço ainda por me presentear com um grupo de pesquisa tão fraterno.

Agradeço aos colegas de grupo de pesquisa por terem sido parceiros nos estudos e na vida. Gratidão por todas as trocas, debates, sugestões, risadas e brindes. Foi um privilégio experienciar com vocês um modelo de pós graduação que foge dos padrões normalizados que têm foco no produtivismo, em regras e prazos a cumprir e em noites mal dormidas.

Agradeço às membras da banca por aceitarem o convite para ler meus escritos e contribuir com esse meu processo formativo:

Ao Rafael Maul que traz consigo as experiências de militância e de estudos sobre as lutas contra às violências de Estado.

À Raphaella Daros que desde minha primeira semana de doutorado se tornou uma grande referência de estudo, a partir da sua excelente tese sobre as implicâncias e implicações do trabalho junto às favelas.

Ao André Lima, grande parceiro de trabalho que está sempre a compartilhar comigo as suas experiências de vida em favela e os seus estudos sobre governança em territórios em situação de vulnerabilidade.

À Katia Aguiar que sempre esteve presente em textos, aulas e conversas informais, me provocando deslocamentos e reanálises com seus comentários afiados e certos, sempre permeados por um sorriso largo.

À Heliana Conde que com suas aulas-encantamento me apresentou o mundo da análise institucional e me inspirou a olhar/contar a minha própria história a partir do modo como eu a sinto.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana por ser essa referência do fazer/ser política e educação:

Aos discentes que trilharam comigo vários momentos e eventos importantes, obrigado pela confiança ao me escolherem para representa-los por tantas vezes.

Aos docentes que, além de partilharem seus conhecimentos em sala de aula, sempre estiveram abertos a me escutar e valorizaram minhas contribuições enquanto representante discente no colegiado do programa.

Aos funcionários da secretaria por toda simpatia e presteza no atendimento às minhas demandas.

Agradeço muito à UERJ por ser esse símbolo de resistência que enche de orgulho aos que têm a oportunidade de fazer parte da sua história de luta por uma educação pública e de qualidade.

Agradeço à Fiocruz por ser resistência em meio a esses tempos difíceis, mostrando o valor da ciência e a importância de se investir em saúde pública para todos. Sou grato pela oportunidade de me afastar das atividades diretas de trabalho para me dedicar a um curso de doutorado. Agradeço em especial à Coordenação de Cooperação Social e toda sua equipe pela parceria, pela disponibilidade para os diálogos e por serem uma grande inspiração para a realização dessa pesquisa.

À Pilar Calveiro pelo convite e recepção em suas aulas na Cidade do México. Foi uma experiência grandiosa poder conhecer de perto os movimentos de luta e resistência do povo mexicano. Trago comigo o aprendizado, as boas lembranças e as amizades que construí naquele país.

Eu tenho a felicidade de cultivar lindas amizades por todos os lugares em que vivi ou mesmo visitei. Sou muito grato aos tantos amigos que com seu carinho e sua energia me deram força para chegar até aqui. Agradeço em especial àqueles que durante esse período do doutoramento se mostraram atentos, curiosos e de algum modo contribuindo com esse meu processo.

Agradeço em especial ao querido Gabriel Guimarães (*in memoriam*) que tanto idealizou e vibrou comigo quando ingressei no doutorado. Esse era um dos grandes sonhos que tínhamos em comum. Certamente ele estaria muito feliz com a conclusão dessa minha jornada. Essa conquista também é dele.

“Pies para qué los quiero si tengo alas pa’ volar”

Frida Kahlo

RESUMO

SIMÕES, Gabriel Lima. **“Isso não pode ser normal”**: a vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinho. 2021. 168f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho parte de inquietações sobre o modo de olhar para a favela como lugar do perigo e da incapacidade. As referências que fundamentam a pesquisa levam ao encontro entre a favela e o meu corpo desalinhado/definido como deficiente. Dentre as análises construídas, destaco os processos de racismo e preconceito que são produzidos subjetivamente e que segregam, excluem e matam pessoas e suas potências. Problematizo o modo como essa subjetivação do diferente, associada às técnicas de controle biopolítico, constrói os estereótipos do incapaz, do perigoso, do inimigo, do matável. Assim, parto de um tripé de anormalidades que me compõe: uma pessoa com deficiência, nordestina e que estuda a / trabalha na favela. Esses três platôs, atravessados de forma rizomática por processos de racismo, indiferença e preconceito, conduzem a discussão das formas de produção do sujeito favelado enquanto ameaça à segurança da população. Trazendo conceitos propostos por Michel Foucault e Achille Mbembe, ponho em análise o modo como têm sido historicamente construídos os inimigos sociais, que passam a ser pessoas temidas e criminalizadas. Apresento alguns acontecimentos que podem ser tomados como analisadores das mecânicas de governamentalidade, do uso da violência como política de Estado, da normalização e da implementação de políticas racistas e de segregação social. Com cenas da vida diária da cidade do Rio de Janeiro problematizo as operações militarizadas por parte do Estado em territórios de favela e seus efeitos como parte de um discurso de proteção. Por fim, discuto os efeitos de insurgência a partir da análise de algumas experiências de mobilização comunitária de moradores de favela que representam a luta daquelas pessoas para sobreviver às violências e manter vivas as suas potências.

Palavras-chave: Favela; Racismo de Estado; Biopolítica, Corpo; Implicação.

ABSTRACT

SIMÔES, Gabriel Lima. **“This cannot be normal” - life in a slum under the eyes of a misaligned body.** 2021. 170f. Tese (doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This current work stems from the concern about the way to look at the slum as a danger and an unable place. The references that support this research take me to meet between the slum and my misaligned body defined as a disabled body. In the analysis that was built, I highlight the prejudices and racism processes, subjectively produced, that are segregating, excluding, and killing people and their potentials. After, I problematize how this subjectivation of the different, associated with the biopolitical control techniques, built the stereotype of unable, of the dangerous, the enemy and of the killable. Thus, I begin the discussion by looking at the abnormality tripod that forms me: a disabled, northeastern, and a person who work and study in the slum. These three plateaus pass through like the rhizome by the racism, apathy and prejudices process, conducting the discussion about the construction of the subject who lives in the slum as a person who represents a danger to the security of society. It bringing the proposed concept by Michel Foucault and Achille Mbembe, I put in analysis the form how it has been built the society's enemies on the history and how this people will be criminalized and considered dreaded people. Then, I show how some events could be used to analyze the governmentality's act, the violence of the political state, the normalization and implementation of racist and segregationist politics. After, I support on the everyday scenes of Rio de Janeiro city, I ask about the militar's operations by the State on the slum's territory and its effects as part of a protection speech. Finally, I also debate the effects of insurgencies situations stem from the analysis of some community mobilization experience by the people who live in slum's territory and represent the fight for this people survive the violence and keep alive their potentials.

Keywords: Slum; State racism; Biopolitics; Body; Implication.

RESUMEN

SIMÕES, Gabriel Lima. **“Esto no puede ser normal”**: la vida en favela bajo la mirada de un cuerpo desaliñado. 2021. 170f. Tese (doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

El presente trabajo sale de inquietudes sobre la forma de mirar la favela como un lugar de peligro y discapacidad. Las referencias que subyacen a la investigación conducen al encuentro entre la favela y mi cuerpo desalineado/definido como deficiente. Entre los análisis construidos, destaco los procesos de racismo y prejuicio que se producen subjetivamente y que segregan, excluyen y matan personas y sus potencias. Problematizo la forma en que esta subjetivación de lo diferente, asociada a las técnicas de control biopolítico, construye los estereotipos del incapaz, el peligroso, el enemigo, el mortal. Así, salgo desde un trípode de anormalidades que me componen: una persona con discapacidad, del Nordeste y que estudia la / trabaja en la favela. Estas tres mesetas, atravesadas de manera rizomática por procesos de racismo, indiferencia y prejuicio, conducen la discusión de las formas de producción del sujeto habitante de la favela como una amenaza a la seguridad de la población. Aportando conceptos propuestos por Michel Foucault y Achille Mbembe, analizo la forma en que se han construido históricamente los enemigos sociales, que se convierten en personas temidas y criminalizadas. Presento algunos acontecimientos que se pueden tomar como analizadores de las mecánicas de la gubernamentalidad, del uso de la violencia como política de Estado, la normalización y la implementación de políticas racistas y de segregación social. Con escenas de la vida cotidiana de la ciudad de Río de Janeiro problematizo las operaciones militarizadas por el Estado en los territorios de favela y sus efectos como parte de un discurso de protección. Por último, hablo de los efectos de la insurgencia a partir del análisis de algunas experiencias de movilización comunitaria de los habitantes de los barrios de favela que representan la lucha de esas personas para sobrevivir a la violencia y mantener vivos sus poderes.

Palabras llave: Favela; Racismo de Estado; Biopolítica; Cuerpo; Implicación.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais
EQUIP	Escola de Formação Quilombo dos Palmares
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
INFOPEN	Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro
ISP	Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero
MNU	Movimento Negro Unificado
OMA	Organização Mulheres de Atitude
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSP	Órgãos de Segurança Pública
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
UACM	Universidade Autônoma da Cidade do México
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNISSUAM	Centro Universitário Augusto Mota
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de favelas da cidade do Rio de Janeiro	97
Figura 2: Alerta de tiroteios	114
Figura 3: Alerta de operações policiais	114
Figura 4: Ações do grupo 'Manguinhos Solidário'	135
Figura 5: Cartaz de divulgação da campanha do grupo 'Manguinhos Solidário'	136
Figura 6: Ações do grupo 'Manguinhos Solidário'	136
Figura 7: Reivindicação de moradores pela reabertura da UPA de Manguinhos ...	140
Figura 8: Painel Covid-19 nas favelas	141
Figura 9: Painel de situação Manguinhos – Covid-19	142
Figura 10: Painel de situação Manguinhos – Covid-19 – Notificações	143
Figura 11: Painel de situação Manguinhos – Covid-19 – Evolução do número de casos diários	143
Figura 12: Painel de situação Manguinhos – Covid-19 – Evolução cumulativa do número de casos	144

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	INQUIETUDES DE UM MENINO SERTANEJO	20
1.1	Capacitismo como efeito da biopolítica no meu corpo	27
1.2	Tentando entender a favela	36
2	BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO NO GOVERNO DOS MORADORES DE FAVELA	47
2.1	Política racista em nome da preservação da vida (de alguns)	47
2.2	De quem o Estado é inimigo?	65
2.3	O morador de favela como ‘o outro’	70
3	DA VIOLÊNCIA COMO POLÍTICA DE ESTADO	78
3.1	Institucionalização da violência e captura das máquinas de guerra	79
3.2	Rio de Janeiro sob exceção?	85
3.3	Os efeitos da intervenção?	91
3.4	A construção de um legado de violências	93
4	EFEITOS BIOPOLÍTICOS NAS FAVELAS: morte das potências e insurreições.	98
4.1	Mecanismos para fazer morrer as potências nas favelas	98
4.2	O medo e a insurgência	103
4.4.1	A juventude em movimento – A experiência do jornal ‘Fala Manguinhos!’	110
4.4.2	Resistir pela dor – A experiência do movimento ‘Mães de Manguinhos’	116
4.4.3	Impulsionados pelo desejo de mudança – A experiência do ‘Curso Estratégias para territorialização de políticas públicas’	119
4.4.4	Organização popular periférica em tempos de pandemia: novas lutas e velhas práticas políticas	124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

Antes, um desabafo sobre os caminhos da escrita

Quando resolvemos trilhar um percurso acadêmico nos deparamos com uma questão muito peculiar que posso aqui chamar de método. Sabemos que existem distintas formas de escrita e que, quando temos que escrever algo para ser posteriormente avaliado, é quase impossível não se preocupar com as percepções que os leitores – sobretudo os avaliadores – terão sobre o nosso método de pesquisar, nossa coesão ao expor as ideias, nossa capacidade de ser claro naquilo que queremos transmitir, nosso domínio da língua e das normas exigidas para o tipo de escrita que se pretende, nosso estilo de escrita.

Além das regras instituídas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT existem outros princípios que podem ou não ser seguidos e que levarão nosso texto a ser julgado como bem ou mal escrito, a depender do tipo de escrita que cativa o leitor e das suas concepções sobre a escrita acadêmica.

Durante a minha graduação eu tive muita vontade de fazer pesquisa e participar de uma iniciação científica. Cheguei a fazer propostas a dois professores, mas não tive sucesso. Nenhum dos professores do meu curso possuía grupo de pesquisa nem manifestou interesse em fazer pesquisa em parceria com os alunos. Assim, minha primeira experiência de investigação acadêmica e escrita foi apenas no processo de elaboração da monografia para a conclusão do curso.

Uma das primeiras sensações que tive ao iniciar a pesquisa monográfica foi a angústia de ver como aquele processo é solitário. Um aluno tendo que pensar sozinho uma linha de investigação, sem ter uma estrutura que possibilitasse um debate para a maturação das ideias e a formulação de um caminho a percorrer. A figura do orientador, à época, me remetia a um indivíduo que tinha a missão de dizer friamente as regras que deveriam ser seguidas e fazer recortes nos meus escritos até que o texto ficasse relativamente ao seu conteúdo. Não senti acolhimento. Não me recordo de ter vivido uma parceria para o desenvolvimento da pesquisa.

Por estar numa faculdade de administração em que as disciplinas, em sua maioria, impulsionavam os alunos à valorização da cultura do empreendedorismo, eu era visto com estranheza até por meus colegas por estar me propondo a

desenvolver uma pesquisa voltada para a “área pública”. Me instigava naquele momento analisar como era a tomada de decisão e construção das políticas públicas no âmbito dos conselhos gestores municipais. Fiz diversas leituras sobre a legislação que instituía os conselhos gestores, entrevistei conselheiros, mergulhei de forma instigada naquele universo. Mas, e depois, como transformar isso em um texto que o orientador e a banca considerassem um bom trabalho acadêmico? Segui o roteiro que me foi indicado, aprendi como deveriam ser feitas as citações diretas e indiretas, como organizar as referências bibliográficas, como formatar um texto... enfim, o produto foi entregue e aprovado.

Anos mais tarde, ingressei no mestrado e outra vez me vi preocupado com as velhas dúvidas sobre método de escrita. Dessa vez eu estava sendo supervisionado por uma orientadora que tinha fama de ser perfeccionista na sua forma de escrever e orientar a escrita. As avaliações semanais para acompanhar a evolução da minha prática dissertativa funcionaram como uma espécie de doutrinação. Vícios de linguagem foram podados e novas técnicas de escrita foram adquiridas: tempo verbal a ser adotado, tamanho ideal para compor parágrafos, tipo de linguagem que deve ou não ser utilizado em cada parte do texto, técnicas para iniciar e finalizar um parágrafo ou um capítulo, modelo para análise de dados, etc., uma gama de normas tecnicistas para realizar uma pesquisa perfeita. Resultado: dissertação premiada pela pró-reitoria de pós-graduação. Saí dali entendendo que era aquele tipo de texto padrão que o meio acadêmico valorizava.

No quesito ‘mão na massa’ da pesquisa, aquela experiência foi muito boa. O mestrado me reaproximou da prática de pesquisa de campo. Foi extremamente prazeroso voltar à ponta para dialogar diretamente com a população sobre suas percepções a respeito dos processos de formulação e implementação de políticas públicas. À essa época eu já estava trabalhando com uma equipe que tinha articulações com as organizações comunitárias do Complexo de Favela de Manguinhos. Contudo, a vivência da academia e as interrelações que ela demanda foram adoecedoras. Em termo de escrita, hoje percebo como a dissertação me capturou e me enquadrou num padrão de escrita burocrático e de certa forma engessado. Fui doutrinado a conceber verdades e mentiras, erros e acertos em relação ao que pode ser considerada uma boa escrita. Creio que não é nada difícil identificar ao longo deste texto algumas marcas desse tecnicismo de escrita que em mim foi cravado.

Recapturado pela empolgação da arte de pesquisar, me propus a entrar num curso de doutorado. Queria aprofundar minhas investigações e problematizar minhas inquietações sobre o contexto da vida em favela, tema do que eu estava cada vez mais próximo por conta das atividades de trabalho. Eu sentia que precisava me aproximar de novas metodologias de pesquisa, novos métodos de análise, novos fundamentos teóricos. Essa nova experiência, desde seu princípio, vem sendo marcada pela prática da desconstrução. Meu primeiro encantamento já se deu na entrevista de seleção. Eu, que já tinha passado por outras experiências de seleção na vida profissional e na vida acadêmica, me vi convidado a fazer uma explanação livre. Sem padrões de exposição detalhada e defesa do projeto que estava me propondo a desenvolver: me foi pedido que eu falasse de mim, da minha história, do caminho que me levou até ali, das minhas afinidades com o campo que eu gostaria de investigar. Aquele momento, que tende a ser tenso para muitos candidatos a uma vaga de pós-graduação, me foi bastante libertador e simbólico, reforçando minha expectativa de cursar um doutorado sob outra forma de se relacionar com a pesquisa.

Após a notícia da aprovação na seleção do doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, a mistura de alegria, ansiedade e relativa consciência dos desafios que estavam por vir foi selada, tal qual nas sutilezas das narrativas do Galeano, pela magia de um abraço. Sim, a pós-graduação não tem sua fama de dura e solitária à toa. Não conhecia aquela experiência de ser abraçado por uma orientadora. Foi surpreendente saber que não só eu estava feliz naquele momento. A experiência do mestrado não foi nada fácil nesse sentido.

Hoje, entrando na reta final do doutorado, considero fundamental ressaltar a importância do acolhimento na pós-graduação. Muitos dos meus entendimentos teórico-conceituais foram cuidadosamente desconstruídos nesse período. Aprendi a analisar minhas questões e meu objeto de pesquisa sob novos e múltiplos olhares. Contudo, considero que, em meio a tantos aprendizados, a vivência de parceria e acolhimento no grupo de pesquisa tem sido meu maior divisor de águas. Não se trata apenas de leitura de textos, confronto de ideias e entendimentos. Aquele espaço de partilha de inquietudes, desconstrução de verdades e construção compartilhada de conhecimentos tem sido um alicerce para meu processo de redescoberta e conexão com o prazer de fazer pesquisa.

Passados menos de dois anos do meu ingresso no doutorado fui a um congresso do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – Clacso, em Buenos Aires, onde tive a oportunidade de conhecer a professora Dr^a. Pilar Calveiro. Numa rápida conversa ela me convidou para participar de um curso de quatro meses que ofertaria na Universidade Autônoma da Cidade do México – UACM e cuja temática se relacionava com meu interesse de pesquisa.

Se eu tivesse que apontar uma característica que retrata bem a minha trajetória de vida eu precisaria falar sobre minha habilidade para ‘me jogar de cabeça’ nas oportunidades que me encantam. Palpitação! Eu já me encontrava em licença do trabalho para me dedicar aos estudos, porém, como ainda não tinha passado pela etapa do exame de qualificação da minha tese de doutorado, não poderia concorrer a uma bolsa sanduíche para custear essa viagem. Mas sequer pestanejei. Compreendi que aquela era uma oportunidade especial e resolvi abraçá-la mesmo tendo que bancar tudo com recursos próprios. Em menos de dois meses após o convite, desembarquei no México.

Mesmo sendo uma pessoa que adora viagens, o México nunca tinha entrado nos meus roteiros. Era tudo novidade. Eu não conhecia mais ninguém naquele país, não tinha intimidade com a professora e não tinha grande fluência na língua, mas estava empolgado com a ideia de aproveitar cada minuto daquela experiência.

O curso se denominava ‘*Biopolíticas e as Resistências Comunitárias*’ e foi ofertado como disciplina eletiva do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos da UACM. A ementa da disciplina foi estruturada em encontros semanais de modo que, no primeiro mês seriam discutidos textos sobre o conceito de biopolítica. Nos três meses seguintes seriam trabalhados textos referentes aos movimentos comunitários considerados de resistência e às lutas pela autonomia do povo mexicano.

Foram quatro meses de uma rica experiência. Além das leituras e discussões que muito me ajudaram a problematizar meu objeto de pesquisa de doutorado, visitar diferentes regiões daquele país me rendeu aprendizados de vida. Fui levado a repensar minhas relações com as pessoas, com as diferentes culturas e valores, com minha família e meu lugar de origem, com meus sonhos e meus desejos, inclusive, com minhas práticas de estudo e escrita.

De volta ao Brasil, logo se iniciou um novo semestre na Universidade com a oferta de uma disciplina chamada ‘*A pesquisa e a escrita como construção de si*’.

Essa disciplina chegou para fortalecer outro grande encantamento nessa experiência de doutorado: a liberdade de poder realizar uma pesquisa de forma menos tecnicista e produtivista. Nesse trabalho de pesquisa fui convocado pela primeira vez a pôr em análise as conexões entre minha vida e meu objeto de estudo. Compreender os modos de subjetivação que me aproximam do campo de pesquisa que abracei tem-me reensinado a escrever e a lidar melhor com minhas diversas inquietações. Diferente da época da dissertação, o momento é de se desprender do padrão burocrático e engessado de escrita. A quebra da binaridade entre verdades e mentiras tem me permitido uma escrita mais artesanal, sensitiva e autônoma.

Uma pesquisa como desconstrução

Trabalhar numa organização como a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz¹, cuja sede fica em meio a grandes complexos de favelas, e ter esses territórios como temática central das atividades profissionais me despertou inquietações de tal forma que fui levado a realizar uma pesquisa de mestrado sobre a temática. Foi uma experiência rica em que eu li, ouvi, dialoguei e muito aprendi sobre aquela realidade. Mas as inquietações eram incessantes. Me propus então a cursar um doutorado para conhecer mais, especialmente a respeito do olhar do próprio morador, sobre os atravessamentos da vida em favela.

Logo de início, essa nova fase de estudos me despertou para questionamentos que eu nunca tinha feito e que hoje me parecem fundamentais: por que a realidade da favela mexia tanto comigo e o que esse mergulho na discussão sobre favelas movia em mim? Afinal, eu não nasci nem nunca morei numa favela.

Foi necessário um exercício de olhar pra trás e sobretudo de olhar pra dentro. Aos poucos fui percebendo que as singularidades da vida daquelas pessoas eram marcadas por produções subjetivas que muito dialogavam com a minha própria história.

¹ Vinculada ao Ministério da Saúde, a Fiocruz é a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. De acordo com sua página oficial na internet (<https://portal.fiocruz.br>), a fundação tem por missão: Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania.

Eu, nascido no sertão da Bahia, no nordeste do Brasil, e portando uma deficiência física me encontrei num processo de desconstrução ao pôr em análise minhas próprias singularidades, sendo levado a ressignificar o meu olhar sobre o outro. Ou talvez, passando a ressignificar meu olhar sobre minhas próprias marcas ao mergulhar numa pesquisa sobre as marcas presentes na vida do outro. Me propondo a analisar os processos de vulnerabilização sofridos por moradores das favelas, acabei pondo em análise os efeitos que esses dispositivos de controle e exclusão também exercem na minha vida. Me percebi atravessado pelo mesmo projeto biopolítico que segrega corpos em aptos e inaptos para uma vida normalizada. Esse mesmo sistema impõe a determinados grupos e territórios uma estrutura de carência de serviços públicos, ao mesmo tempo em que produz e propaga subjetividades que inferiorizam e diminuem as potencialidades daqueles corpos enquadrados como inaptos.

Em sua obra '*O Normal e o Patológico*', Georges Canguilhem analisa o caráter dinâmico que caracteriza o conceito de 'normal'. Para o autor, normalizar é impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado mais hostil do que estranho (CANGUILHEM, 1978, p.211). O que é diferente daquele normal é classificado negativamente como 'torto' ou 'tortuoso'.

Tudo passou a fazer mais sentido pra mim quando percebi que as minhas inquietações com os efeitos da normalização que segregam, discriminam e assujeitam o morador de favela, estavam relacionadas com os efeitos desse processo normalizador em minha própria vida. Compreendi ali que o encantamento que me levou a estudar e trabalhar junto às iniciativas de resistência daquelas pessoas tinha sua matriz na minha própria luta por sobrevivência como um corpo em desalinho num mundo tão capturado por dispositivos de alinhamento e normalização.

Um campo de análise se abriu pra mim ao perceber o quanto as políticas públicas são construídas a partir de parâmetros normalizadores que não captam a sensibilidade das diferenças entre corpos e povos. Políticas que, como aponta Scheinvar (2009, p. 31), são propagadas como compromissos que serão cumpridos, gerando um sentimento de esperança, embora na verdade produzem e fortalecem discriminações e desigualdades.

Colocando tudo isso em análise, passei a entender melhor minha implicação com os movimentos de luta dos moradores de favela por alternativas de sobrevivência e de enfrentamento ao preconceito. Encontrei um fio condutor ao visitar memórias da minha infância, quando convivi com movimentos de organização popular que buscavam pensar coletivamente em soluções para problemas daquele território do sertão nordestino onde fui criado.

Esse processo de desconstrução a partir da pesquisa me fez enxergar um fio condutor que aproxima três situações cotidianas que muito me inquietam:

- 1- Os modos de subjetivação que levam pessoas a se portar de forma depreciativa ao encontrar alguém com traços ou sotaque de outra região que não a sua;
- 2- O quão naturalizada é a prática de enxergar como anormal uma pessoa com deficiência e tratá-la como doente, coitada ou incapaz;
- 3- O modo como se tornou comum olhar para um negro e associá-lo ao estereótipo de 'bandido', ou de temer a favela por compreender que seus moradores são pessoas perigosas.

São estas situações, entre outras, que compõem a minha análise de implicações apresentada a seguir em três movimentos: *'Inquietudes de um menino sertanejo'*, *'Capacitismo como efeito da biopolítica no meu corpo'* e *'Tentando entender a favela'*.

1 INQUIETUDES DE UM MENINO SERTANEJO

Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar
Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar
E a morte, o destino, tudo, a morte o destino
Tudo estava fora do lugar, eu vivo pra consertar²
Geraldo Vandré

Acredito que eu tinha por volta de dez anos de idade quando comecei a assimilar o sentido daqueles encontros nas noites das terças-feiras. Eu sempre acompanhava minha mãe, cada semana indo a uma casa diferente. Algumas vezes aconteciam encontros nos fins de semana, sobretudo quando era na zona rural. Eu sabia que aquilo tudo tinha a ver com igreja porque geralmente tinha um momento de interpretação de algum trecho da bíblia, mas não era só sobre religião que se falava.

Quando os encontros aconteciam na zona urbana eu ouvia as pessoas falando algo do tipo “eles sempre dizem que vão resolver esse problema do esgoto a céu aberto e nunca resolvem”, “o calçamento dessa rua parece que nunca vai ser feito” ou, ainda, “não tem nenhuma escola desse lado da cidade”.

Quando os encontros eram na zona rural as discussões eram sempre atravessadas por questões ligadas ao tema da seca e seus efeitos. As pessoas se juntavam para falar da dificuldade de caminhar para um lugar distante para buscar água para beber, tomar banho e dar de beber para os bichos. Falavam do milho e do feijão que tinham plantado e que “estava todo morrendo pela falta de molhação”. Eu era criança, mas lembro que raramente chovia por lá.

Nesses encontros as pessoas combinavam a quem deveriam procurar para pedir ajuda pra levar um ‘caminhão pipa’ para encher algum dos tanques que estavam vazios naquela região. Lembro ainda que muitas vezes a alternativa era “vamos nos juntar e botar a mão na massa”. Era comum ouvir falar em fazer mutirão pra ajudar alguém a terminar a casa, ou pra distribuir água em alguma comunidade que estivesse mais precisada.

² Trecho da música Disparada, escrita pelo cantor paraibano Geraldo Vandré. Foi a vencedora do Festival de Música Popular Brasileira em 1966.

Eu não entendia bem o que unia aquelas pessoas, mas já percebia que não era algo puramente religioso naquele movimento que chamavam de Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Existia um algo mais de pertencimento que mobilizava aquela gente.

Em seu livro '*Quando novos personagens entraram em cena*', Eder Sader discorreu sobre os efeitos dessas práticas políticas e sociais que caracterizavam o que ele chamou de 'novo sujeito'. Segundo o autor, tais práticas eram fruto de movimentos sociais populares nos quais indivíduos "passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas" (SADER, 1988, p. 10).

Assim como nas minhas memórias, o texto de Eder Sader também aponta que a religião, a partir das leituras dos trechos da bíblia, funcionava como uma espécie de dispositivo que ajudava os participantes daquele movimento a refletir sobre suas próprias condições de vida:

Na segunda parte havia uma reflexão coletiva, que em geral partia da leitura de um trecho do Evangelho, que seria confrontado com a realidade vivida de cada uma delas. Essa experiência de uma "releitura" das próprias condições de vida à luz de um texto bíblico, onde viam a referência à justiça e aos valores mais profundos da existência, produzia uma atitude crítica de dimensões insuspeitadas (SADER, 1988, p. 207).

Situações que sempre foram identificadas como culpa da seca que atinge a região ou pela condição de pobreza passavam a ser ressignificadas quando a população se dava conta da falta de interesse do Estado em trazer soluções efetivas para os problemas coletivos por ela apontados. Tal qual retratado no filme *Bacurau*, dos diretores Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, o povo³ sertanejo sofre historicamente com a escassez de serviços públicos e suas demandas só costumam passar perto da pauta dos governantes nos períodos eleitorais.

Os diálogos naqueles coletivos ajudavam a desconstruir a ideia de que as situações de precariedades que acometiam a vida sertaneja eram consequência natural daquele tipo de região. A percepção do não atendimento de demandas por parte do Estado passou a incomodar aquelas pessoas, tirando-as do lugar de silêncio e conformidade e mobilizando-as a reivindicar a prestações de serviços. Por

³ Foucault diferencia os conceitos de povo e população ao apresentar a população como objeto de regulamentação e controle da governamentalidade. Já o povo seria o conjunto de sujeitos que resiste a essas mesmas regulamentações e desajusta o sistema.

vezes elas se viram encorajadas a tomar iniciativas de forma autônoma na busca por solucionar problemas sem ter que esperar pela atuação dos governantes.

Eu era criança naquele início da década de 1990, mas já me encontrava inquieto e curioso pra entender o porquê de o Estado não intervir de forma resolutiva ao ver aquela população reclamar das dificuldades de sobrevivência ante os efeitos da seca e da falta de serviços públicos.

Creio que sequer precisamos de estudos aprofundados para perceber que as possibilidades de a população brasileira ter suas queixas ouvidas e atendidas pelo Estado sempre foram escassas. Em uma análise correlata, Scheinvar (2009) afirma que:

A democracia brasileira nunca contou com a participação do povo descalço, faminto, deserdado, além da urna que tem conferido hegemonia às elites. Não resta outra possibilidade a essas pessoas senão sucumbir ou afirmar-se por meio de singularidades criadoras de códigos que implicam a construção de espaços para interlocução política (SCHEINVAR, 2009, p. 220).

O que hoje poderíamos chamar de resistência do povo sertanejo sempre foi parte das estratégias de sobrevivência de um povo cujas demandas não costumavam ser atendidas por quem ocupava o lugar de governante. Ver aquelas articulações da população já despertava em mim o interesse em compreender o que leva um ser humano a militar por uma causa e buscar construir um esforço coletivo a fim de perseguir um propósito. Creio que vem dali o meu desejo de analisar como os modos de subjetivação atravessam a vida das pessoas.

Sader (1988) apontou uma resposta para meu questionamento sobre o que que levava as pessoas daquele pedacinho do sertão da Bahia a estarem sempre se reunindo para tentar achar alguma solução para os problemas que afetavam a vida de muitas delas. Para ele, é a necessidade material que se coloca como o elo entre os sujeitos, para que tomem consciência de suas situações e, a partir daí, se organizarem em torno de suas lutas.

Aos poucos fui percebendo que muitas questões cotidianas de nível micropolítico afetam às pessoas de tal modo que as aproximam na busca por um mesmo objetivo. Essas aproximações podem ocorrer entre pessoas que pertencem a um mesmo setor socioeconômico ou não, a uma mesma cultura ou não, encontrando-se pelos atravessamentos afetivos, culturais, políticos que lhes são comuns. Podem estar do mesmo lado da luta, por exemplo, uma mulher que é

empregada doméstica e a sua patroa também mulher; um negro que trabalha como operário numa empresa e o chefe executivo da mesma empresa que também é negro; um camponês negro e outro branco, dentre tantas outras possibilidades de lutas por questões que se sobrepõem ao fato das pessoas serem ricas ou pobres, terem diferentes inserções culturais ou raciais.

Scheinvar (2009, p. 221) afirma que “a trajetória dos movimentos sociais expressa, no nível micropolítico, os efeitos da potencialização das singularidades, seja pela exclusão ou pela incorporação do diferente”. Também nessa perspectiva, Coimbra (1998) defende que os processos de singularização são respostas que mostram como tem sido possível forjar outras percepções, outras formas de se relacionar, outros modos de vida e existência no plano micropolítico (COIMBRA, 1998, p.60). Por micropolítica se compreende aqui a forma como as diferenças sociais se cruzam de modo coextensivo nos níveis molar e molecular. Como exemplificam Félix Guattari e Suely Rolnik:

Pode estar havendo uma dimensão de resistência social de um grupo contra a exploração, contra a alienação e contra toda espécie de opressão, e isso, ao mesmo tempo em que no interior da problemática desse grupo esteja havendo, num nível molecular, processos microfascistas (...) uma análise micropolítica nunca usa um só modo de referência. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, 131-132)

Em meio às singularidades da vida no sertão, já pulsava em mim o desejo pela desconstrução daquele estereótipo de terra sofrida, sem recursos, sem perspectivas de um futuro próspero. Hoje eu penso que essa minha experiência da infância era uma espécie de bolha molecular, em que pude conviver com pessoas e projetos que buscavam trabalhar as micropolíticas, ousando pensar outras formas de fazer daquele sertão um lugar de oportunidades.

Penso aqui em ‘*lugar*’ de acordo com a perspectiva do geógrafo Milton Santos, que o compreendia como um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, delineado por uma vida comum que se baseia em experiências de cooperação e conflito (SANTOS, 2006, p. 218). Ainda segundo Santos (2006, p. 218), a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa com o confronto entre organização e espontaneidade.

Na minha adolescência, ainda morando na cidade de Valente-Ba, fui convidado para participar de um evento chamado ‘*Seminário de políticas públicas para a juventude*’ que reuniria, por um fim de semana, jovens de diferentes cidades

do sertão da Bahia. Sob coordenação da Escola de Formação Quilombo dos Palmares – EQUIP⁴, o seminário pretendia levar aqueles jovens a olhar para sua realidade e propor ações de caráter coletivo de fomento aos direitos sociais juvenis, através do debate em torno das políticas públicas para a Juventude.

Recordo que nesse seminário foram abordados temas diversos incluindo, por exemplo, o modo como a sexualidade era discutida nas escolas, o uso de drogas, a valorização das expressões culturais no dia a dia da juventude, a importância dos movimentos sociais para a construção e inserção da juventude na pauta política de luta e o seu reconhecimento como sujeitos de direitos, destacando, inclusive, a discussão sobre as dificuldades para o desenvolvimento de políticas públicas naquela região semiárida.

Creio que aquela experiência veio a instigar ainda mais meu interesse em pôr em análise o modo como a população poderia, de forma coletiva, desenvolver ações e modos de subjetivação que fortalecessem seus lugares de sujeito. Como afirma Rose (2001, p. 143), subjetivação é essa composição de forças e relações que tentam transformar o ser humano em seres capazes de tomar a si próprios como sujeitos de suas práticas e das políticas de outros sobre eles.

Hoje penso nessas experiências de articulação social do tempo em que eu morava lá no sertão e enxergo que aquelas buscas por solucionar os problemas imediatos que afetavam nossas vidas e as tentativas de propor diferentes políticas para lidar com situações do nosso cotidiano foram exemplos de mudança da lógica do assujeitado. Foram tentativas de nos refazer como grupos sujeitos⁵ em busca de soluções para problemas que afetavam nossas vidas. Como salienta Guattari (2004, p. 92), os grupos sujeitos se esforçam para ter um controle sobre sua conduta e operam pelo desapego a uma hierarquização das estruturas.

⁴ A Escola de Formação Quilombo dos Palmares se apresenta como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1988 e de duração indeterminada a serviço dos movimentos populares do Nordeste Brasileiro. As bases que regem sua identidade e missão têm a educação popular como princípio da ação formativa, política e metodológica. Em seu objetivo busca qualificar as capacidades dos sujeitos sociais, prioritariamente das classes populares, de analisar a realidade social e política, bem como realizar as ações democráticas e conjuntas de mobilização, participação cidadã e incidência política dos movimentos e organizações sociais e juvenis nos diversos espaços e lutas. Disponível em: < <http://www.equip.org.br/index.php>>.

⁵ Segundo Guattari (2004, p. 13), os grupos sujeitos se definem por coeficientes de transversalidades; são agentes de enunciação, suportes de desejos, elementos de criação institucional. Por meio de sua prática, não param de se confrontar no limite de seu próprio não-sentido, de sua própria morte ou fragmentação.

Ao lembrar Guattari, Miranda (2000, p. 39) salienta que o enunciado proferido por um sujeito não é em absoluto uma prática individual, visto que sua fala representa um entrecruzamento de diversas vozes, de diversos discursos que lhes são anteriores e também contemporâneos. Assim, pensar os efeitos das subjetividades, ou mesmo as subjetividades como efeitos, e analisar de que modo suas implicações vão interferir no cotidiano dessas pessoas é um exercício que carrega uma diversidade de atravessamentos que abrange, por exemplo, sua condição sociofinanceira, sua raça, seu local de origem, sua aparência física, dentre outros.

Deleuze e Guattari desenvolveram uma série de estudos sobre a forma como diversos modos de subjetivação se associam e se atravessam na construção dos desejos dos indivíduos (GUATTARI, 2004). O entrecruzamento de pertencimentos e experiências do dia a dia em casa, na escola, no trabalho, na rua, nos diversos campos (social, econômico, político, etc.), funciona como um dispositivo que estrutura as forças que nos constituem individual e coletivamente.

Penso que demorei muitos anos para aprender a ler toda aquela realidade como efeito de um projeto de controle da vida da população e de que o Estado (que na minha cabeça era quem deveria defender e ajudar a população) era parte atuante na produção de subjetividades que colocam o Nordeste num lugar de território naturalmente desfavorecido.

Os modos de subjetivação que constituíram a imagem do sujeito nordestino se pautaram em práticas de sujeição para moldar um perfil de indivíduos dóceis, com baixa instrução e, naturalmente, com poucas alternativas para fazer escolhas. Para dar sustentação a uma sociedade cada vez mais controlada por valores capitalistas, os jogos de poder necessitam produzir indivíduos que supram certas demandas, tais como mão de obra barata e sobre-exploração. Para tanto, essas forças trataram de assombrar o nordeste brasileiro com a ideia de que o desenvolvimento se concentrava no eixo sul-sudeste do país e que para alcançar melhores condições de vida e trabalho o ideal era que os nordestinos (especialmente homens sãos e aptos ao trabalho) migrassem para essas regiões. Milhares de pessoas abraçaram esse sonho e partiram para tentar a vida longe da sua terra.

Santos (2006, p. 222) afirma que migrar para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com outra. Segundo ele, quando

o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Sobre esse novo processo de convivência e adaptação, Milton Santos acrescenta que:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2006, p. 223).

Contudo, em paralelo a esse movimento de encorajamento para migrar em busca de mudanças de vida, opera uma produção subjetiva depreciativa sobre esse sujeito nordestino. Valores que podem ser percebidos sempre que se olha para esse imigrante enxergando a sua raiz nordestina como uma espécie de marca negativa. Uma marca que segrega, enquadrando essas pessoas como corpos não normais. Um simples traço físico, um sotaque ou meramente um sobrenome ou o nome da cidade de origem no documento de identidade são mais que suficientes para tornar-se alvo de piadas preconceituosas e degenerativas que questionam suas capacidades. Assim, o desejo por igualdade de oportunidades em terras distantes se depara com um lugar de dor e frustração.

Mais de trinta anos se passaram desde as minhas experiências de infância vivendo no sertão, porém observo que a vida do sujeito nordestino ainda é marcada pela necessidade de enfrentamentos e resistência. Tal qual os movimentos populares que acompanhei na infância precisavam se articular para resistir e sobreviver às dificuldades de acesso a serviços básicos, nordestinos ainda hoje precisam lutar para vencer os mitos que foram difundidos sobre sua incapacidade de ser tão produtivo quanto pessoas que nasceram em outras regiões do país.

Atualmente eu me encontro na posição de um sertanejo que optou por viver na tal 'cidade maravilhosa'. Conhecidos no Rio de Janeiro pelo termo pejorativo de 'Paraíba', nós nordestinos até hoje somos estereotipados, quase que de forma cômica, por adjetivos como 'feio', 'cabeça grande', 'burro', 'matuto' e que 'vem pra cá para roubar as vagas de emprego dos outros'. Me sinto um privilegiado por ter migrado do sertão para o Sudeste para assumir uma vaga em concurso público. Assim, poucas vezes me vejo tendo que enfrentar esses preconceitos higienistas questionando as minhas capacidades por ser nordestino. Outros tantos conterrâneos

que ainda chegam a essas terras precisam vencer essa barreira e mostrar que ‘apesar de nordestinos’ estão aptos ao trabalho. Contudo, grande parte dos trabalhos que lhes são oferecidos requer uma mão de obra barata e preserva uma relação de subordinação que é necessária para manter viva a desigualdade. Tais condições terminam por fazer da favela a única opção de moradia que esses imigrantes conseguem custear.

Em uma rápida passagem por construções, comércios, restaurantes e bares da região sudeste pode-se constatar a enorme quantidade de nordestinos trabalhando em funções que priorizam mão de obra barata e habituados a ouvir as pessoas lhe chamando ‘Paraíba’ (no Rio de Janeiro) ou de ‘Baiano’ (em São Paulo). Também em São Paulo é muito comum ouvir as pessoas associarem coisas cafonas e ruins, negativas e pejorativas, ao termo ‘baianagem’.

1.1 Capacitismo como efeito da biopolítica no meu corpo

Numa análise quase poética sobre o olhar para o Eu, Hara (2012, p. 105) apresenta a escrita de si como “um instrumento para dar conta da multiplicidade, da pluralidade de imagens e representações existentes no mundo exterior a nós mesmos”. Fazer da minha escrita um exercício de análise de implicação tem me permitido conectar histórias e memórias que compõem o rizoma das múltiplas subjetividades que me atravessam, me movimentam e me inquietam.

Quando paro pra pensar nas subjetividades que compõem o cotidiano dos moradores de favela me remeto ao quanto essas forças repressoras, normalizadoras e excludentes também fazem parte da minha própria história. Revisitar minhas memórias, desde a infância no sertão até as atuais questões da vida em terras cariocas, me fez questionar os modos de subjetivação que me acompanham e nunca foram ‘colocados na mesa’ nem me instigaram como objeto de pesquisa.

Essa criança que gostava de acompanhar os movimentos populares no sertão da Bahia, esse adolescente que se envolvia em debates sobre políticas públicas para a juventude, esse adulto que trabalha ao lado da favela instigado pelo modo como a vida dos moradores daqueles territórios é atravessada por políticas estatais racistas e quase sempre violentas, é a mesma pessoa que nasceu sem os pés e

atravessou essas e tantas outras experiências sob olhares de estranhamento por possuir forma física bem diferente do comum.

Essas políticas de Estado são parte das estratégias de controle que Michel Foucault chamou de biopolítica. Segundo Foucault (2014b, p. 150), biopolítica seria a convergência entre técnicas de governo das vidas que buscam tanto disciplinar o corpo individualizado (seu adestramento, ampliação de suas aptidões, extorsão de suas forças, crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade), quanto regulamentar o funcionamento do conjunto da população (sua proliferação, os nascimentos e mortalidades, o nível de saúde, a longevidade, etc.). Como efeito dessa prática biopolítica, mecanismos de controle são implementados pelo Estado de modo que extrapolem o nível macropolítico e atinjam um nível micropolítico ao capturar a sociedade a partir da disseminação da lógica da vigilância. Aderindo compulsoriamente aos valores difundidos como normais, a própria sociedade vai moldando seu olhar crítico de forma a julgar como ruim, errado, anormal, tudo aquilo que lhe soa destoante.

Seguindo uma lógica capitalista-produtivista, os corpos que são considerados saudáveis, eficientes e, portanto, desejáveis, são projetados ao estigma de corpos padrão. Corpos que destoam desse perfil estético, como o das pessoas portadoras de alguma deficiência, são automaticamente classificados como corpos limitados, ineficientes ou incapazes. Tal como no termo jurídico da 'inversão do ônus da prova', cabe ao deficiente ter que mostrar suas capacidades para ir conquistando um lugar de aceitação entre as pessoas consideradas 'normais'.

Em seu livro '*Os anormais*', Foucault (2010) desenvolve um estudo aprofundado sobre as tecnologias de poder utilizadas na relação com pessoas consideradas não normais por apresentarem distúrbios psíquicos. Apesar de não abordar a classificação das deficiências físicas nos quadros de anormalidade, Foucault faz uma longa discussão sobre a normalização, mostrando como a sociedade é levada a inferiorizar os corpos que fogem ao padrão, tratando-os como exceção. O autor vai ao entendimento das anomalias nos séculos XVIII e XIX para referir-se ao monstro humano como uma figura que constitui, em sua existência e em sua forma, não apenas a violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 2010, p. 47). O estranho visto como monstro é um corpo que combina o impossível com o proibido.

A divisão da população entre normais e anormais sempre fez parte das políticas de governo, ou mesmo de Estado, e tem se intensificado com o avançar das práticas neoliberais. As próprias políticas de saúde, assistência social, previdência e educação tendem a instituir medidas de proteção que operam por mecânicas de segregação, como no caso do dilema entre manter alunos com deficiência na mesma turma dos alunos considerados normais ou apartá-los em escolas e turmas exclusivas.

A chamada '*educação especial*' passou por grandes mudanças no ano de 2008 quando o governo brasileiro, em consonância com diretrizes apontadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, reformulou a '*Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*'⁶. Tais mudanças tinham como propósito a garantia do acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino regular e o atendimento às suas necessidades educacionais especiais, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Todavia, um decreto federal publicado em setembro de 2020 autorizou a criação de salas de aula específicas para alunos com algum tipo de deficiência e até mesmo a criação de escolas totalmente dedicadas a esse público.

Trata-se de uma política pautada na norma como parâmetro para definir o incapaz e, nessa perspectiva, aceitar a sua participação como uma concessão. O tema da inclusão não pode, contudo, se resumir à mera “permissão” para que estas pessoas frequentem o mesmo ambiente que as demais. A questão não está nas pessoas, mas na ideia de normalidade construída socialmente que produz os anormais. São as políticas de educação que precisam ser propostas com métodos de ensino sejam acessíveis aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem com os métodos tradicionais. Como aponta Pontes (2018, p. 70), o fracasso escolar de pessoas com deficiência geralmente é atrelado às suas limitações e nunca ao espaço, à organização do tempo escolar, ao método de ensino, ou à avaliação. Segundo a autora, permite-se a entrada, mas não se assegura aos alunos vivenciar o espaço escolar da sua forma, em seu tempo, com suas necessidades e desejos.

Como a minha deficiência é física e eu não apresentei dificuldades cognitivas que levassem meu ritmo de aprendizado a ser considerado inferior ao padrão normal

⁶ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>.

aceito nas escolas, pude cumprir minha vida escolar em sala de aula comum, junto aos demais colegas da minha faixa etária. Fora as brincadeiras típicas de crianças e adolescentes que são produzidos em meio a modos de subjetivação que operam pela norma e que, portanto, não tinham um processo formativo que lhes ensinasse a conviver com pessoas com corpos fora do padrão, considero que foi tranquila a minha passagem pela escola regular. Entretanto, a falta de preparação da escola para lidar com um aluno com deficiência podia ser claramente notada nas aulas de educação física. Durante todo o ensino fundamental e médio eu fui dispensado de comparecer às práticas de atividades físicas que aconteciam regularmente (confesso que eu via como um alívio não precisar acordar bem cedo para ir à escola fazer aquela maratona de exercícios). Para compensar essas faltas e obter uma nota na disciplina, eu tinha que fazer pesquisas sobre a importância da prática de exercícios para os normais, já que eu não era considerado capaz de fazê-los, e entregar trabalhos escritos aos professores. Porém, quando aconteciam jogos e brincadeiras nos horários em que eu já estava na escola, eu gostava de assistir e participar. Lembro que eu era sempre o último a ser escolhido nos momentos de composição das equipes de jogos. Como o foco era a competição, todos evitavam ter um garoto com baixo desempenho motor no seu time. Por vezes, eu ficava de fora só observando ou fazendo a reposição de bolas quando essas caíam pra fora da quadra de esportes. Recordar agora esses momentos me faz perceber como eu fui levado a normalizar esses processos de não inclusão.

Passados tantos anos, percebo o quão ainda hoje é naturalizada a delimitação de espaços que excluem e rotulam pessoas como eu com o “carimbo” da incapacidade, da impotência, da anormalidade.

A anormalidade permanece sendo produzida e alimentada por discursos e atitudes vazias que buscam a normalização desses indivíduos, ou seja, tê-los no ambiente escolar tornou-se uma prova, inclusive para nós, de que somos a favor da inclusão e que nada temos contra as diferenças. Como se o problema se resumisse à aproximação física ou à aceitação do direito do outro de apenas estar lá (PONTES, 2018, p. 70).

Essa mesma produção subjetiva que aponta como anormais aqueles que destoam dos padrões é a responsável pela definição de quem deve ser socialmente aceito e quem deve ser marginalizado.

Quando se apartam as pessoas tidas como diferentes e se resume suas vidas à deficiência entendida como falha, a tendência é que o olhar sobre elas se

desdobre em tutela e que se normalize o entendimento de que elas precisam ser protegidas. Nascimento (2014, p. 61) destaca que o funcionamento das políticas de proteção é parte de uma estratégia governo biopolítico, que atua tanto nas famílias em particular quanto na população. Segundo a autora, padroniza-se como os corpos devem ser modelados, regula-se como as mães devem se comportar e determina-se quais os modos de viver, controlando as famílias pelos dispositivos da segurança e da prevenção.

Tais práticas são características do exercício do poder pastoral⁷ que institui políticas de cuidado partindo do princípio de que esses corpos são incapazes, carentes, desprovidos de potência. Essa despotencialização está diretamente vinculada a uma concepção de normalidade, que considera como impotente tudo que desvia da norma.

Segundo Foucault (2008b, p. 83), as normas são fixadas após uma conjugação de interesses de soberania e disciplina estabelecer qual conduta será considerada normal. Assim, nas operações de normalização, as ações biopolítica vão utilizar cálculos estatísticos para estabelecer mecanismos de regulação de condutas e tentar trazer para a normalidade àqueles que estão desviantes. Segundo Ewald (1993, p. 79), todo um conjunto de elementos passa a ser pensado a partir de decisões, leis e racionalidades normativas, como a higiene, o urbanismo, a energia, e a proteção.

Hindess (2001, p. 101) caracterizou os modos como a razão política liberal lida com o problema de governar essa população cuja capacidade de conduta autônoma é considerada insuficiente. Segundo o sociólogo, são três as táticas de governo historicamente adotadas: a '*eliminação*' – nos casos em que essas pessoas são extintas (antes ou depois do nascimento) ou expulsas do território em que habitam; a '*compulsão por técnicas disciplinares*' – nos casos em que se utiliza da prática capacitista que entende que as capacidades necessárias para uma conduta autônoma podem ser desenvolvidas através da imposição de períodos mais extensos de disciplina, levando essas pessoas a ser "reavaliadas" (transformadas em "pessoas reabilitadas"), e as '*redes de segurança social*' – quando se entende que é papel do governo cuidar e estabelecer um ambiente social benigno e de apoio

⁷ De acordo com Foucault (2008b, p. 169), o poder pastoral é um poder de cuidado e vigilância. O pastor exerce poder guiando todo seu rebanho, mas também cuida individualmente de cada ovelha para que ela não sofra, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas. O poder pastoral é individualizante.

àqueles que carecem das capacidades necessárias para a ação autônoma, em grande parte por razões relacionadas com os problemas de saúde, pobreza ou educação inadequada (HINDESS, 2001, p. 101). Esta última visão fala do ‘*ethos*’ liberal de bem-estar ao enxergar benevolmente essas pessoas como beneficiários merecedores de melhores condições de vida.

Capacitismo é aqui entendido a partir da definição de Campbell (2009, p. 5), segundo a qual o termo se refere a uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de ‘eu’ e de corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e totalmente humano. Como salienta a autora, a deficiência é então apresentada como um estado diminuído de ser humano.

Quando despertei para a ideia de introduzir na minha pesquisa o tema do capacitismo como mecanismo de segregação e culto aos corpos normalizados passei a mergulhar em novas leituras que se tornaram mais um caminho de autodescoberta do que uma pesquisa acadêmica por si. Nesse meio tempo conheci o trabalho do Victor Di Marco, um roteirista e diretor de cinema brasileiro que pesquisa e produz obras relacionadas a corpos dissidentes no âmbito das corporalidades. Victor tem utilizado as redes sociais para a produção de conteúdo relacionado às suas vivências enquanto pessoa com deficiência. No ano de 2020 ele lançou um curta-metragem intitulado ‘*O que pode um corpo?*’, além de um livro chamado ‘*Capacitismo: o mito da capacidade*’. Desse livro eu trago aqui o entendimento do autor sobre o conceito de capacitismo:

Capacitismo é a expressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita-se que a corporalidade tange à normalidade, à métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza algo fora do momento ou que não produza o que creditam como valor. Ele nega a pluralidade de gestos e de não gestos, sufoca o desejo, mata à vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como *deficientes* (DI MARCO, 2020, Orelha do livro).

Também nessa perspectiva, Santos (2020, p. 2) define capacitismo como um tipo de preconceito direcionado às pessoas com deficiência, que estabelece hierarquias de poder e opressões, permeando as relações entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência e produzindo barreiras ao acesso à saúde, segregação e exclusão social.

Falar desses processos de classificação de corpos que instituem e normalizam certos padrões é trazer à tona as violências que são também normalizadas contra aqueles que são considerados inaptos, inválidos ou incapazes de viver uma vida considerada normal. É diante dessa realidade discriminatória que aponto a importância da relação das famílias com o que se entende como deficiência. A família é uma peça fundamental no processo de socialização dessas pessoas e do tipo de política a que elas serão submetidas. Tanto em casos de deficiência congênita quanto de deficiência adquirida por algum trauma, a família tende a ser a primeira instância de suporte e apoio nos processos de autoaceitação e convivência com aquela nova realidade. São muitas as barreiras físicas e psicológicas com as quais é preciso aprender a lidar (ou superar) e são poucas as famílias que dispõem de recursos subjetivos para enfrentar os efeitos da produção do padrão de normalidade para compreender por outras perspectivas o que é conviver com um filho fora de tais padrões.

Em seus estudos sobre os processos de subordinação das pessoas com deficiência, o cientista político americano Harlan Hahn apontou uma correlação entre estes e a conduta paternalista. Segundo o autor,

A prática do paternalismo permitiu que os não-deficientes atuassem como protetores, guias, líderes, modelos e intermediários para indivíduos com deficiência que, como crianças, geralmente são considerados desamparados, dependentes, assexuais, economicamente improdutivos, fisicamente limitado, imaturo emocional e aceitável apenas quando são discretos (HAHN, 1986, p. 130).

Também discorrendo sobre os efeitos subjetivos da conduta normalizante na vida das pessoas com deficiência, Campbell (2009, p. 17) afirma que a partir do momento em que uma criança nasce portando uma deficiência, o mundo já lhe transmite mensagens de que sua condição é de inferioridade. Segundo a autora, desde pequena a criança já é moldada para entender que ela vive num mundo em que a deficiência é inerentemente algo negativo, que pode até ser tolerado, mas só em última instância.

Em algumas das minhas experiências de convivência com outros deficientes físicos em centros de referência ortopédica e até mesmo em atividades paradesportivas, foram incontáveis os casos de pessoas que me relatavam seu contentamento com o benefício de receber um salário mínimo de aposentadoria por invalidez e não precisar trabalhar. Conheço muitas pessoas portadoras de

deficiência que são desestimuladas pela própria família a sair de casa, a estudar, a trabalhar, a ousar viver uma vida 'normal'. Muitas famílias produzem uma relação de culpa e/ou vergonha com seu parente deficiente, tratando-o de forma infantilizada e antissocial, implantando nele o medo e o entendimento de que o mundo fora de casa é perigoso e de difícil acesso.

Essas práticas de capacitismo, como o nome já sugere, nascem de um pré-julgamento de que pessoas cujos corpos fogem do padrão não serão capazes de realizar certas atividades que pessoas 'normais' realizariam. O capacitismo não enxerga uma deficiência como parte da diversificação humana, mas como uma falha, um defeito com o qual se pode tentar conviver e tolerar. Essa forma de pensar está entranhada subliminarmente nos valores da sociedade de tal modo que a conduta do estranhamento, associada ao olhar de fragilidade e presunção da necessidade de cuidado é quase que imediata e inevitável. Campbell (2009, p. 17) aponta que essa prática, tão normalizada, em vez de proporcionar consolo às pessoas com deficiência, na verdade envolve atitudes que induzem outras formas de prejuízo e lesão, sobretudo levando essas pessoas a desacreditarem das suas próprias potências.

O capacitismo se faz presente em nosso cotidiano de diversas formas. Por exemplo, não tem como não perceber o quão as cidades não são pensadas para proporcionar condições para um mínimo deslocamento às pessoas com mobilidade reduzida. É irrisória a preocupação dos governos em oferecer infraestrutura e serviços acessíveis. Essa prática subliminar faz parte do que chamo de micropolítica de escanteamento, uma forma de conduta orientada por formulações em nível molar que faz com que a população não seja acostumada a ver uma pessoa com deficiência nas ruas, trabalhando ou mesmo aproveitando espaços de lazer. O escanteamento vai sendo difundido de tal modo que a ausência passa a ser normalizada. Quando percebidas, as pessoas com deficiência são vistas com olhares de pena, lamento ou preocupação exacerbada. Mesmo pessoas com maior sensibilidade/maior conhecimento do tema e 'com a melhor das intenções', costumam partir do lugar do tratamento especial e delicado, que produz uma condição de destaque e distanciamento.

A preocupação com as deficiências, de acordo com Dias (2017, p. 25) foi se constituindo historicamente na perspectiva da produção e do ônus para o Estado. Na

tentativa de recuperar corpos e torna-los produtivos, buscou-se mover todo um conjunto de práticas de normalização e superação da condição de incapacidade.

Com o avanço do Estado neoliberal pôde-se assistir ao surgimento de novos marcadores de normalidade. Dentro do grupo de pessoas tidas como anormais, instituiu-se um limite de tolerabilidade a partir do qual os que possuem deficiências menos severas e maior habilidade laborativa passaram a ser incluídos numa nova política de incentivo à profissionalização e empregabilidade.

Todavia, para que uma pessoa com deficiência tenha acesso ao mercado de trabalho, primeiro ela tem que superar o olhar de limitação do contratante, convencendo-o de que está apto a desenvolver as atividades demandadas. É cansativa a tarefa de ter que comprovar que é possível ser portador de deficiência e ter autonomia para tocar a vida, sem estar sempre dependendo de um interventor. A minha resistência enquanto pessoa com deficiência não está na busca por ser visto como um igual, mas pela condição de, mesmo sendo diferente, não ser pré-julgado como incapaz. Ou seja, não restringir o olhar para mim a uma forma-corpo-normal.

Diferente de muitos, eu fui criado com a consciência de que não sou 'normal', porém, longe da sombra da limitação e da necessidade de uma redoma de proteção. Caçula de três filhos, minha família não me tratou como incapaz nem me antecipou ou me poupou de barreiras por supor que eu não fosse conseguir superá-las. Como poucos, tive a oportunidade de ser ensinado a trilhar o meu caminho de forma independente e isso me fez descobrir os prazeres de ser diferente. Sempre tive consciência de que a minha condição era de privilégio, mas isso não me isenta de ter que enfrentar a cada dia os olhares de estranhamento da sociedade normalizada. Em minhas singularidades, eu sou um corpo estranho que afronta o escanteamento.

Falo a partir da minha experiência de brasileiro, nordestino e que vive no Sudeste. Mas essa prática individualizante de controle das vidas e padronização de corpos não é algo específico do Brasil. Me recordo de um episódio que aconteceu em 2019, na época que fiz o intercâmbio no México: eu estava encostado na parede da saída de uma estação do metrô, aguardando a chegada de uma amiga, quando passou por mim uma senhora com uma aparência de quem estava com pressa. Depois de uns três passos ela parou, regressou e me estendeu a mão oferecendo-me algumas moedas. Eu fiquei sem reação e fingi que não entendi o que se passava ali. Ela me pediu desculpas e seguiu seu caminho, outra vez apressada.

Situações como esta acabam se tornando corriqueiras e me trazem questionamentos que também me são vitais: de onde vem esse modo de subjetivação que associa pessoas com deficiência como carentes (financeira e emocionalmente), frágeis, limitadas, inúteis, coitadas? O que é isso se não uma forma de opressão, de violência, de preconceito, de negação, de não escolha ou de escolha para o não? Está tudo interligado.

Volto aqui ao ponto que me fez por em análise os modos como as práticas de normalização me atravessam. Percebo que o controle biopolítico que afeta a minha vida tem a mesma gênese dos mecanismos de poder que também discriminam outras pessoas por sua cor, sua forma física, sua orientação sexual, seu gênero, sua condição financeira ou seu local de moradia. Mecanismos de poder que não toleram o diferente, sobretudo aqueles corpos que além de diferentes resistem ao processo de docilização.

1.2 Tentando entender a favela

Eu não sou cria da favela. Não nasci nem cresci numa delas. Mas, assim como o morador de favela, eu sei como é ser visto como o estranho, o limitado, o incapaz, o coitado, o indesejado, o inapto para ocupar certos lugares ante as subjetividades produzidas por essa sociedade capturada por valores capitalistas. Embora seja visto pelo prisma aqui apresentado, não sou visto como perigoso.

É certo que eu não sei o que é acordar com meu bairro cercado por helicópteros, nem com policiais ou civis na porta da minha casa com fuzis em punho. É certo que eu nunca tive que ser revistado nem interrogado para poder ter acesso à minha própria rua, ao voltar de um dia de trabalho. Muito menos fui abordado como suspeito de algum delito meramente pela cor da minha pele ou minha aparência.

Todavia, a experiência de comumente enfrentar olhares de estranhamento me permite conexões subjetivas que me deixam inquieto ao perceber que é esse olhar pautado na normalização que a uns dedica piedade e a outros repulsa. Uma ação caridosa e um ato bárbaro têm como fundamento o olhar para o diferente. É triste perceber como tornaram-se naturalizadas atitudes como associar um negro ao estereótipo de 'bandido', ou de temer a favela por compreender que seus moradores

são pessoas perigosas. Valores higienistas que, inclusive, têm levado grande parte da sociedade a comemorar a publicização de incursões abusivas e violentas do governo nesses territórios.

Falar de favela é trazer aos holofotes uma magnitude de subjetividades produzidas e alimentadas ininterruptamente. Subjetividades que carregam as feridas que são provocadas pelo processo de vulnerabilização típico de um sistema capitalista que se alimenta da segregação social. Nesse jogo, o governo se utiliza da disseminação de estereótipos depreciativos para justificar o modo como se fará presente nesses territórios: geralmente, através da baixa oferta de serviços, da omissão e da discriminação, além das sucessivas intervenções policiais que atuam de forma coercitiva para proteger certos interesses, ao compasso de um discurso de que sua missão é proteger a população como um todo.

Lembro que demorei a conhecer de perto uma favela. Também fui ensinado a temê-la. Orientado pela escola, pelos livros, pelos jornais, pela televisão. Na cidade que eu morava, no sertão da Bahia, não havia favelas por perto e as notícias que chegavam por lá me apresentavam aqueles territórios como lugares muito pobres, feios, sujos e perigosos. Não me lembro de ter ouvido notícias positivas sobre o cotidiano de uma favela, nem de ver alguém apontar o favelado como produto de um sistema. O favelado era sempre o perigoso, o vagabundo, o sem futuro, o que atrapalhava o desenvolvimento da cidade. A favela sempre foi o retrato da desordem, do caos, do como não ser.

Por mais que eu vivesse numa cidade pequena do interior, na qual convivia com muitas famílias mais pobres que a minha; por mais que eu soubesse como era a realidade de pessoas que viviam na rua, pessoas que não tinham o que comer, até pessoas que sobreviviam de pequenos crimes... Não, favela não. Favela era algo extremo.

Lembro que na infância eu ia a Salvador pelo menos uma vez ao ano para passear e visitar alguns parentes. Recordo que sempre passávamos pela famosa 'Avenida Suburbana' e numa parte alta era possível avistar a imensidão de barracos e palafitas da favela 'Novos Alagados'. Aquela imagem icônica me acompanhou por muitos anos (ou ainda me acompanha). O que era aquilo? Como aquelas pessoas conseguiam viver naquelas condições precárias em meio àquele grande esgoto que podia invadir suas moradias a cada subida da maré? Como elas conseguiam entrar e sair daquele lugar todos os dias? De longe eu não conseguia entender como

funcionava a vida ali. Aparentemente não tinham ruas, nem água potável, nem fornecimento regular de energia. Passei muitas vezes por lá, sempre apertando os olhos pra conseguir enxergar mais detalhes de como era o cotidiano daquelas pessoas.

Aquilo que eu via e o que imaginava sobre os Novos Alagados alimentava um ideário de que toda favela era um lugar precário, desestruturado, em que milhares de pessoas viviam espremidas e aparentemente não dispunham de recursos nem tinham oportunidade de viver o que eu entendia como sendo uma vida digna.

Com o passar dos anos acabei conhecendo outros lugares com estruturas em diferentes níveis de precarização, mas a maioria deles não toleravam ser ‘confundidas’ com favela, sobretudo em Salvador.

Quase duas décadas depois experimentei outra perspectiva do que seria uma favela: recém chegado para morar no Rio de Janeiro fui conhecer o Complexo do Alemão. Àquela época estava funcionando o teleférico que fazia a conexão entre a estação de trens de Bonsucesso e alguns morros daquele complexo. Olhando de baixo a minha primeira impressão é que se seguia ali aquele mesmo padrão das minhas imagens de casinhas muito pobres, apertadinhas em ruas e becos estreitos sem um mínimo de infraestrutura. A cada giro do emblemático equipamento, a cabine de vidro ia subindo e me apresentava àquela imensidão surpreendente. Sim, era um espaço urbano enorme e visivelmente de grande densidade demográfica. Contudo, dava nó em minha cabeça ver tantas casas com antenas de TV a cabo, churrasqueiras, piscinas, carros estacionados na porta das casas e ruas asfaltadas. Minhas recordações do que vi em Salvador e do que os meios de comunicação me mostraram me faziam associar favela às pessoas em condições de miséria. É certo que nem tudo que eu avistava ali do alto eram flores, mas o que vi destoava muito do que eu pensava ser uma favela. Estava nítido que aquele território concentrava uma diversidade socioeconômica que eu jamais esperei encontrar.

Sete anos após essa minha primeira visita ao Complexo de Favelas do Alemão participei, na UERJ, de uma roda de conversa com um grupo de jovens moradores daquele território. O grupo foi convidado para dialogar sobre suas experiências de atuação num projeto chamado ‘*Juventudes em Movimento*’. O projeto, promovido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase e pelo Instituto Raízes em Movimento, capacitou jovens para desenvolver uma grande pesquisa na qual deveriam percorrer as ruas e os becos do Complexo do

Alemão. Debater com esse grupo de jovens foi muito importante para que eu pudesse confrontar percepções que tive ao visitar o Alemão assim que cheguei para morar no Rio de Janeiro. Eles relataram que existe um déficit de informações oficiais sobre aquele território, pois os recenseadores da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE não percorrem toda a favela. No projeto eles tiveram que abordar pessoas aleatórias e convidá-las a responder um questionário que tinha por objetivo ‘identificar as condições de vida e os direitos de cidadania nas 13 favelas que compõem o Complexo’. Como eles eram moradores e conheciam de perto a realidade da vida no ‘Alemão’, aproveitei para indagar-lhes sobre a construção do teleférico e a interrupção de suas atividades. Foi unânime entre os membros do grupo o entendimento de que o teleférico tinha uma utilidade mais turística (que foi o meu caso). Entre os moradores, a utilização só era mais comum entre aqueles que vivem na parte mais alta do morro e careciam de transportes que lhes dessem acesso às suas casas. Fiquei impressionado com as falas do grupo em relação ao impacto que a construção das estações do teleférico trouxe à vida dos moradores: famílias que foram obrigadas a deixar suas casas e receberam indenizações irrisórias para tal mudança, condutores de transporte alternativo que perderam nicho de mercado, além de famílias que investiram em estruturas comerciais em torno das estações e viram seu negócio ruir após o fim da circulação do teleférico.

Quando migrei para o Rio já tinham se passado mais de dez anos desde que saí da casa dos meus pais para trilhar uma vida independente. Eu já era um homem graduado, servidor público e estava chegando para trabalhar na maior instituição de promoção da saúde pública do Brasil. Essa mudança me apresentou outras percepções sobre o funcionamento das cidades, com cenários bem diferentes dos que eu estava acostumado a transitar.

Diariamente passei a me deslocar de casa até a sede do meu trabalho, que se localiza num grande terreno com considerável preservação ambiental, contudo, cercado por muros altos que tentam isolá-la da sua vizinhança, o Complexo de favelas de Manguinhos⁸. O contraste entre um lado e o outro do muro denota um abismo estrutural que me desperta novas e grandes inquietações.

⁸ O Complexo de Manguinhos é um território marcado por altos índices de violência, sobretudo vinculado ao consumo e tráfico de drogas. Dados do censo de 2010 mostram que, naquele ano, Manguinhos ocupava a 150ª posição, num total de 158 bairros contabilizados pelo Índice de

Quando aqui me refiro ao ‘Complexo de favelas de Manguinhos’, ou ao ‘bairro Manguinhos’, me remeto ao local descrito por Lima (2019), morador de Manguinhos, que compreende esse território como “um conjunto de sublocalidades, com histórias de uso e ocupação distintos”, lugar que condensa multiplicidades e que tem sido objeto de diversas pesquisas que retratam os estigmas que configuram os modos de vida da sua população. Volto aqui ao entendimento de Santos (2006, p. 218) para enfatizar esse lugar-favela – de tantas pessoas e instituições experienciando de perto uma diversidade de conflitos e convergindo sua vida social individualizada em comunhão para tecer a história política do seu território.

Envolvido pelas novas rotinas de transitar e dialogar sobre as histórias e o processo de formação das favelas do Rio de Janeiro, passei a me interessar ainda mais por conhecer os modos como se articulam as organizações populares nesses locais. Tal interesse foi me aproximando cada vez mais do trabalho da Coordenação de Cooperação Social, setor do meu trabalho que é responsável pelos projetos que têm relação direta com o cotidiano das favelas. Essa equipe, que é composta por muitos moradores de favela, realiza uma série de atividades voltadas, sobretudo, para o desenvolvimento de redes e iniciativas de cooperação e tem como premissa a construção compartilhada de conhecimento junto aos moradores daqueles territórios e às diversas organizações locais.

Essa experiência de trabalhar lidando diretamente com as pessoas que vivem na favela tem contribuído para meu processo de desconstrução do mito de que o Estado está pouco presente em territórios considerados vulneráveis. Vendo de perto o cotidiano da vida em favela fica mais fácil compreender o quão esses modos de vida precários são construídos e como as carências da população fazem parte de um projeto político e sobretudo econômico de preservação das desigualdades.

Lembro o quão impactante foi pra mim quando li Carolina Maria de Jesus, em seus relatos tão transparentes sobre a vida em favela. Seu dia a dia de luta contra a fome e seus esforços para conseguir dinheiro para sobreviver e criar seus filhos. Em diversos trechos de *‘Quarto de despejo’*, a autora expõe sua percepção de que os

Desenvolvimento Social - IDS na cidade do Rio de Janeiro. O IDS é um índice que congrega oito indicadores relativos tanto ao domicílio quanto às pessoas que o habitam, usando-se variáveis, cujos resultados são apurados no censo promovido pelo IBGE. Outros índices do Censo de 2010 apontavam que Manguinhos era o bairro carioca com menor índice de coleta de lixo, tendo apenas 10,83% dos seus domicílios com lixo sendo coletado; 34% da sua população com 10 anos ou mais viviam com até um salário mínimo; e sua população tinha a quinta mais baixa média de renda entre os bairros do município.

políticos não se importam com os moradores de favela, a não ser quando é período eleitoral. Em meio às suas reflexões sobre esse descaso ela escreveu: *“Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta [sic] o afeto do povo pelos políticos”* (JESUS, 1963, p. 29).

Aquela angústia de Carolina me fez recordar a indignação do povo do sertão ao ouvir as falsas promessas dos políticos para amenizar os efeitos das secas. Do mesmo modo, me fez recordar as eleições municipais de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, quando um candidato venceu o pleito tendo como slogan de campanha o mote de ‘cuidar das pessoas’. Cabe ressaltar que com esse discurso ele conseguiu obter maioria dos votos inclusive nas zonas eleitorais localizadas nas favelas.

Na obra *‘Casa de alvenaria’*, que retrata sua fase de reconhecimento como escritora, Carolina relata uma conversa que escutou logo após ter ganhado uma caneta de ouro como reconhecimento por seu trabalho. No diálogo, pessoas questionavam sua capacidade de escrita e a desacreditavam por ela ser moradora de favela:

- Ela é escritora da favela.
Ouvi uma gargalhada irônica.
- Favela não dá escritor. Dá ladrão, tarado e vadio. Homem que mora na favela é porque não presta (JESUS, 1961, p. 25).

Esse descrédito preconceituoso que machuca diariamente tantas Carolinas me inquieta e me faz refletir sobre como esses modos de subjetivação tomam corpo e conseguem capturar tantas pessoas, fazendo-as naturalizar condutas violentas contra uma grande parcela da população. Seria possível desconstruir esse estereótipo de favela que cotidianamente vem sendo difundido e internalizado pela sociedade?

Como apontado por Ribeiro (2018, p.157), para quem olha de fora, o cinza só se faz presente nos barracos amontoados, mas quem convive com o território enxerga que nem o cinza dos barracos é o mesmo. Nas palavras da autora:

- Cada casa, uma história única e especial. Por mais que os tentem uniformizar ou romantizar, moradores de favela não são todos iguais. Em geral, as pessoas pouco sabem a seu respeito: boia-fria, babá ou doméstica são apenas ofícios, isso é apenas parte desses viventes. (RIBEIRO, 2018, p. 157-158)

Essa multiplicidade que é a favela foi a mim se revelando diariamente, desde que cheguei para morar no Rio. Como meu trabalho se situa no território do Complexo de Favelas de Manguinhos, vizinho às grandes favelas da Maré e do Alemão, muitos dos seus empregados são moradores daqueles bairros (principalmente os que ocupam as funções que demandam mão de obra mais barata, como funcionários das portarias, limpeza, jardinagem, serviços gerais e ascensoristas). Todos esses convívios foram me trazendo novos entendimentos do que era uma favela, de como era o cotidiano daquelas pessoas e de que, apesar das dificuldades, a vida em favela não é feita apenas de martírios como eu fui ensinado a acreditar. Certamente os dias mais difíceis são aqueles em que o governo encaminha sua força policial para invadir casas em busca de um inimigo que ninguém sabe ao certo quem é.

Lembrando dos primeiros anos de trabalho em Manguinhos, percebo como fui me acostumando gradativamente com o barulho dos tiros, especialmente nos dias de operação policial. Fico impressionado ao refletir sobre como eu fui naturalizando esses fatos tão perturbadores. Minha mesa de trabalho ficava ao lado de uma janela de vidro pela qual era possível ver de muito perto o helicóptero da polícia a sobrevoar a favela. Me angustiava a cena do policial pendurado com parte do seu corpo para fora da aeronave e com fuzil apontado para baixo atirando, aparentemente, a esmo. Contudo, a recorrência daqueles fatos terminou por amenizar meus sustos e meu medo dos tiros que eram disparados ali do meu lado. Recordo que por diversas vezes minha equipe continuava os trabalhos ignorando o que acontecia ao redor, parando apenas para comentar quando se ouvia longas rajadas de tiro.

Ainda hoje é comum receber mensagens de amigos e colegas de trabalho avisando que não poderão chegar no horário da reunião porque precisam esperar o tiroteio acabar para conseguir sair de casa.

Me pego pensando a respeito dos atravessamentos diários na vida dessas pessoas. Fico encantado ao ouvir relatos, por exemplo, de alguns que nasceram e foram criados na favela, tendo que viver em espaços físicos degradados, sem planejamento urbano e com altas taxas de violência e ainda assim conseguiram trilhar carreiras profissionais e acadêmicas. Histórias impressionantes sobre seus enfrentamentos para cumprir aulas de graduação, mestrado e doutorado tendo que, por diversas vezes, dar explicações para policiais, traficantes e milicianos, sobre

suas rotinas de ir e vir. No outro polo, tendo que explicar a seus colegas de trabalho e de estudo o porquê das restrições para sair de casa ou cumprir horários. Um duplo estranhamento por ser um ponto fora da curva aos olhos dos seus vizinhos e aos olhos dos que, assim como narrou Maria Carolina de Jesus, acreditam que “*na favela não dá escritor*”.

Manguinhos é um território que costuma ser apresentado na grande mídia como uma zona muito perigosa, violenta e dominada por traficantes. Esse tipo de olhar reducionista e criminalizante da vida em favela, infelizmente, não é coisa nova no Brasil. Gadelha (2015, p. 226) afirma que a história da família, da infância e da adolescência pobres, no Brasil, antes e no decorrer de todo o longo século XX, foi marcada por estigmatização, marginalização, exclusão e criminalização. Esses modos de assujeitamento têm sido costumeiramente reafirmados por iniciativas biopolitizantes que segregam a população entre vidas que importam e vidas que não importam. Ou para demarcar as vidas que podem ser capturadas e assujeitadas à condição subalterna necessária à manutenção de privilégios a outras vidas.

Cabe aqui, entretanto, ponderar o entendimento sobre o conceito de exclusão. Partindo do princípio de que excluir é por pra fora, não se pode dizer que existe uma parcela da população que é excluída, uma vez que não existe o lado de fora. Como afirma Daros (2020, p. 114), em consonância com Castel (1993), o que há é a produção de maneiras e espaços diferenciados para estar dentro. Assim, em vez de dentro e fora, têm-se zonas de integração (fluxos) e as zonas de vulnerabilidade (margens), produzidas estrategicamente para dar funcionalidade a um sistema de desigualdade.

Tal lógica também facilita a compreensão do conceito de marginalização. Como também trazido por Daros (2020), em sua analogia entre a exclusão social e o fluxo de um rio, são as margens que comportam o correr do rio. Assim, ao invés de excluir suas margens, o leito do rio estabelece com elas um processo de dependência e assujeitamento que possibilita que seu sistema funcione. Portanto, em um processo de marginalização não se exclui determinado grupo de pessoas, é a manutenção deste grupo assujeitado nas margens que garante que o rio tome corpo e siga privilegiando os sujeitos ao longo do seu leito.

Temos assim que a marginalização, produto das inseguranças e incertezas inerentes a políticas embasadas na concorrência, produz ao mesmo tempo o desamparo, que por sua vez torna fértil a disseminação do discurso do medo e a penalização das precariedades, solicitando de governantes e

governados a habilidade no manejo e combinação das técnicas disciplinares com as técnicas securitárias do biopoder. (DAROS, 2020, p. 113)

Milton Santos, em seu livro *'Pobreza urbana'* discute algumas divergências quanto ao uso da expressão marginalidade, sobretudo quando utilizado para se referir à população que vive em condição de pobreza. Compreendendo que muitos dos autores pensam marginal como aquele que está excluído, Santos (2013, p. 36) defende que pessoas pobres não são excedentes do corpo da sociedade e, portanto, não estão apartados. Todavia, como consequência de um processo de ampliação das desigualdades nos âmbitos social, econômico e político, eles são rejeitados, explorados e reprimidos.

Voltando à analogia, é possível entender que a favela está à margem da vida privilegiada que habita o leito do rio, porém, não está fora pois não existe rio sem margem. Pensando na lógica desses fluxos, os favelados não são excluídos. É a presença deles nas margens que sustenta o crescimento dos índices de desigualdade e possibilita o bom funcionamento da vida daqueles que possuem uma melhor condição socioeconômica.

Assim como no conceito de 'bordas', utilizado por Aguiar e Berzins (2014, p. 443), as margens podem ser entendidas como zonas onde ao mesmo tempo o ordenamento capitalista é produzido e dinamizado e se localizam diferentes formas de resistências. Elas têm como função articular e organizar os diferentes fluxos constitutivos do capitalismo.

Além de empurrar para as margens, a política de controle de corpos capitaneada pelo Estado aprofunda ainda mais esse abismo entre margem e leito ao difundir um ideário de favela como um ambiente necessariamente marginal. Essas margens se tornam cada vez mais temíveis quando se tem máquinas produzindo subjetivações racistas sobre o que é a vida naqueles lugares. Coimbra (2001) nos relembra que a origem das favelas é marcada pelo processo de gentrificação, que historicamente empurra famílias pobres para viver em regiões periféricas. Segundo a autora:

Na história das cidades constata-se como tais territórios, à medida que são valorizados economicamente, têm suas populações empurradas para outras regiões menos importantes. As chamadas "periferias pobres" sobrevivem sem as mínimas condições de saneamento básico, moradias, transportes, etc. - espaços onde, segundo o discurso hegemônico, vicejam a violência, o banditismo, a criminalidade (COIMBRA, 2001, p. 81)

A associação generalizada da favela a um ambiente de criminalidade tem normalizado a ideia de que quem vive na favela é criminoso e conseqüentemente uma ameaça. Como define Foucault (2015, p. 31), um criminoso é um inimigo público que rompeu o pacto social ao não cumprir as leis e normas gerais estabelecidas pelo próprio Estado. Esse pacto social, como defende Rousseau (2013, p. 26-37), se dá a partir de um contrato a ser cumprido por cada indivíduo para que o Estado se fortaleça e, em contrapartida, defenda e proteja as pessoas e seus bens. Assim, a favela é considerada um lugar de criminosos por concentrar pessoas que não cumprem sua parte no suposto pacto social, cujas normas são formuladas estrategicamente para que certos grupos de pessoas não tenham condições de cumpri-las.

Nesse contexto, o território de favela é abordado de forma depreciativa, justificando todo tipo de violência, inclusive o extermínio de alguns dos seus habitantes. Isso é uma política de Estado, atualizada por diversos governos. Eles justificam que estão buscando criminosos, mas condicionam todos os moradores das favelas, tendo ou não vínculo direto com esse negócio, a serem tratados compulsoriamente como ameaças a serem contidas, cada vez mais às margens, servindo como suporte para o bom fluxo da vida dos 'homens de bem'.

Até hoje, quanto mais eu me aproximo da discussão e do entendimento concreto do que é uma favela, mais percebo a complexidade das relações tão díspares que compõem aquela realidade. As concepções sobre o que é a vida nas favelas, especialmente as divulgadas pelas mídias empresariais e pelo Estado, raramente retratam as vivências do dia a dia das pessoas que moram ou frequentam estes territórios.

Volto então à minha inquietação com o paradigma da presença do Estado nos territórios vulnerabilizados. O quão presente o Estado se faz nas favelas? Minha primeira impressão era a da ausência; como se o fato de o território ser carente de infraestrutura significasse falhas na atuação dos governos, que não davam conta de atender às demandas daquela população.

Hoje consigo enxergar o quanto eu vivia capturado pela visão do Estado como centro da organização da sociedade. Eu era um exemplo do quanto essa lógica individualizante transita do nível macropolítico ao micropolítico levando a população a seguir e reproduzir normas, concordar com sistemas de controle

externo das suas próprias vidas e incorporar a necessidade de segurança e proteção estatal. Comungo da reflexão da Reis (2013) quando afirma que:

O mais inquietante não é, sem dúvida, não propriamente a realidade dos pequenos fascismos praticados cotidianamente pelos muitos aparelhos do Estado, mas, fundamentalmente, como eles se tornaram desejáveis e facilmente reproduzíveis. A questão refere-se, portanto, à lógica da vontade de potência e da produção do desejo (REIS, 2013, p. 16).

Custou-me aprender a enxergar que territórios carentes não significavam uma má gestão do Estado... tudo aquilo, ao contrário de falhas, era o acerto do Estado. Percebi, enfim, que a precariedade e a violência eram também formas dele se fazer presente. Tudo aquilo que parecia ausência era na verdade parte de um projeto, de uma escolha do Estado de como agir naquele tipo de localidade.

Contudo, como salienta Ribeiro (2018, p. 157), o cotidiano não se vive de fora, é preciso estar imerso nele para poder enxergar de perto o que não se alcança à luz da academia. Foi no dia a dia de trabalho, convivendo com moradores da favela, em algumas visitas para a realização de atividades de extensão e de pesquisa que minha percepção foi se modificando. Foi ouvindo diretamente os moradores da favela que comecei a desconstruir meu entendimento sobre o que é a vida num território como aquele.

2 BIOPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO NO GOVERNO DOS MORADORES DE FAVELA

Racistas otários nos deixem em paz
 Pois as famílias pobres não aguentam mais
 Pois todos sabem e elas temem
 A indiferença por gente carente que se tem
 E eles veem
 Por toda autoridade o preconceito eterno
 E de repente o nosso espaço se transforma
 Num verdadeiro inferno [...] ⁹
 DMN

Tal qual no rap do grupo DMN que no início dos anos 2000 denunciava o racismo, a indiferença e o preconceito contra as famílias pobres, busco nesse capítulo refletir sobre a incidência da prática do racismo no cotidiano da população e analisar como o Estado se utiliza das técnicas de governo para conduzir essa população à subjetivação de valores neoliberais, racistas e individualizantes.

Trazendo conceitos desenvolvidos sobretudo por Michel Foucault e Achille Mbembe, ponho em análise o modo como a prática da produção de subjetividades tem sido historicamente utilizada como mecanismo para a construção de inimigos sociais e, a partir daí, analiso o modo como a população foi sendo subjetivada (por meio de doutrinação, adestramento, disciplinarização) a temer e criminalizar os moradores de favelas.

2.1 Política racista em nome da preservação da vida (de alguns)

Como compreender esse sistema de controle da vida das pessoas, essa prática que nos atravessa enquanto sociedade e que busca moldar nosso comportamento e nossas escolhas? Como funciona essa máquina que segrega a população, que promove valores racistas, que cria normas e determina o que é ou não normal, que seleciona vidas a proteger e vidas a condenar?

⁹ Trecho da música *Racistas Otários*, composta pelo grupo de rap paulista DMN e lançada no ano de 2002.

Quando me propus a colocar em análise a relação do Estado com os territórios de favela precisei voltar a estudar a conformação do Estado e suas lógicas de funcionamento. Mergulhando em novas bases teóricas e revisitando minhas experiências de diálogos com políticas públicas, fui levado a um processo de desconstrução da minha visão sobre o que é Estado e suas formas de conduta. Minha formação prévia era pautada num discurso de estado provedor, benevolente e que após a Constituição Federal de 1988 teria se tornado mais aberto à escuta popular e interessado em convocar a população para construir políticas públicas em parceria com os gestores governamentais.

Leituras como a dos cursos do Michel Foucault foram me fazendo perceber o Estado como uma instituição autocentrada, que tem como prioridade absoluta a ampliação da sua força e a manutenção da sua integridade e do seu papel de condutor da população. A partir dali fui compreendendo que o Estado se pauta por uma racionalidade própria que, de acordo com Foucault (2008b, p. 343), é constituída de um cuidado que visa unicamente à conservação, à ampliação e defesa dos interesses do próprio Estado. Aquela minha visão do Estado que teria como foco a ampliação do bem estar da população em geral era parte de um discurso ilusório pelo qual eu havia sido capturado.

No curso intitulado Segurança, território e população, Foucault (2008b) faz uma discussão sobre as estratégias adotadas para fortalecer uma racionalidade liberal no governo das populações. O autor mostra como o conhecimento científico e os mecanismos da economia de mercado foram sendo apropriados pelo que ele chama de governamentalidade, a partir da associação entre saber e poder. A construção de uma governamentalidade está presente em políticas de Estado por meio de sua organização territorial, administrativa e política, utilizando mecânicas específicas na condução da população. Um novo modo de gerir poderes que é permeado por relações econômicas, jurídicas e subjetivas, no controle da vida. Assim se consolida uma razão de Estado, uma racionalidade governamental, um modo de entender e de conduzir a população, uma governamentalidade, enfim:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a própria população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p.143).

Já o Estado, Foucault entende como sendo uma prática. Para ele, o Estado é composto pelo conjunto das práticas que fazem dele uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo (FOUCAULT, 2008b, p. 369). Trata-se de uma racionalidade que organiza as políticas de governo e as políticas de Estado e que vai sendo incorporada pela população, fazendo com que o Estado esteja presente em nós. A racionalidade de Estado é uma concepção da vida orientada por regimes de verdade instituídos por relações de saber/poder. Esta racionalidade governamental passa a nos constituir expressando-se nas práticas do nosso dia a dia, na família, no trabalho, nas relações, no modo como a gente habita o território, nos desejos, no pensamento, etc., nos fazendo operar por certas lógicas que naturalizamos.

São condutas coletivas historicamente produzidas que falam de uma forma macropolítica de pensar, de conduzir, de organizar de acordo com regime de verdades. Desde as leis que regem o funcionamento da sociedade às condutas que nos são direcionadas através da escola, dos sistemas de saúde, do ordenamento urbano, o Estado funciona como uma caixa de ressonância para os poderes tanto privados quanto públicos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 96).

Quando pomos em análise a governamentalização da vida dos moradores de favela nos deparamos com um cotidiano de restrições e precariedade. São vidas expostas a condições de pobreza, de baixo acesso a serviços como educação, saúde, infraestrutura, transporte, cultura, etc. Pessoas que vivem imersas num contexto de violências promovidas e autorizadas pelo aparelho do Estado e que fazem parte de uma mecânica de governo pensada para manter a lógica da segregação.

A população de baixa renda que vive em favelas, além de lidar com a pouca oferta de serviços básicos no seu entorno, ainda enfrenta dificuldades para custear um transporte público que lhe possibilite se deslocar pela cidade para trabalhar, estudar ou acessar programações culturais e de lazer (que geralmente ocorrem longe da sua casa).

Silva (2021) nos traz relatos sobre seu cotidiano de moradora de favela e chama a nossa atenção para o modo como o projeto governamental que é aplicado nesses territórios é estratégico para tornar a vida dos moradores ainda mais precarizada, tanto pela falta de serviços quanto pela incitação à violência:

Os serviços de saúde na favela já são bem precários, em sua maioria. Nos dias que ocorrem operações ou confrontos entre as facções rivais, o serviço não funciona, pois boa parte desses profissionais não reside no mesmo local, e não consegue chegar ao trabalho, com medo de ser alvejado. Mesmo que quisessem ir trabalhar, “pelo menos onde moro, a favela é fechada. Ninguém entra e ninguém sai. Não temos o direito nem de passar mal [...]. As escolas e creches públicas não funcionam pelo mesmo motivo dos serviços de saúde, a maioria dos profissionais reside em outros bairros. Existem muitos casos tanto dos profissionais de saúde quanto de professores que pedem transferência ou desistem de seus empregos, pois muitos não suportam trabalhar à base de medo e à mercê da violência (SILVA, 2021, p. 84-85).

A autora faz questão de destacar em seu texto que o problema não é o local, favela, mas toda a forma de governar que faz com que ela se torne e seja reconhecida como local de legitimação da violência e da morte (SILVA, 2021, p. 85). O promover e o deixar acontecer a violência, a carência de serviços básicos, tudo é parte de um projeto de controle pensado para aquele tipo de lugar.

Nesses processos de governo, o Estado utiliza o saber econômico para controlar a população a partir do uso de técnicas e mecanismos de segurança. E, sendo a economia de mercado regida sob um sistema capitalista, o Estado torna-se representante dos interesses e valores liberais. Assim, o Estado liberal vai produzir e ao mesmo tempo estabelecer limitações, obrigações e técnicas de controle e coerção para que a população reverencie o Estado ao se enxergar livre, embora permaneça sobre seu controle quase que absoluto (FOUCAULT, 2008a, p.87).

Cabe sempre ressaltar o vínculo entre uso da força por parte do Estado e os interesses do mercado econômico, uma vez que, como afirmam Aguiar e Berzins (2014, p. 440), a violência e a guerra são práticas frequentemente utilizadas como instrumentos de dominação e de garantia da expansão do capitalismo. Uma demonstração do vínculo pode ser observada em relatos trazidos por Cruz (2020, p. 59) ao descrever o processo de intervenção policial ocorrida em Manguinhos no ano de 2012. Segundo a autora, um ‘caveirão’ (veículo blindado da polícia) foi posicionado na Rua Leopoldo Bulhões, tendo à frente pessoas vestidas com uniformes das empresas *Claro* e *Sky* preparadas para iniciarem as vendas de serviços de telefonia e TV a cabo. Na análise da autora,

Isso nos ajuda a compreender por que as UPPs vieram acompanhadas de muitos serviços privados que antes não acessavam os territórios favelados, o que incluiu as populações faveladas precariamente no consumo dos serviços de internet, telefonia e TV a cabo “oficiais” em ataque aberto aos serviços oferecidos de forma “oficiosa” nos territórios, assim como colocou os comerciantes na lógica do empreendedorismo oficial que antes existia na informalidade (CRUZ, 2020, p. 59).

Tais fatores trazem à tona que a lógica da racionalidade da paz é construída em conjunto com as lógicas do consumo e da necessidade de segurança. Ou, como salienta Calveiro (2019, p. 46), os poderes político e econômico fazem um duplo movimento: assustam primeiro, para oferecer em troca uma ‘enganosa segurança total’.

Dona Maria acorda cedo pela manhã para arrumar seus netos e levá-los à escola. Banhos tomados, um café da manhã rápido e tudo pronto para cumprir a rotina diária de caminhada até a escola pública que fica do outro lado da comunidade onde vivem, na cidade do Rio de Janeiro. Ao abrir a porta de casa, Dona Maria percebe que viverá mais um dia “daqueles”. Preocupada, ela fecha rapidamente a porta, leva as crianças para a parte mais ao fundo da casa e se vê aflita a imaginar por quantas horas precisará ficar trancada dentro de casa. É mais um dia de operação policial na sua comunidade. As ruas estão cheias de policiais portando fuzis e a qualquer momento pode começar aquela intensa troca de tiros que ela já está cansada de presenciar. Ela liga a TV, começa a ver imagens dos helicópteros sobrevoando sua comunidade e ouve os repórteres vibrando ao noticiar que mais um bandido foi baleado pela polícia.

Com a ampliação da governamentalidade, as estratégias de controle da vida da população foram sendo modeladas e atualizadas. Acompanhando as políticas instituídas pelo Estado, a sociedade foi construindo seus modos de subjetivação e absorvendo valores e costumes que, por vezes, tendem a reproduzir uma cultura de preconceitos e segregações. Sendo o funcionamento da vida, sobretudo da vida em comunidade, regido por políticas em seus níveis macro e micropolítico, constantemente vão sendo tecidos códigos de conduta, acordos, crenças, valores e relações que terminam por construir o cotidiano da sociedade, tanto no âmbito coletivo quanto no individual.

Esse modelo de governamentalidade, que se utiliza das tecnologias de controle das vidas, tem como um dos seus efeitos mais nocivos a potencialização das assimetrias produzidas na população. E tanto os repórteres que Dona Maria viu pela televisão quanto a grande maioria das pessoas que também assistiu ao noticiário, vão comemorar a matança.

As ações biopolíticas de preservação da vida não se fazem valer de forma equânime a toda a população. A seleção de quais corpos serão preservados e quais serão explorados, abandonados ou mesmo eliminados está a cada dia mais relacionada à lógica da economia de mercado, que tem como prioridade a obtenção de lucro. Para tanto, o mercado requer corpos produtivos, capacitados e aptos ao trabalho. Assim, passa a ser função do Estado controlar esses corpos para que eles se tornem disciplinados, dóceis e úteis para manutenção do poder. Conjuntamente, diversas outras instituições como escola, religião, família, etc. também irão difundir discursos de verdade, contribuindo para fazer funcionar todo sistema econômico produtivo. Sistema este que para sobreviver precisa de uma sociedade desigual. E, como nos fala Coimbra (2001, p. 250), aqueles que, por não conseguirem ser "domesticados", docilizados e tornados produtivos, são mostrados como "perigo social", "fardo social" e, por extensão, dispensáveis.

Sendo um projeto de poder, é esperado que o Estado trace mecanismos para retroalimentar seu direito de intervir nas condições de vida da população. Assim, o ato de privilegiar a vida de uns e negligenciar a vida de outros funciona como um mecanismo de retorno à manutenção do equilíbrio e do poder desse Estado. Discorrendo acerca dessa limitação de racionalidade por parte do Estado, Milton Santos afirma que:

Chamado a implantar um conceito de modernidade que atenda às necessidades da globalização da economia, o poder público acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social. Assim, enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção), os demais, isto é, a maioria, não têm resposta adequada para as suas necessidades essenciais (SANTOS, 2006, p. 209).

Nesse ponto eu volto à discussão sobre meu processo de desconstrução do entendimento do Estado como um defensor das igualdades. Mesmo tendo vivido as experiências de carência de serviços públicos no sertão nordestino e de já ter

algumas experiências de trabalho junto às favelas, eu persistia em acreditar que faltava uma atuação do Estado nesses lugares e que seus moradores deveriam acreditar e demandar do Estado soluções para o que eles identificassem como problemas em seus territórios. Passar a perceber o Estado como parte de um sistema que precisa alimentar desigualdades me fez revisar muitos processos políticos que outrora eu vislumbrei como fios de esperança, como nos casos de abertura à participação popular nas estruturas estatais.

Ali se abria pra mim um mundo de explicações para situações que eu não compreendia. Sempre me questioneei sobre o fato de que: se é função do Estado proporcionar melhores condições de vida para toda a população, por que os governos não direcionavam seus orçamentos para oferecer melhores serviços de educação, saúde e infraestrutura para o sertão e para as favelas? Seria falta de planejamento e gestão?

Só então passei a entender a desigualdade como projeto. Ali passei a perceber que a racionalidade do Estado instituía uma prática de governo da população de forma segregada, possibilitando assim que menor parte dela tenha privilégios e outra parte maior seja assujeitada para garantir os privilégios daquela menor parte.

Tal mecanismo só reafirma o entendimento de que não falta Estado na favela. Assim como não faltam ações do Estado na região Nordeste e não faltam políticas públicas voltadas para assistir às pessoas com deficiência. Mas qual o tipo de assistência que se reserva a esses públicos? O que geralmente se encontra é o Estado produzindo as relações que pensávamos que ele combateria. O Estado está presente na favela através das ações violentas da polícia e dos serviços propositalmente precários (como a falta de limpeza urbana, ou a carência de infraestrutura e de profissionais de saúde e educação, etc.). No Nordeste, as políticas de Estado historicamente foram pautadas pelo baixo investimento no desenvolvimento local, alimentando uma cultura migratória para suprir a demanda por mão de obra barata em outras regiões. Para a população com deficiência, o Estado costuma instituir políticas capacitistas que tomam esses corpos como incapazes, improdutivos e carentes de tutela. Tudo isso que para alguns pode parecer uma falta de atuação do Estado é na verdade parte de um mesmo projeto de normalização por meio do qual se estrutura o capitalismo, que só se sustenta a partir da lógica da desigualdade e da exploração dos corpos produtivos. Afinal, se na

favela e no sertão tivéssemos serviços de educação de qualidade, quem ocuparia as funções de prestação de serviços mais insalubres e menos remuneradas?

Nessa mesma perspectiva do Estado que em sua racionalidade oferece um discurso de liberdades e em paralelo exerce um controle biopolítico dos limites de liberdade da população, ele também produz um discurso sobre perigo e necessidade de segurança ao mesmo tempo em que se coloca como instituição responsável por promover a paz.

Mas de quem a população precisa ser protegida? Ou qual parte da população precisa ser protegida?

Em nome de uma racionalidade da paz, associada ao controle biopolítico, governos incitam a segregação social ao apontar que uma determinada parcela da população precisa ser evitada e combatida. Na cidade do Rio de Janeiro, não por acaso, tal subjetividade tem sido produzida e disseminada de modo a criminalizar os moradores das favelas. Desde o final do século XIX, quando o centro da cidade concentrava grande quantidade de pessoas pobres morando em cortiços, uma série de informações passou a ser publicizada classificando aquela região como sinônimo de criminalidade e de doenças. Tal iniciativa era parte de um projeto de gentrificação que apostou no embelezamento de uma região para obter lucros com sua exploração imobiliária. Assim, o governo conquistou apoio popular para que aquelas moradias fossem demolidas e seus moradores removidos para outras regiões da cidade, afastando os supostos riscos de contaminação.

A segurança, como apresenta Foucault (2008b) é um potente dispositivo que produz modos de subjetivação que são fundamentais para criminalizar certos grupos de pessoas e gerar demandas por maior intervenção e controle. Como consequência, a sociedade começa a se sentir desprotegida e passa a defender que o Estado utilize seu aparato policial para invadir os territórios tidos como perigosos para instaurar a paz. Contudo, praticamente toda a população compra a ideia de que precisa ser protegida pelo Estado (mesmo aquela população que vive em territórios que serão alvo das intervenções violentas daquele mesmo Estado).

Como salienta Bicalho (2005, p. 57), as intervenções que há mais de um século aconteceram no centro do Rio de Janeiro se apoiaram em políticas públicas e produções de subjetividades que fortaleceram o conceito de 'classes perigosas', um conjunto de pessoas que não era bem-vindo em alguns lugares. A burguesia que estava em ascensão no país buscou afastar os pobres da sua vizinhança. Contudo,

precisava mantê-los relativamente por perto pois eles eram úteis como empregados e prestadores de serviços. Como complementa o autor,

Perigosas porque pobres, por desafiarem as políticas de controle social no meio urbano e por serem propagadores, em potencial, de doenças. Portanto, não-humanos. Deste modo, tal movimento mobiliza os mais diferentes setores da sociedade, como a família, a escola, o trabalho, o direito, a arquitetura, a estatística, a sociologia, a antropologia, a medicina, a psicologia e a polícia, que indicam e orientam como todos deveriam se comportar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer (BICALHO, 2005, p. 57).

Também nessa perspectiva, Batista (1996, p. 307) aponta que historicamente os governos investiram em campanhas que enfatizavam que o mundo das classes perigosas tinha que ser demolido, bem como as sobrevivências culturais precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização. Ainda segundo a autora, os hábitos desses pobres perigosos passaram a ser vistos como condenáveis e tinham que ser combatidos pelas instituições públicas.

Esse projeto higienista desde o início do século XX já estava calcado num conjunto de interesses que associavam a ação do Estado com o mercado econômico. Deste modo, a atuação violenta do Estado, desde aquela época aos dias atuais, pode ser compreendida como parte da sua racionalidade e também como um desdobramento do seu poder regulamentador.

Essa conduta das vidas por parte do Estado se tornara cada vez mais embasada em estudos econômicos e estatísticos para estabelecer um conjunto de dispositivos de segurança que compunham uma tecnologia que Foucault chama de biopoder. Trata-se, portanto, da constituição de uma política, ou uma estratégia de poder, que abarca as características biológicas fundamentais da espécie humana e as utiliza para controle da população.

As práticas do biopoder se desenvolvem a partir de segregações e desagregações, priorizando algumas vidas em detrimento de outras. A segregação vai se construindo a partir do estabelecimento de modos de vida pautados por valores mercantis e racistas. De acordo com Piper e Calveiro (2015, p. 8), esses valores, sobretudo em tempos neoliberais, instituem o medo como um produto e um pré-requisito para a imposição de um modelo econômico político cada vez mais excludente e que, por isso mesmo, gera grandes resistências.

De acordo com Rose (2011) essa tecnologia de controle das vidas nos leva a observar as distintas estratégias utilizadas pelos governos: como os numerosos programas, propostas e políticas que visam moldar a conduta de indivíduos. Esses

mecanismos encontram-se embutidos, por exemplo, nos modelos normalizados de educação e saúde, nas publicidades, nas políticas de empregabilidade e na desigual alocação de recursos entre as diferentes regiões do país. O autor afirma ainda que o uso desses recursos teria como intenção, não somente controlar, subjugar, disciplinar, normalizar ou reformá-los, mas também torná-los mais inteligentes, sábios, felizes, virtuosos, saudáveis, produtivos, dóceis, empreendedores, satisfeitos, cheios de autoestima, dotados de poder, ou o que quer que seja (ROSE, 2011, p. 25).

Como produto vê-se a invenção da necessidade de mais segurança, de proteção, de mais escolarização, do empreendedorismo de si. Scheinvar (2014b, p. 484) aponta que a alimentação da cultura da insegurança é uma estratégia necessária para fazer funcionar as máquinas de controle. Ainda segundo a autora, “alimenta-se uma indústria de insegurança e um espaço de lucro. Vende-se segurança como condição para viver. Ela toma conta dos afetos ao operar dizendo fazer justiça (...) a chamada segurança justifica qualquer ação, por cruel, radical e violenta que seja” (SCHEINVAR, 2014b, p. 484).

Dentre os mecanismos de exercício do biopoder, o *‘Estado de polícia’* é apontado por Foucault como uma prática de encarregar-se da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão (FOUCAULT, 2008b, p. 10). Ainda segundo Foucault (2008b, p. 71), trata-se de uma governamentalidade cada vez mais intensa, mais acentuada, mais fina, mais tênue, uma regulamentação sem marcos determinados a priori.

No entendimento de Zaffaroni e Batista (2003, p. 41), *‘Estado de polícia’* é um sistema que se opõe ao *‘Estado de direito’*: enquanto o *‘Estado de direito’* submete todos os habitantes à lei, no *‘Estado de polícia’* todos os habitantes estão subordinados ao poder daqueles que mandam.

Em análise sobre o conceito de *‘Estado de polícia’*, Duarte (2014) afirma que este assegura uma forma de controle permanente e constante que pode ser evocado sempre que necessário. Assim como Michel Foucault, o autor acredita que o objetivo externo do *‘Estado de polícia’* é garantir o bem estar da população, mas, seu fim primeiro é ser o braço forte do governo com poderes ilimitados, definindo o posicionamento de cada indivíduo, em todas as questões que possam ser ou não do interesse do Estado.

Cabe ressaltar que a proliferação dos dispositivos de segurança como exercício do biopoder não anula as práticas de vigilância, o uso de mecanismos de controle, nem mesmo a soberania do Estado. Todas essas formas de governamentalidade funcionam de certo modo sobrepostas. Controla-se a vida de todos sendo que uns têm suas vidas protegidas e outros são subjetivados à condição de suspeitos, perigosos e matáveis. Sobretudo se estes forem pretos e moradores de favela.

Em depoimento à mídia, um jovem ajudante de pedreiro, de 22 anos, declarou que havia saído de casa, em Manguinhos, na Zona Norte do Rio, pouco depois das 17h do dia 29 de janeiro de 2019 para comprar água de coco para seu filho, nascido há pouco mais de três meses. Segundo ele, após pedir a bebida numa barraca de frutas próxima à sua casa, ele parou para conversar com um amigo quando foi atingido por um tiro nas costas. O jovem afirmou que o tiro teria sido disparado da torre de controle da polícia que se encontra no bairro de Benfica, vizinho ao bairro de Manguinhos. A utilização da torre como fonte de tiros não foi confirmada, mas levantou uma especulação sobre sua utilização como espécie de panóptico¹⁰, do qual a polícia teria condições de fazer uma vigilância estratégica de vários territórios de favela.

O panoptismo foi um dispositivo bastante estudado por Foucault, especialmente ligado às estruturas do sistema prisional. Foucault ressaltou que o panóptico não constituía simplesmente um modelo de organização penitenciário, mas a “ideia de um novo princípio de construção” capaz de ser aplicado a todo tipo de estabelecimento (FOUCAULT, 2008b, p. 99). Como no caso do Estado do Rio de Janeiro: uma torre de controle dentro da sede da polícia pode ser um excelente posto de observação, vigilância e monitoramento das diversas comunidades que

¹⁰ “O Panóptico de Bentham é uma figura arquitetural composta na periferia por uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia (...) O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 2014a, p. 194).

estão ao seu redor. Esse dispositivo pode tornar-se ainda mais efetivo para alimentar uma política de morte, se aliado à experiência de atiradores de precisão a longa distância. Essa foi a estratégia utilizada pelo ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel ao defender como fundamental o uso de helicópteros em operações policiais e anunciar que seu governo estava fazendo uso de snipers¹¹ de forma sigilosa. Em uma entrevista à imprensa ele afirmou que “quem avalia se vai dar o tiro na cabeça ou em qualquer outra parte do corpo é o policial. O protocolo era claro: se alguém está com fuzil, tem que ser neutralizado de forma letal imediatamente”¹². Contudo, do alto de um helicóptero, são muitos os objetos que se assemelham ao tal fuzil.

Práticas como essas que caracterizam o uso do biopoder e dos mecanismos de controle sobre a população de favela foram abordadas por Edson Passetti ao pôr em análise a penalização da miséria. Segundo o autor, os campos de concentração e de extermínio estão replicados nas periferias, vista como peste, que deve ficar aprisionada e segregada para curar o corpo social, pelo isolamento ou pela extinção (PASSETTI, 2003, p. 179). Na mesma perspectiva, Batista (2015, p. 92) pontua que, além do controle a céu aberto e da transformação de periferias em campos, se destacam como efeitos do controle territorial da pobreza e seus riscos, a fascistização das relações sociais e a inculcação subjetiva do desejo de punir. Passetti (2006, p. 97) acrescenta ainda que, no passado, a imagem do terror era associada às prisões. Atualmente, são as periferias que assumem este lugar da imagem do terror.

O uso de helicópteros e atiradores de elite sobrevoando as favelas, estratégia tão aclamada pelo ex-governador Wilson Witzel, ratifica o funcionamento desses locais como campos de concentração a céu aberto. Como salienta Augusto (2010, p. 265), esses territórios são parte de um programa da sociedade de controle que mira áreas consideradas de risco ou vulnerabilidade social com projetos de urbanização

¹¹ Sniper é um termo oriundo do inglês que significa atirador de elite ou, em outras palavras, um profissional que tem a capacidade de atirar em alvos a partir de posições escondidas ou distâncias superiores às das pessoas não treinadas.

¹² Trecho da matéria intitulada “*Snipes já estão sendo utilizados, só não há divulgação, diz Witzel sobre a ação da polícia*”, publicada em 31 de março de 2019 e que está disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/snipers-ja-estao-sendo-usados-so-nao-ha-divulgacao-diz-witzel-sobre-acao-da-policia-23563388>>.

de favelas, policiamento de proximidade junto da comunidade e ações repressivas pontuais. O autor defende que essas intervenções no campo assistencial, educacional e de planejamento urbanístico têm como objetivo dissuadir os moradores, especialmente jovens, de cometer incivildades.

O campo de concentração a céu aberto diz respeito a uma tecnologia de controle que opera não mais em lugares de confinamento fechados e/ou apartados de um fora, nem mesmo por uma delimitação territorial em relação ao centro, mas por uma administração do território por seus próprios habitantes. É um dispositivo inclusivo que amplifica as modalidades de encarceramentos e se faz, também, nas relações estabelecidas entre as pessoas que convivem sob uma governamentalidade (governo das condutas), respeitando-a e produzindo práticas de subjetivação que as imobilizam, não por uma imposição externa, mas por um desejo profundo e voluntário em se manter na condição de assujeitados por apreciarem os espaços de confinamentos a céu aberto que habitam e aprenderam a amar (AUGUSTO, 2010, p. 270).

Mas como um Estado, que diz agir em nome da proteção de vidas, vai justificar seu direito de matar uma parte da população para proteger a outra?

Michel Foucault defendia que a incorporação do racismo ao Estado veio justamente para preencher essa lacuna. Essa prática de Estado, como também afirma Mbembe (2018, p. 18), tem a função de regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Características fenotípicas da população tornaram-se critério para implementar apartheids, semear o ódio entre as pessoas biologicamente diferentes e instaurar políticas de morte.

Em um contexto de fusões micropolíticas vê-se potencializada uma combinação discriminatória das condições de ser pobre e ser preto. O desprezo, o preconceito e o desejo de distanciamento da população que é pobre – ‘o outro’ – associam-se ao racismo que segrega biologicamente e menospreza a parte da população inferiorizada pela cor da sua pele. Essa combinação é uma produção subjetiva tão complexa e persuasiva que se infiltra pelas relações cotidianas fazendo daquele que é discriminado ser, ao mesmo tempo, um agente da criminalização dos que poderíamos ver como iguais a ele. Tal é o caso dos policiais pretos e moradores de periferia que impulsivamente atiram em pessoas também pretas e faveladas por identificar nelas as características consideradas típicas de ‘bandidos’.

Em tempos em que muitos afirmam que racismo é coisa do passado, ser preto e, em especial, ser preto e pobre continua sendo indicador de risco de morte, pela atuação do próprio Estado.

Num início de noite de segunda-feira o jovem Rodrigo desce a ladeira da favela Chapéu Mangueira, onde mora, para esperar a chegada da sua esposa com seus filhos. Era um dia chuvoso e ele se preocupou em levar um guarda-chuva para melhor proteger sua família e, preso ao seu peito, uma espécie de suporte para carregar crianças. Enquanto aguardava por eles numa esquina, Rodrigo foi alvejado com três tiros. Policiais teriam ‘confundido’ o guarda-chuva com um fuzil e o suporte com um colete a prova de balas. Rodrigo era um homem preto.

A prática cotidiana das forças policiais torna explícito o quanto o racismo é um elemento intrínseco às políticas de Estado. Quando discorre sobre racismo de Estado, Foucault o descreve como uma estratégia higienista, um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (FOUCAULT, 2016, p. 73).

Também segundo Michel Foucault, foi a emergência do biopoder que adotou o racismo como mecanismo de Estado:

No contínuo biológico do aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu (FOUCAULT, 2016, p. 214).

Cabe aqui trazer uma distinção entre três conceitos que, por estarem interligados, costumam ser confundidos: preconceito, racismo e discriminação. A partir de leituras de autores como Almeida (2018, p. 25), passei a compreender que preconceito racial se dá pelo julgamento baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, podendo ou não resultar em práticas discriminatórias. O racismo é manifestado pela crença de que uma raça ou etnia pode ser superior a outra por suas características físicas, por exemplo. Já a discriminação racial está no campo da ação e ocorre quando alguém atribui um tratamento diferenciado a grupos racialmente identificados através de jogos de poder e muitas vezes do uso da força.

Com base na percepção da população como uma mistura de raças, o biopoder alimenta a subdivisão da espécie humana em subgrupos biologicamente distintos, estimulando a cultura do preconceito que se desdobra em racismo e em

práticas discriminatórias. Promovendo tal segregação, o biopoder difunde o argumento racista de que existe um grupo que precisa ser protegido de outros. Assim, torna-se comum entre os protegidos o entendimento de que a morte do outro é a sua segurança pessoal. Esse outro passa a ser tratado como 'a raça ruim', 'a raça inferior', 'o anormal', e sua eliminação (direta ou através de mecanismos de segregação) vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura. Foi o que aconteceu no caso dos moradores dos cortiços do centro do Rio de Janeiro que passaram a ser vistos como impuros, dos quais se queria distância.

Importante enfatizar que não é a diversidade racial que faz surgir o racismo. Pelo contrário: é o racismo e a necessidade produzida de diferenciação que estrutura a segregação racial entre as pessoas.

Qualificar a população com base em teorias racistas significa reduzir a condição humana à sua condição biológica. Como afirma Mbembe (2018, p. 19-20), faz parte da estrutura da soberania perceber a existência do outro como um atentado contra sua própria vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o meu potencial de vida e segurança. Trata-se de uma política binária entre a vida das pessoas que merecem continuar vivas e a vida matável das pessoas que estão reduzidas às suas meras condições biológicas. Assim, a mecânica de captura dos corpos incorpora o racismo como ferramenta de consolidação dos interesses de um Estado regido pela prática biopolítica.

Torna-se mais produtivo ao Estado exercer seu poder de matar para proteger uma suposta 'raça boa', sendo inclusive aplaudido pela maioria da população. A racionalidade que consegue enxergar o Estado como racista e assassino não tem força diante da racionalidade produzida pelo próprio Estado que diz que ele está matando pessoas perigosas em nome de um bem maior que é a proteção da população. Como salienta Foucault (2016, p. 215) este inimigo que se trata de suprimir não é adversário no sentido político do termo, são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população.

Quando se tem uma sociedade de normalização, o racismo é indispensável como condição para tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 2016, p. 215).

Em um domingo que tinha tudo para ser feliz, o músico Evaldo saíra de casa, na zona norte do Rio de Janeiro, para acompanhar sua esposa Luciana e seu filho pequeno em uma festa que celebraria o nascimento do bebê de um amigo da família. No meio do trajeto seu veículo começa a ser alvejado com tiros disparados por um grupo de policiais. Com a intensificação dos tiros, ele para o veículo, sua esposa desce correndo com a criança e implora para que os policiais parem de atirar. Evaldo já estava morto, mas os disparos continuaram. Foram mais de 200 tiros contra aquela família. Tudo que os policiais conseguiram justificar foi que teriam recebido a denúncia de que um homem negro teria cometido um assalto e fugido num veículo de cor branca. Acreditaram que o veículo conduzido por Evaldo fosse o mesmo do tal assaltante. 'Se confundiram'.

Esse racismo de Estado funciona como um mecanismo para a eliminação de raças como argumento de proteção e purificação. Essa é a alternativa do biopoder para fazer viver ao mesmo tempo em que faz morrer.¹³ Em análise da obra do Foucault, Deleuze (2019, p. 91) aponta que o Estado passou a renunciar o discurso soberano de direito de causar a morte, mas paralelamente construiu brechas que lhe permitissem cometer genocídios em nome da preservação da vida de uma população que se julga melhor. O inimigo cuja vida pode ser retirada não é mais um inimigo jurídico, mas um agente tóxico ou infeccioso, um 'perigo biológico' que precisa ser eliminado para que vidas úteis sejam preservadas (DELEUZE, 2019, p. 92).

Essas interfaces entre o racismo e a biopolítica foram aprofundadas pelo autor aqui já citado, Achille Mbembe. Ele defende que o tema da raça foi uma sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do ocidente, de modo mais enfático do que o pensamento de classe. Nascido em Camarões, o autor

¹³ Referência à análise histórica de Foucault de acordo com a qual até o século XVII o poder soberano era absoluto, cabendo-lhe, inclusive, escolher quem ele queria que vivesse ou que morresse. Foucault (2016, p. 202) afirma que o soberano tinha direito de vida e de morte, podendo fazer morrer e deixar viver. Assim, a vida e a morte dos súditos só se tornariam direitos se essa fosse a vontade do seu soberano. A partir dos séculos XVII há uma inversão dessa lógica, quando, em paralelo ao poder soberano se estrutura o poder disciplinar. Além de conquistar territórios passou a ser fundamental um planejamento para sua manutenção, inibindo a revolta contra a estrutura de poder que se tinha estabelecido. O poder disciplinar tem como prioridade a manutenção da vida a partir do controle dos corpos e da gestão calculada da vida. Nesse processo de mudança, instituiu-se um poder que Foucault chama de regulamentação e que consiste em fazer viver e deixar morrer, que conviverá com o poder de fazer morrer e deixar viver, exercido pelo soberano (FOUCAULT, 2016, p. 207).

é um exímio estudioso das normalizações eurocêntricas e dos consensos sobre a história do povo negro no mundo. Assim como Hannah Arendt, Mbembe também defende que a raça está relacionada com as políticas de morte.

O racismo, na visão de Mbembe (2018, p. 15), é uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, o velho direito soberano de matar. Segundo ele, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Essas práticas caracterizam o que Mbembe chama de '*necropolítica*'.

O termo necropolítica indica a política de morte promovida pelo Estado e associa o conceito de biopolítica (a partir de suas práticas de gestão da vida e regulação da população) com o conceito de racismo. A prática necropolítica fica escancarada em casos como o de Evaldo e tantos outros que, por serem negros, foram imediatamente identificados como suspeitos e perigosos e tiveram suas vidas ceifadas pelos policiais sem que estes sequer averiguassem se eles tinham cometido o delito que suspeitavam.

O vínculo entre biopolítica e racismo também se expressa plenamente quando se analisa o regime de escravidão. Segundo Mbembe (2018, p. 27), a escravidão foi uma das primeiras experimentações da biopolítica, levando o escravo à perda dos direitos sobre seu próprio corpo. O governo da vida de uns e outros de forma apartada deixa claro qual parte da população foi escolhida para viver e quais foram as vidas cuja preservação só era importante quando fossem classificadas como úteis e produtivas.

Mbembe compreende que, ao adotar a prática necropolítica, o Estado promove segregações à moda do Estado de Apartheid e divide os territórios ocupados em uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas (MBEMBE, 2018, p. 43). Tal como nas experiências de ocupação colonial analisadas pelo autor, na relação do Estado com as favelas brasileiras também se observa essa política segregacionista. Ambos os casos são marcados por práticas de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico. Relações sociais e espaciais que se estruturam a partir da produção de fronteiras e hierarquias; da classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias, utilidades e capacidade produtiva; da extração de recursos e de força de trabalho.

Em seu último livro '*Os condenados da terra*', Fanon (1968) também discorre sobre a vida nos territórios colonizados. O autor destaca que a relação dos países

africanos que eram vítimas de colonização, com seus colonizadores, foi marcada por experiências de violência. Todavia, mesmo tendo sofrido violências quando colônias, muitos países agora independentes acabam por reproduzir as práticas de racismo, discriminação, segregação social e racial dos seus povos. Como salienta Fanon (1968, p. 76), diversos países apresentam a mesma carência de infraestrutura e a população luta contra a mesma miséria e debate-se com os mesmos gestos.

Essa estratégia racista de eliminar as pessoas produzidas como matáveis, sobretudo aquelas que de algum modo buscam contestar o lugar de subjetivação ao qual são direcionadas, é uma das características basilares do exercício do biopoder associado à necropolítica. Ações que contribuem para baixar seu preço no mercado e reforçar sua utilidade em condições subalternizadas.

Grabois (2019, p. 27) chama a atenção ao fato de que a formação social e histórica do Brasil também foi muito marcada pelo seu processo de colonização. Assim, para pensar o racismo praticado pelo Estado brasileiro é preciso levar em consideração as subjetividades produzidas pelas relações coloniais de saber e poder que constituíram a história deste país.

Também na perspectiva da ampliação do campo das subjetividades, Pelbart (2018) faz uma análise sobre a expansão da cultura da necropolítica e aponta que esta já extrapola a dimensão raça que é enfatizada por Achille Mbembe. Segundo ele, o sofrimento tem sido pouco a pouco estendido para além dos negros:

É o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes, mas em contextos agudos, podem acrescentar: mulheres, gays, trans, drogaditos, esquizofrênicos, etc. Como se perpetuássemos a convicção escravocrata de que um negro perambulando solto só pode ser um foragido da senzala – um bandido deve ser morto, sempre! (PELBART, 2018, p. 15-16).

Grabois (2019, p. 17) identifica ainda que o racismo de Estado na obra de Foucault não é exatamente um racismo étnico, mas antes um “racismo contra o anormal”, que pode ou não se entrecruzar com o racismo étnico. Ele funciona como uma estratégia de gestão da morte como parte da gestão da vida. Ou seja, é em nome da vida de uns que se tira – ou se expõe à morte – a vida de outros. O Estado moderno, na sua atribuição biopolítica de gestão da vida, utiliza um racismo interno contra sua própria população como tecnologia de poder capaz de separar aqueles que terão suas condições de vida aumentadas daqueles que terão suas condições de vida diminuídas (GRABOIS, 2019, p. 26).

Estudos como os de Mbembe, Foucault, Grabois, Fanon e tantos outros que colocam em análise situações de necropolítica e racismo de Estado em outros lugares do mundo podem ser facilmente assemelhadas às políticas de Estado que têm sido adotadas no Brasil. Como pode ser observado em vários dos relatos que atravessam esse texto, o governo do Estado do Rio de Janeiro tem implementado e intensificado estratégias de segregação social e racial que configuram como políticas de morte.

2.2 De quem o Estado é inimigo?

O jurista alemão Günther Jakobs, por volta do ano de 1985 desenvolveu uma teoria sustentada no conceito de '*Direito Penal do Inimigo*'. A ideia apresentada nesse conceito é a de que as pessoas que não se adéquam às normas estabelecidas pelo Estado para convívio em sociedade devem ser privadas do direito às proteções penais ou processuais penais (JAKOBS; MELIÁ, 2007). Esse dispositivo seria, portanto, uma via para a segurança do resto da sociedade, em seu direito de ser protegida (vigiada, controlada), sobretudo protegida da ação dos que são produzidos como inimigos. O inimigo, na visão dos autores, seria qualquer pessoa que não respeitasse as leis e a ordem legal de um Estado. Assim, sendo considerado uma ameaça, esse inimigo merecia perder todos os direitos como cidadão e como ser humano. Uma alusão a duas noções centrais à governamentalização da vida.

Nesta pesquisa ponho em análise o modo como o morador de favela foi produzido subjetivamente como um inimigo da sociedade, que precisa ser apartado por representar perigo e ameaça à segurança da população. Contudo, esse lugar de inimigo já foi ocupado (ou imposto) a diferentes grupos ao longo da história da humanidade: desde saqueadores, piratas, escravos, judeus, ciganos, comunistas, traficantes, terroristas, esquerdistas e todos os demais que, de alguma forma, fossem considerados uma ameaça à ordem e à continuidade de regras ou costumes. A essas distintas figuras, consideradas como perigosas, concedeu-se a alcunha de inimigo e buscou-se cassar seus lugares de sujeitos possuidores de direitos, ou, em muitos dos casos, literalmente, caçar suas vidas por meio de

aprisionamento e morte. Foucault (2012, p.135) chama de '*estratégia de contorno*' essa prática estatal de, em vez de buscar os indivíduos que cometeram infrações, agir sobre a população considerada perigosa, provocando medo e intimidação na população que um dia pode vir a ocasionar problemas (por exemplo, os jovens desempregados).

Na história do Brasil, desde a invasão europeia, os indígenas foram alçados ao lugar de inimigo. Aqueles que ocupavam originalmente as terras tornaram-se ameaças por resistirem à dominação e exploração por parte dos colonizadores. Do mesmo modo, os negros que foram trazidos às terras tupiniquins já chegaram sob condição de escravos, coisificados e assujeitados. Suas iniciativas de fuga, desordenamento ou luta por libertação acirravam seu enquadramento como inimigos dos que estavam do lado dominante do exercício do poder, inimigos da ordem senhorial. Aos pobres, que o sistema capitalista não dá condições de acompanhar o mítico padrão de desenvolvimento selado pelo consumo e dependência do mercado, reservam-se a carência de serviços públicos, o confinamento em localidades precarizadas, a violação de suas propriedades e de sua dignidade.

As práticas racistas, associadas à política de morte, fazem parte do cotidiano da vida em favelas desde o surgimento das mesmas. Sabe-se que muitas favelas se formaram a partir de medidas governamentais higienistas de desapropriação, que removeram milhares de moradores de suas moradas para alojá-los em regiões de menor interesse do capital. Outras surgiram a partir da ocupação desordenada de espaços de difícil acesso, como morros e áreas de manguezal. Alternativas possíveis pelo modo de organização do espaço, de acordo com os interesses dos patrões que, de sua parte, precisavam ter os trabalhadores por perto e, da parte das famílias de trabalhadores, elas precisavam permanecer próximas aos seus locais de trabalho. Não tendo outra opção, o jeito foi arriscar a vida morando em locais insalubres e assentados de forma irregular. Desassistida por serviços básicos, sem garantia de emprego e dependendo de estratégias as mais diversas para sobreviver, a favela vai se convertendo no lugar do perigoso. Não da expressão da desigualdade, da usura, da exploração, mas do inimigo. Como pode se ver nos trabalhos de Pimenta (1926), Valladares (2005) e Nielsson e Wermuth (2018), são muitos os estudos que detalham o processo de remoção das favelas e ocupações para reordenação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Desde a segunda metade do século XX, o argumento que se costuma difundir para a produção do inimigo é o combate ao comércio ilegal de armas, drogas e mercadorias. Como explica Batista (2003), tal estratégia é parte de um jogo de produção de subjetividades pelo qual se propaga a favela como sendo zona perigosa, ao mesmo tempo em que se cria uma campanha em nome da paz para justificar as abordagens violentas contra essa população.

Ora, se o objetivo fosse o combate à comercialização ilegal de drogas, ele teria que ocorrer em todos os territórios que compõem a cidade e não apenas em favelas. O funcionamento desse mercado se dá de acordo com as demandas de consumo, assim, a comercialização ilegal de drogas ocorre de modo capilarizado, estando presente tanto nas zonas pobres quanto nas zonas mais ricas das cidades. Porém, a ação violenta do Estado se concentra apenas nas zonas mais pobres, nas que vive a parcela mais explorada da população e cujas vidas interessam menos ao Estado e principalmente ao mercado econômico.

Todo esse jogo de interesses político-econômicos elevou os trabalhadores do tráfico de varejo, geralmente moradores das regiões mais pobres, ao lugar de inimigos nacionais, enquadrados como 'raça ruim'. Batista (2003, p. 36) afirma que todo o sistema de controle social, incluindo aí os meios de comunicação de massa, estabeleceu um inimigo a partir de um estereótipo: o jovem traficante que é recrutado pelo poderoso mercado de droga. Como salienta a autora,

O estereótipo do bandido foi-se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda (BATISTA, 2003, p. 36).

Como parte das estratégias do Estado, os meios de comunicação de massa exercitam sua habilidade em narrar insistentemente uma realidade produzida de modo a construir significações e subjetividades pelas quais se forja mocinhos e 'bandidos', vítimas e culpados. No universo do comércio e uso de drogas, esse mecanismo midiático termina por abrandar e normalizar o consumo social das drogas e, em contrapartida, demoniza a prática varejista efetuada por jovens negros e pobres das favelas, enquadrando-os como traficantes.

O sistema convive com seu uso social, sua alta lucratividade, mas desenvolve um discurso moral esquizofrênico que demoniza a parcela da população atirada à sua venda pelo mercado de trabalho excludente e

recessivo. A manutenção da sua ilegalidade aumenta sua lucratividade e reduz à condição de bagaço humano uma parcela significativa da juventude pobre de nossas cidades (BATISTA, 2003, p. 41).

Em entrevista ao site Brasil de Fato, Batista (2010) pontuou que não se pode generalizar a categoria de 'traficante'. Compreendendo que existem diferentes níveis de envolvimento dentro desse mercado, a autora prefere utilizar o termo 'comerciantes varejistas'. Ela destaca que mesmo o menino, menor de 18 anos, ou seja, a criança ou o adolescente que trabalha fazendo a embalagem dos produtos a serem comercializados é também demonizado da mesma forma que o profissional que comanda o negócio das drogas em nível internacional. Como sintetiza Batista (2010), é preciso distinguir que nem todo mundo que trabalha nesse negócio barbarizado é bárbaro, mas esse menino também vai se barbarizando por causa dessa guerra.

Nessa mesma perspectiva, Aguiar e Berzins (201, p. 441) fazem uma crítica ao modo generalista de se referir aos que vivem do comércio ilegal e por isso chamados de traficantes, inclusive sempre associando-os aos moradores de favelas.

A figura dos traficantes [é] traçada com os mesmos contornos dos terroristas, ilustrando o consenso como uma narrativa interpretativa e homogeneizadora das classes perigosas, que forja uma correlação intrínseca entre os pobres moradores de zonas vulneráveis e o crime organizado (AGUIAR E BERZINS, 201, p. 441).

Como afirma Coimbra (2001, p. 58), vão sendo produzidos "novos inimigos internos do regime". Uma parte específica da população passa a ser considerada "suspeita" e, naturalmente, deve ser evitada e eliminada, seja pela morte ou pelo hiperencarceramento dos seus corpos. Como também defende Coimbra,

Hoje, dentro da nova ordem mundial, dos projetos neoliberais vigentes em escala planetária, os novos "inimigos internos do regime" - e tratados como tal - são os segmentos mais pauperizados: aqueles que os "mantenedores da ordem" consideram "suspeitos", "perigosos" e que devem, portanto, não somente ser evitados, mas eliminados (COIMBRA, 1995, p. 6).

Convencida de que esses inimigos precisam ser contidos e eliminados, a população passa a apoiar e aplaudir os extermínios e as chacinas, até mesmo a se sentir autorizada para praticar linchamentos contra 'esse povo'. Nesse contexto, Aguilera (2016, p. 72) destaca que o Batalhão de Operações Especiais – BOPE, tropa de elite da polícia, se converteu em um símbolo das forças de elite que protegem o poder político mediante o extermínio daqueles que considera inimigos.

Como afirma Coimbra (1995, p. 6), institui-se oficiosamente uma política pública de morte e extermínio das parcelas mais empobrecidas de nossa população, com a aquiescência das elites e das classes médias.

De acordo com o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro – Infopen¹⁴, o quantitativo de pessoas privadas de liberdade no Brasil, somente no primeiro semestre de 2019, era de 752.277. Os dados indicam que naquele momento mais de 95,06% dos encarcerados era do sexo masculino. Dentre todos os encarcerados, 55,69% não possuía ensino fundamental completo e 66,08% dos que declararam sua cor de pele/raça/etnia se considerou preto ou pardo.

Numa rápida análise do histórico do sistema prisional brasileiro, associada a um passeio pelas notícias sobre o crescimento da violência policial nas favelas, percebe-se que a atuação do Estado, em seu poder de privação de liberdades, tem legitimado a criminalização do estereótipo pobre, negro e favelado. Delineiam-se aí as características de quem o Estado considera seu inimigo.

Em uma análise sobre sujeito racial, governo de corpos e branquitude a partir das teorias do Achille Mbembe, Teles (2018) chama de “campos” os territórios precarizados que estão sob constantes ações violentas do Estado. Também inspirado em Frantz Fanon o autor acredita que na matriz da guerra ao inimigo e das políticas de morte, a cidade “é um mundo cortado em dois”, cujas fronteiras são mantidas pela militarização crescente da vida e do cotidiano (Teles, 2018, p. 27).

As favelas e periferias pobres das grandes cidades, territórios habitados majoritariamente por negros, são historicamente precarizados e se tornam alvos dos “mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte”. Os “campos”, ou poderíamos dizer as favelas, não seriam o resultado do mau funcionamento do Estado, mas antes um projeto necropolítico (TELES, 2018, p. 28).

Como interrogam Facina, Silva e Lopes (2019, p. 21), de que forma é possível pensar a política em territórios onde o Estado tem evidente prática de extermínio? Como pensar no Estado como indutor de políticas públicas para melhoria da vida na

¹⁴ O Infopen é um sistema utilizado pelo Departamento Penitenciário Brasileiro, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Nacional, para sintetizar informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional do Brasil. O banco de dados contém informações de todas as unidades prisionais brasileiras, incluindo dados de infraestrutura, seções internas, recursos humanos, capacidade, gestão, assistências, população prisional, perfil das pessoas presas, entre outros. Os dados aqui apresentados estão disponíveis em: < <http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias1>>.

favela quando o próprio Estado entende as particularidades e diferenças da favela como algo a ser criminalizado e, se possível, eliminado.

Essa prática de tratar a diferença como algo a ser combatido é uma característica que denota a incorporação de valores neoliberais à prática do Estado. Foi a partir de intensificações e modulações das relações liberais que o neoliberalismo se estabeleceu, passando a instituir políticas afirmativas que primam por tratar o diferente de forma diferente. Ao invés de invisibilizar suas diferenças ou pressioná-lo para que se enquadre nos padrões de normalidade preestabelecidos, passou-se a controlar essas diferenças de forma isolada e segregada, evitando inclusive que estes indivíduos desviantes venham a ameaçar o desempenho daqueles que se adequam às normas. De acordo com Calveiro (2019, p. 17),

O neoliberalismo cultiva certa tolerância que longe de reconhecer a diferença como tal, a integra para funcionalizá-la e controla-la, ao tempo em que isola cada particularidade entre os iguais sem trocas nem comunicação efetiva desse com os outros (CALVEIRO, 2019, p. 17).

2.3 O morador de favela como ‘o outro’

Quero aqui trazer uma importante observação feita por Silva (2021, p. 38) a respeito da generalização que se faz ao compreender o favelado como se fosse um produto padronizado. Segundo a autora, o termo “favelado” induz ao apagamento das múltiplas realidades e subjetividades que existem dentro da favela, uniformizando todas as vidas e contribuindo para que a gestão da pobreza padronize todos os que moram na favela, orientando-os a uma única estratégia de governo.

Um caminho subjetivo que constrói um (único) perfil associado a todo morador de favela, como se todos vivessem, se comportassem, sentissem da mesma forma. Uma das belezas da favela, como de todo espaço plural, é justamente o celeiro de subjetividades que nelas há. Dessa forma, além de analisarmos a construção histórica da associação da pobreza à criminalidade e a estigmatização do povo favelado, é importante analisarmos as práticas que produzem tal associação e o perfil “favelado” (SILVA, 2021 p. 38).

A favela é vista e publicizada como ‘um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação’, tal qual a cidade do colonizado¹⁵, descrita por Fanon

¹⁵ Em seu livro ‘*Os condenados da terra*’, Franz Fanon faz a seguinte descrição sobre a cidade do colonizado: Um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem

(1968). Como abordei anteriormente neste texto, é possível fazer uma correlação entre o modo como os moradores de favela são tratados e as práticas que eram aplicadas nos campos de concentração e extermínio, nos que eram aprisionados e descartados aqueles indivíduos que não interessavam ao comando nazista fazer viver.

Tal visão preconcebida sobre o que é a vida numa favela, de acordo com Wacquant (2001), é parte de um processo de subjetivação produzido e difundido pelo próprio Estado:

O Estado localiza esses lugares como regiões problema, áreas proibidas, circuitos selvagens, territórios de abandono, evitados e temidos por acreditarem que são vícios locais, violência, excesso de criminalidade e desintegração social. Ali está uma população vista como exótica, improdutiva e brutal (WACQUANT, 2001, p. 13).

Scheinvar (2008, p. 6) enfatiza, inclusive, que não é a pobreza o problema, mas estar fora da ordem, seja por ser pobre, seja por ser 'desviado'. O Estado não implementa ações contundentes para erradicar a pobreza, mantém os pobres cada vez mais às margens e reclama que eles vivem como pobres: "com suas aspirações, com suas estratégias de sobrevivência, com seus sonhos, sob condições de extrema dificuldade e adversas à vida, que levam a que eles, os pobres, sejam reconhecidos como violentos" (SCHEINVAR, 2008, p. 6).

A criminalização da pobreza, como afirmam Aguiar e Berzins (2014, p. 441), é prática discursiva contemporânea que cria as condições para incursões violentas de agentes de segurança pública nas áreas mais pobres. Tal prática tem sido escancarada das formas mais brutais, que vão além do uso da força.

Nas análises de Guimarães (2014) sobre as lentes punitivas no sistema de atendimento à infância, a autora relata o caso de uma criança que foi encaminhada para um abrigo por sua mãe estar presa:

Mesmo não havendo qualquer conduta do pai contra a filha, este foi desqualificado em todo o processo e desacreditado de sua capacidade de criá-la. O dossiê do processo mostrava que o pai estaria de acordo com a lei, tinha emprego fixo com carteira assinada e residência fixa. Contudo, este foi submetido a diversos

intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz (FANON, 1968, p. 29).

exames para que os peritos representantes do Poder Judiciário certificassem sua periculosidade. Sob a suspeita de que a criança teria alergia a lactose, o pai (que não tinha sido informado sobre tal diagnóstico) foi julgado negligente por levar-lhe biscoitos com leite em suas visitas ao abrigo. Tal julgamento não foi removido quando a suspeita de alergia não foi confirmada. O pai precisou prestar contas do que levava para a filha para comprovar que estava agindo de acordo com as normas. A autora apontou que o caso se configurou mais como uma conduta investigativa policial para retirar sumariamente a criança da sua família biológica do que uma construção de possibilidades para que ela pudesse ter a filha em seu convívio. Sob tais argumentos e artimanhas, apesar de todos os esforços explícitos do pai, a criança foi dada em adoção para uma família com maiores recursos materiais em São Paulo (GUIMARÃES, 2014, p. 50).

Um caso similar que também denota os efeitos nocivos do biopoder sobre os moradores de favela veio à tona em julho de 2019:

Uma colega do meu trabalho que reside na favela de Manguinhos mandou mensagens à nossa equipe comunicando que uma vizinha sua acabara de ser acionada por uma decisão judicial que visava retirar a guarda do seu filho. O pai estava a solicitar a guarda da criança por considerar perigoso deixá-la morar na favela, com sua mãe. Cabe ressaltar que a referida mãe possuía casa própria, trabalhava como agente de saúde com carteira de trabalho assinada e renda mensal de mais de dois salários mínimos. A sentença do juiz determinou que a criança passasse a morar com o pai, no estado de Santa Catarina. Foi um caso notório pelas relações institucionais do pai, que era um agente de segurança, mas o argumento utilizado pelo juiz foi o de que o índice de violência do Rio de Janeiro teria transformado a cidade no que ele chamou de "sementeira de crimes".

Como salienta Silva (2021 p. 45), a forma com que o favelado vive é incomoda pois difere de um modelo de comportamento aceito como normal, passando a ser classificado como torto e, sendo torto, pressupõe-se que há uma correção que precisa ser feita. Todavia, como ter uma vida dentro dos padrões normalizados quando já se acorda com um tiroteio na porta de casa, por vezes articulado com as forças do Estado ou sob sua anuência? Não é esse mesmo

Estado que se diz uma organização incumbida de cuidar, proteger e levar segurança à população? E quem protege a população que mora nas favelas? Como essas pessoas vão sobreviver tendo que se proteger até de quem, de acordo com o discurso liberal, supostamente deveria estar lhes protegendo?

Monique Cruz, também moradora de favela, sintetiza essa experiência de viver sob os olhares de objetificação daqueles que os temem. Segundo a autora,

É esse olhar de um outro que o destrói, o fixa, o destitui ou o repara. “Somos aquilo que o outro faz de nós. Somos, então, seu objeto. Somos o que o outro diz que somos, e nos faz sem humanidade, faz de nós precariedade e inumano, faz do corpo das pessoas negras uma “maldição”, processo que se explica na construção da ideia de favela enquanto negatividade por ter sido esse local onde as práticas sociais estavam antes ligadas à “cultura africana” das pessoas escravizadas e libertas e hoje à cultura ilegal e criminosa “imposta” pelo “crime organizado” (CRUZ, 2020, p. 48).

São histórias tristes que já não são incomuns ao cotidiano do Rio de Janeiro. Como afirmou Franco (2018, p. 47), há uma visão impregnada na sociedade de que os habitantes das favelas são, em sua maioria, participantes do comércio varejista de drogas, imposto pelos comandantes do tráfico nas comunidades.

Uma vez subjetivada na condição de ‘bandidos’, a população que vive nas favelas tem sido alvo constante de uma política de morte, sobretudo sob um governo do estado que se identifica com a ideia de que ‘*bandido bom é bandido morto*’. O enquadramento de quem deve ser considerado como criminoso tem escancarado o Racismo de Estado. Os policiais têm tido cada vez mais autonomia para maltratar e atirar para matar quem eles considerem ‘bandidos’, ou mesmo ‘suspeitos’. Tudo isso sob aplausos de uma população capturada por esse discurso subjetivamente produzido de que é preciso eliminar os perigos. Assim, tem sido cada vez mais comum encontrar declarações raivosas nas redes sociais, nas rodas de amigos ou mesmo em grupos da família, repetindo expressões como “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos” e “quem quiser defender bandido que leve ele pra sua casa”.

O que leva um policial, sobretudo um policial negro e morador da periferia, a atirar em um indivíduo negro morador de favela por ele ter características que o enquadra no estereótipo de ‘bandido’? Muito me inquieta o modo como a produção de subjetividades captura essas pessoas e as faz enxergar um inimigo em alguém que vejo como tão semelhante.

O dia a dia da população que vive em favelas, sobretudo pessoas de pele preta, tornou-se cenário de filme de terror. As intensas operações policiais, que se dizem estratégicas para a proteção da população e eliminação de perigos, se dão colocando em risco e ameaçando a vida das pessoas que residem nas regiões mais pobres. Num território em que se acredita ser zona de concentração de ‘bandidos’ e pessoas perigosas, torna-se irrelevante a imprecisão dos tiros disparados do alto de um helicóptero ou de uma torre de controle. Tal prática denota que essa proteção e eliminação de perigos é só para certos setores, definidos numa política de racismo de Estado.

“Ontem minha mãe me ligou no final do dia pedindo cuidado quando chegasse pois a polícia tinha entrado. Agora, ela acaba de ligar, polícia de novo e com muitos tiros.

Entendem o que o Estado leva pro morador da favela? Terror!

Só medo e morte!

Repressão armada em bairros territoriais não pode ser chamada política de segurança. Segurança pra quem? Um veículo chamado caveirão circulando entre casas nunca vai representar a garantia constitucional da nossa dignidade enquanto humanos. Seria um escândalo social, não fôssemos pobres e, sobretudo, pretos.”¹⁶

(Junho de 2019)

Em seu prefácio, Alves e Evanson (2013, p. XII) apontam que muitas vezes a polícia agiu como se fosse um teatro de operações no qual o sofrimento imposto às populações seria o dano colateral alegadamente necessário para o bem comum, com amplo desrespeito aos seus direitos. Com tantas intervenções, os moradores das favelas cariocas são levados a ressignificar suas vidas e estabelecer rotinas que se moldem à flexibilidade que essa realidade lhes obriga ter.

“O amanhecer na minha favela...

Moradores de Manguinhos, depois de uma noite de muitos tiros, amanhecem com incursão da polícia. Relatos de casas sem luz e entrada em algumas residências, por policiais. Estudar como? Sair para trabalhar e deixar a casa fechada é preocupante. Trabalhar no território ou simplesmente sair para comprar pão se torna

¹⁶ Relato de uma moradora de Acari, publicado numa rede social. O texto aqui transcrito respeita fielmente a forma de escrita utilizada na publicação.

um risco de vida. Como podemos "gozar" de plena saúde? Como ter tranquilidade em levar os filhos para a escola? Como ir à igreja? Como "viver" ou "sobreviver" diante desse quadro de guerra onde, muitas vezes, os moradores estão temerosos de sair de suas casas? A FAVELA é um local de exclusão e preconceito, esquecem que 99% são pessoas da Paz, que só querem ter o direito de ir e vir, de trabalhar, de estudar, de ter uma noite de sono tranquila e ininterrupta...

Utopia ??? Não. Só queremos viver sem medo de sermos mortos por "balas perdidas"..."¹⁷

(Março de 2019)

O persistente discurso da guerra ao tráfico de drogas e armas mantém-se como insumo para conquistar apoio popular e normalizar a prática violenta e discriminatória nas favelas. Como já trazida à discussão neste texto, a captura de máquinas de guerra pelo Estado se reafirma na vinculação de agentes do Estado com redes criminosas. Enquanto o Estado fuzila as favelas em busca de traficantes, a maior apreensão de fuzis da história do Rio de Janeiro¹⁸ foi realizada num condomínio de casas (fora das favelas) em que morava um amigo de infância do mesmo policial militar acusado de assassinar a vereadora Marielle Franco. Segundo o dono da casa, o policial reformado Ronnie Lessa lhe entregou as caixas e pediu para guardá-las e não as abrir. Se a ordem do governo é atirar em quem está portando fuzil, por que não entraram atirando naquele condomínio no que se sabia que as armas estavam? Tal fato escancara que o alvo não é o portador de fuzil, o alvo é o povo pobre. Esse povo insubordinado que traz 'insegurança' e dificulta o controle das vidas que o Estado quer controlar.

A vida do morador de favela vai sendo flagelada em nome de uma proteção da vida do resto da população, mesmo diante de fatos como esse que mostram que, caso o Estado estivesse mesmo interessado em combater o comércio ilegal de drogas, o alvo das operações precisaria ser modificado.

No passado, a prisão era, para cada cidadão livre e responsável, a imagem do terror. Hoje, são as periferias que assumem este lugar da imagem do

¹⁷ Relato de uma moradora de Mangueiras, publicado numa rede social. O texto aqui transcrito respeita fielmente a forma de escrita utilizada na publicação.

¹⁸ Informação publicizada pela mídia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/policia-encontra-117-fuzis-m-16-na-casa-de-suspeito-de-atirar-em-marielle-e-anderson-gomes.ghtml>>.

terror, sejam elas compreendidas como os espaços das grandes cidades ou ações de agrupamentos terroristas estrangeiros, vistos também como procedentes das periferias da globalização. Estamos todos presos?! (PASSETTI, 2006, p. 97).

A grande mídia, sustentada pelos interesses econômico-empresariais, quase sempre atua de forma associada à prática violenta do Estado. Ao retratar de forma positiva a atuação de policiais em operações nos territórios de favela, difundem a farsa de que tais ações visam o combate ao tráfico de drogas e armas. O que não se mostra nessas mídias são os efeitos dessas políticas no dia a dia da população que reside nessas zonas periféricas. Como é para essas pessoas ter que naturalizar a convivência com os constantes momentos de tensão e riscos de morte com os tiroteios na porta das suas casas?

“Até o sol se escondeu

#Quando teremos paz?

O dia mal amanheceu e ao invés do som dos pássaros, ouvimos tiros e bombas! Ao invés de levar as crianças para a escola, os pais levam para debaixo da cama ou do banheiro para se abrigarem. Os tiroteios de rotina em Manguinhos, sem inteligência do Estado e com o morador refém da violência, está colocando todos em risco. Não tem horário certo! É durante a entrada e saída de crianças em escolas e creches, chegada e saída de moradores para trabalho ou escolas, horário de almoço... Você "dorme" (quando consegue) ao som de tiros, e acorda ao som de bombas, quando sai de casa você não sabe se vai voltar. Precisa se comunicar para saber se pode sair ou entrar em sua própria casa! É inadmissível toda essa repressão na favela, em um tempo em que vemos armas sendo apreendidas em casas de "bacanas" no asfalto, e fuzis sendo vendidos em shoppings na Barra. Nós moradores estamos morrendo e adoecendo com esta "Política Contraditória Enxuga Gelo de segurança", que tem tirado a nossa paz. Quase que diariamente temos que nos alertar uns aos outros para que nenhum inocente morra ou seja ferido. Nosso direito de ir e vir é interrompido frequentemente. Os postos de saúde são fechados constantemente, aulas interrompidas. E qual o resultado de cada uma dessas operações?

Quantas armas e drogas apreenderam?

Quantos foram presos?

Quanto isso diminuiu a violência?

Essa política de "guerra aos pobres" tem que acabar!

Como vc trabalha assim? Como estuda? Como uma criança se desenvolve em um ambiente deste, onde outros direitos, como saneamento básico, lazer, cultura, educação e saúde, são constantemente interrompidos? O que você acha que o patrão faz se seu funcionário falta ou chega atrasado constantemente devido aos tiroteios? Muitas pessoas estão adoecendo, com o psicológico abalado, doenças crônicas como hipertensão aumentando.

Essa política além de não trazer segurança, prejudica a economia, aumenta o desemprego, adocece e mata!

Queremos nosso direito de viver em PAZ!

Repudiamos toda essa violência!

#ManguinhosPedePaz!

#AsFavelasPedemPaz”¹⁹

(Março de 2019)

Nesses dois últimos relatos os moradores de favela lamentam a perda do seu ‘direito de ir e vir’. Cabe ressaltar que tal expressão é parte de uma retórica liberal também produzida com o intuito de devolver ao indivíduo a responsabilidade por não conseguir ir e vir.

Olhando a partir do cotidiano da favela em que nasceu e foi criada, Cruz (2020, p. 48) analisa a efemeridade de tantas vidas que poderão ser a qualquer momento exterminadas pela morte, ou inviabilizadas socialmente. Territórios nos que os direitos de saúde, educação e trabalho são suspensos cotidianamente sob a justificativa de que são locais perigosos, cuja população é hostil aos policiais e outros agentes públicos.

As favelas e periferias no Rio de Janeiro têm amargado o gosto do sangue, da tortura, das prisões ilegais, do desrespeito a todo e qualquer direito, das violências impetradas cotidianamente pelas forças policiais/militares. Com o avanço da militarização a criminalização é oferecida como resposta a comunidades inteiras, localizadas em territórios privilegiados pela violência de Estado – em suas múltiplas dimensões: vigilância, controle, repressão, coerção, etc. (CRUZ, 2020, p. 48).

¹⁹ Relato de um morador de Manguinhos publicado na rede social de uma Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde. O texto aqui transcrito respeita fielmente a forma de escrita utilizada na publicação.

3 DA VIOLÊNCIA COMO POLÍTICA DE ESTADO

Troca de plantão, a bala come à vera
 Ontem teve arrego, rolou baile na favela
 Sete da manhã, muito tiro de meiota
 Mataram uma criança indo pra escola
 Na televisão a verdade não importa
 É negro favelado, então tava de pistola
 Na televisão a verdade não importa
 É negro favelado, então tava de pistola
 (Uma câmera de segurança flagrou um adolescente
 Sendo baleado a queima roupa por policiais)
 Cadê o Amarildo? Ninguém vai esquecer
 Vocês não solucionaram a morte do DG
 Afastamento da polícia é o único resultado
 Não existe justiça se o assassino tá fardado
 Três dias de tortura numa sala cheia de rato
 É assim que eles tratam o bandido favelado
 Bandido rico e poderoso tem cela separada
 Tratamento VIP e delação premiada [...] ²⁰
 MC Carol

Como no relato trazido pela MC Carol em sua música, apresento neste capítulo alguns acontecimentos que transparecem o quanto o Estado utiliza da violência como mecanismo para forçar a normalização e implementação de políticas racistas e de segregação social. Desde o processo de formação e capacitação da força policial se observa o uso de mecanismos para que os ‘operários da segurança’ internalizem sua missão de uso da força para defender os interesses e a soberania do Estado. Como eu resido próximo um batalhão de guardas das forças armadas, me é comum cruzar com soldados correndo enfileirados pelas ruas do bairro a repetir jargões e palavras de ordem que reafirmam seu compromisso e pré-disposição para entrar em combates e agir com violência diante de qualquer sinal do que considerem uma ameaça à ordem.

Tendo a cidade do Rio de Janeiro como objeto de análise, busco problematizar as operações militarizadas por parte do Estado em territórios de favela. Sendo tais intervenções calcadas nas velhas justificativas de implementação de uma cultura de paz, questiono qual parte da população o Estado busca proteger,

²⁰ Letra da música *Delação Premiada*, composta pela cantora niteroiense MC Carol e lançada no ano de 2016, no álbum *Bandida*.

de quem ele as protege e qual legado essas intervenções agregam à vida dos moradores da cidade.

3.1 Institucionalização da violência e captura das máquinas de guerra

Quando Foucault discorreu sobre as práticas da polícia em seu curso '*Segurança, território, população*', ele abordou uma ideia de polícia diferente da que se tem hoje. De acordo com Foucault (2008b, p. 438), a origem do termo fazia referência a um conjunto das intervenções e meios utilizados a partir do final do século XVI para garantir que a vida da população fosse efetivamente útil ao aumento das forças do Estado. Era através de leis e regulamentos que o Estado buscava se consolidar e aumentar sua força.

A polícia deverá adotar como instrumento tudo o que for necessário e suficiente para que essa atividade do homem se integre efetivamente ao Estado, às suas forças, ao desenvolvimento das forças do Estado, e deverá fazer de maneira que o Estado possa, por sua vez, estimular, determinar e orientar essa atividade de uma maneira que seja efetivamente útil ao Estado. Numa palavra, trata-se da criação da utilidade estatal, a partir de e através da atividade dos homens. (FOUCAULT, 2008b, p. 433)

Apesar das mudanças consideráveis que levaram a um novo entendimento sobre o conceito de polícia no século XXI, não é difícil observar que essa instituição preserva seu propósito de adotar como instrumento tudo o que for necessário e suficiente para defender e ampliar forças do Estado.

Entre os elementos da prática de controle biopolítico, a polícia foi subjetivada como responsável por proteger a população dos perigos. Essa função é tão normalizada que as próprias forças do Estado incitam a população a buscar a polícia para que esta lhe defenda. Contudo, a história demonstra que essa proteção não é extensível a toda a população de forma igualitária, sobretudo à população preta e moradora de favelas. Mas então, quem são essas pessoas que polícia efetivamente se ocupa em proteger? E ela as protege de quem ou de que tipo de perigo?

O próprio Estado segrega a população e taxa uns como 'cidadãos de bem' e outros como suspeitos, perigosos, indivíduos a serem temidos. O cidadão de bem é aquele que obedece a certas normalizações e, mesmo que venha a cometer alguns ilegalismos ou ilegalidades, não chegam a ser temidos pela sociedade. Foucault

(2014a) chama de ilegalismos aqueles comportamentos que, apesar de não serem proibidos, são tolerados e normalizados moralmente como posturas não aceitáveis. Já as ilegalidades, de acordo com Foucault (2015), se referem a comportamentos que violam as normas de conduta estabelecidas. Contudo, o autor destaca que essas normas de conduta já são formuladas de modo a não atingir certo perfil de indivíduos. Essas segregações geralmente estão embasadas em quadros de normalizações que hierarquizam características como raça, cor da pele, gênero, condição sociofinanceira, local de moradia, etc. para a produção do perfil do indivíduo perigoso. É a partir desses mecanismos, por exemplo, que se produz e se naturaliza o temor às pessoas pobres, negras e moradoras de favela.

Na sua missão de preservar seu poder de controle sobre a população, o Estado não poupa a violência como política de intervenção e higienização social. São recorrentes os casos em que os direitos da população são fragilizados e violados por agentes policiais, deixando suas vítimas sem ter a quem recorrer, uma vez que se torna inviável fazer denúncias de violações aos próprios violadores.

Cabe aqui algumas reflexões sobre a abrangência dos direitos humanos: muitos movimentos sociais que militam pela garantia de direitos à população não põem em análise o fato dessa concessão de direitos ser seletiva e não extensiva a qualquer pessoa. A própria militância em defesa desses direitos precisa estar condicionada aos moldes exigidos pelo Estado, que em tempos de neoliberalismo estão alinhados aos interesses do mercado. Scheinvar (2010) pontua que as mudanças na legislação que instituiu direitos humanos se deram de forma associada à ampliação das políticas neoliberais. Assim, ao lado do que se entende por direitos humanos se produz a noção de segurança como condição para garantia dos direitos e, para que tal segurança exista, o controle da população é uma prática fundamental (SCHEINVAR, 2010, p. 2, tradução livre).

Muitos dos movimentos instituintes, dos movimentos que contestam a forma de operar do Estado ou dos espaços que prestam serviços, têm sido capturados pelos limites impostos pela luta por direitos, restrita aos limites da democracia burguesa, segundo a qual, as formas de luta devem ser condicionadas às estruturas do Estado[...]. No mesmo sentido, as lutas, os movimentos, têm que enquadrar-se em um formato pré-definido de partido político, de corporação profissional ou trabalhista, de um conselho, em um ordenamento fiscal, etc. criando um jogo de tensão em uma estrutura que muitas vezes não atende ao que se propõe enfrentar, capturando os movimentos em regras e normas administrativas, burocratizando-os e inibindo-os (SCHEINVAR, 2010, p. 4, tradução livre).

Ao analisar a implementação do chamado '*Estado de Direito*' no Brasil Scheinvar (2010, p. 5) avalia que este se converteu no eixo das demandas políticas inscritas na Constituição Federal de 1988, promulgada depois de anos de luta contra uma ditadura civil-militar, mas que só se consolidou a partir de um movimento de conciliação com os poderes instituídos, resultando num '*Estado de Direito*' assentado na lógica liberal.

Esses direitos que são propagados como universais acabam se limitando àqueles que, como citado acima, são considerados "cidadãos de bem". O Estado estabelece os direitos e exige que a população se enquadre às normas para fazer jus a usufruí-los. Como afirma Passetti (2007p. 72), é preciso obedecer ao superior, amar ser obediente, ser o que se espera de você.

Além da obediência, essa parceria entre concessão de direitos e valores liberais difunde ainda a cultura da vigilância individualizada. Todo cidadão é convidado a ser parte atuante na garantia de direitos e para isso deve se sentir encorajado a denunciar as pessoas que estiverem descumprindo as normas estabelecidas. De acordo com Nascimento (2014, p. 460), no mundo da judicialização se delega às redes de proteção e a toda e qualquer pessoa os funcionamentos antes restritos aos operadores da justiça. Assim, a denúncia é tomada como uma prática de produção de verdade que se apoia na defesa da lei. Denunciar é valorizar uma justiça funcional, que deve detectar o que é perigoso para a sociedade a fim de vigiar a população, enquadrando o denunciado para que seja julgado e receba o castigo merecido, em defesa da sociedade (NASCIMENTO, 2014, p. 461).

A lógica é: quando denuncio uma família por negligência, por exemplo, estou participando, estou exercendo minha responsabilidade cidadã, estou evitando o perigo e fazendo algo justo ao cooperar com a justiça. Ao fazer a denúncia faço o bem, e não penso no que ocorrerá com a pessoa denunciada e os procedimentos que a atravessarão. Apenas acredito que a lei garantirá, como uma verdade, a minha proteção, a proteção coletiva e/ou a proteção de alguém que julgo estar em perigo (NASCIMENTO, 2014, p. 461).

Diante dessas práticas de captura, Scheinvar (2010) faz uma crítica à noção de liberdade que se pauta em valores moralistas para conceder o direito de ser livre apenas às pessoas responsáveis e bem comportadas. Como salienta a autora, se incita à participação de todos, para que os corretos sejam livres e os incorretos

sejam corrigidos, para que então, e só então, gozem de sua liberdade (SCHEINVAR, 2010, p. 8).

O cidadão educado, ao cumprir as leis, receberá em troca ou adquirirá direitos. Contudo, tais normas e direitos já nascem configurados para abranger e não abranger certo perfil da população, delineando o que se considera como 'condição humana'. E naturalizando a violência e a eliminação das pessoas que não se enquadram nesse perfil, por sua 'condição inumana'.

Inumanizados, os moradores de favelas acabam sem ter a quem recorrer quando sofrem violência. A recorrência de tal situação, segundo Grabois (2019, p. 209), tem levado moradores de favela do Rio de Janeiro a utilizar câmeras ou celulares para registrar as agressões e execuções perpetradas por policiais em seus territórios. Registros como esses contribuem para tensionar a percepção pública sobre os crimes cometidos por agentes do Estado contra a população.

Nessa mesma perspectiva da população que é alvo da violência policial e fica sem ter a quem recorrer, a MC Carol afirma no trecho da música trazida como epígrafe desse capítulo que *“não existe justiça se o assassino está fardado”*. A autora se mostra indignada pelas tantas mortes causadas por policiais e por ver que a reação do Estado é de, no máximo, afastar da corporação os profissionais que cometeram tais assassinatos. Todavia, o trecho da música transparece a permanência de uma crença em um Estado e em sistema de justiça que possam vir a tomar atitudes em defesa da população que é alvo dessas ações violentas. Nunca é demais lembrar que policiais não invadem favelas por vontade própria, mas seguindo ordens desse mesmo Estado de quem ainda se espera acolhimento.

Como analisa Centelha (2019, p. 38), nesses espaços periféricos se construiu sistemas tanto oficiais como informais de realização e encobrimento de assassinatos, mantidos por capitais públicos e privados:

São Estados que operam como máquinas de desaparecimento. Seus governantes dedicam-se a dosar o acesso de determinados grupos às condições materiais necessárias para a sobrevivência, enquanto garantem a concentração de renda e os padrões de consumo conspícuo, levando-os até o limite da morte sempre que isso seja funcional ao sistema (CENTELHA, 2019, p. 38-39).

Em meu período de doutorado sanduíche no México participei de estudos e debates sobre os casos de violência estatal contra a população daquele país e sobre seus movimentos de resistência, em especial do povo indígena. O Estado mexicano

tem um histórico de conflitos violentos e violação de direitos fundamentais da população indígena. Gasparello (2016, p. 64) afirma que esses direitos são violados, primordialmente, pelas condições restritivas a que estes povos estão obrigados a conduzir sua existência e, ao mesmo tempo, pela atuação das instituições, das autoridades jurídicas e dos corpos policiais e militares. Ainda segundo a autora, a violência se origina nas condições de desigualdade, na discriminação e na imposição de um poder corrupto por parte das instituições de Estado.

De modo similar, como analisa Fanon (1968, p. 29), desde o colonialismo a violência assume íntima relação com a ideia de raça, uma vez que, a partir dessa noção, o mundo colonial passa a ser dividido, antes de mais nada, entre os que pertencem ou não a tal espécie, tal raça. O colonizador é quem cria e desenvolve as técnicas de violência com a finalidade de dominar os seres colonizados.

As situações enfrentadas por negros que foram vítimas de processo de colonização e pelos indígenas mexicanos que enfrentam embate sociorracial com o Estado não são muito diferentes da situação dos moradores das periferias brasileiras e de outros lugares do mundo. A prática da violência tem sido o dispositivo de reafirmação das segregações historicamente promovidas pelo Estado.

Recorrendo ao uso da violência como fato gerador para a efetivação de seu projeto de poder, o Estado consegue, simultaneamente, manter a crença da população na sua imagem de protetor e desconstruir qualquer hipótese de que a violência parta dele mesmo. Foi com esse discurso de proteção que, em outubro de 2012, se deflagrou uma ação conjunta entre a polícia e a Secretaria de Desenvolvimento Social do rio de janeiro, denominada “Operação complexa de pacificação”. De acordo com Nu-Sol (2021), a operação caçou crianças e jovens no Morro do Jacarezinho e no bairro de Mangueiras, os recolheu compulsoriamente e os internou em clínicas, abrigos e prisões para jovens, sob a justificativa de protegê-los do tráfico e do vício. O que os eufemistas chamam de pacificação ou mesmo resgate de crianças e jovens das perigosas influências do mundo narcotráfico não passou de mais um episódio de matança gradativa ou sumária

Para o Estado, é sempre conveniente propagar os territórios periféricos como fonte das violências, pois, como nos fala Calveiro (2017, p. 136), a violência gera uma produção midiática que provoca a demanda da população por segurança, tornando essa uma prioridade política. A criação desses cenários de guerra dá aval para o uso da força excepcional por parte do Estado, ampliando assim suas

atribuições violentas e a conseqüente restrição de direitos. Ou seja, constrói-se um Estado de exceção para legitimar o crescente uso da violência estatal e se estabelecem políticas de segurança para justificar essas práticas de exceção.

Dentre essas políticas passíveis de legitimação, costuma ter forte apelo popular a difusão de ações para o combate ao que Deleuze e Guattari (2012b, p. 22) chamam de máquinas de guerra. Os autores definem máquina de guerra como uma força exterior ao aparelho de Estado. O funcionamento de uma máquina de guerra pode ocorrer em oposição ao Estado (como pode ser observado nos movimentos de grupos terroristas) ou de forma paralela ou em parceria direta com ele (como no caso de grupos de narcotraficantes e de crime organizado)

Contudo, como aponta Calveiro (2017, p. 136), em nome da guerra ao terrorismo vê-se o Estado ocupar territórios nos quais exista ambição de controle/disciplina política e/ou econômica; em nome da guerra contra o crime organizado e ao narcotráfico ocorrem associações das redes criminosas com políticos, empresários e frações do aparato estatal. Portanto, o Estado diz combater as máquinas de guerra enquanto as captura e delas se apropria.

Apropriando-se das máquinas de guerra, o Estado adota a via da criminalização do território e implanta ações de terrorismo no dia a dia das populações de favelas, incorporando todos os grupos que façam o Estado mais forte, operem eles pela legalidade ou ilegalidade. Essas máquinas de guerra não são, portanto, contra-estatais, mas paraestatais. Segundo Calveiro (2019, p. 49), a capacidade de penetração das redes criminais no Estado varia de acordo com o sistema político vigente. Como também afirmara a autora,

Políticos e criminosos se necessitam mutuamente e obtêm benefícios diferentes de sua associação: as redes ilegais, que são supranacionais, obtêm certa cobertura (legal, jurídica e de segurança) para suas atividades ilícitas e os políticos conseguem troca de benefícios, sobretudo econômicos, em especial para suas campanhas (CALVEIRO, 2019, p. 25, tradução livre).

Segundo Batista (2003, p. 144), o processo de demonização do tráfico de drogas fortaleceu os sistemas de controle social, aprofundando seu caráter genocida. O número de mortos na 'guerra do tráfico' tem aparecido nas mídias sociais e inclusive sendo propagado e comemorado pelo próprio governo do estado do Rio de Janeiro, que entende a morte dos supostos culpados como solução para a garantia da segurança da parte que interessa da população.

Em relatório apresentado na *Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*, Karam (2013) apontou que a chamada ‘guerra às drogas’ possui, inclusive, um erro conceitual, visto que guerras são dirigidas contra pessoas e não contra coisas. Esse relatório conclui que os alvos preferenciais da “guerra às drogas” no Rio de Janeiro são os mais vulneráveis dentre os produtores, comerciantes e consumidores.

Os “inimigos” nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como “traficantes”, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente “conquistado” e ocupado (KARAM, 2013, p. 2).

Esse discurso de guerra, segundo Calveiro (2019, p. 34), só favorece ao Estado que se aproveita disso para instaurar direitos e práticas que introduzam a lógica bélica na vida social, em busca de um suposto inimigo ameaçador que é preciso eliminar. Como afirma o Nu-Sol (2018), em nome do combate ao chamado poder paralelo, que na verdade age com conivência e/ou em parceria com os agentes estatais (de funcionários de carreira aos representantes parlamentares e do executivo), o Estado despeja muita verba.

Assim, o Estado investe tanto na produção e disseminação de subjetividades que classificam os moradores de favela como pessoas que não são ‘do bem’, que o caráter racista e violento dessas ações é praticamente invisibilizado. Capturada pelo discurso da necessidade de segurança, a população aplaude a coragem do governo em levar operações militares àquelas ‘áreas perigosas’ e combater os ‘inimigos da sociedade’.

3.2 Rio de Janeiro sob exceção?

No Rio de Janeiro, as belezas de suas cores contrastantes se misturam às misérias de uma ocupação desordenada, somente em aparência. Uma cidade aberta que resiste até mesmo às tentativas de superação das mazelas de seu disciplinamento. (...) Ela parece nos desafiar escapando, remontando estratégias de enfrentamento aos esquadrinhamentos e aos esforços de recomposição (AGUIAR, 2009, p. 586).

Nessa mesma cidade de contrastes analisada por Katia Aguiar, a utilização do discurso da segurança pública como argumento para legitimar a violência estatal é praticamente intrínseco ao entendimento da função de polícia do Estado. Na década de 1960, no Rio de Janeiro a polícia matou muitas pessoas consideradas 'perigosas', em nome da segurança geral da população. Segundo Coimbra (2001, p. 151), a ação do Estado era encoberta pela justificativa de que aqueles indivíduos precisavam ser mortos por supostamente terem reagido à prisão. Assim registram-se os chamados 'autos de resistência', nos quais as testemunhas serão os próprios policiais que participaram da ação, inviabilizando a investigação do crime.

Em 1994 iniciou-se uma intervenção militarizada no Rio de Janeiro intitulada '*Operação Rio*'. À época se consagrou a atuação de militares no combate ao chamado 'crime organizado' nas periferias das cidades. Segundo Coimbra (2001, p. 163), esta primeira etapa da '*Operação Rio*' propagava como seu principal objetivo o de "estabelecer a presença e controle da autoridade policial militar e inibir o comércio de entorpecentes". Utilizando-se do slogan de '*Guerra contra o narcotráfico*', o Estado formalizou uma caçada ao sistema de distribuição de drogas que, supostamente, seria o "principal responsável pelos homicídios ocorridos no Rio de Janeiro". Como salienta a autora, a mídia, aliada ao governo, passa a utilizar dados oficiais e não oficiais, para construir competentemente o grande fantasma do narcotráfico.

Persuadida pelas informações que lhe chegavam, a população fluminense sentiu-se grata pelo que entendia como medidas protetivas que estavam sendo implementadas e passou a apoiar as arbitrariedades cometidas em nome da "guerra contra a violência". Coimbra (2001, p. 164) destaca que as ações que estavam sendo executadas eram "operações de guerra" nas favelas, nos guetos, nos "territórios dos pobres", consolidando a produção de subjetividades daqueles lugares e pessoas como perigosos, violentos e, portanto, criminosos. Não faltaram editoriais sustentando que se tratava de uma guerra deflagrada pelos traficantes e bicheiros contra a sociedade. Todavia, apesar dos aplausos, apoios e esperanças depositados nessa '*Operação Rio*', a violência não cessou (COIMBRA, 2001, p. 176).

A análise feita por Cecília Coimbra sobre aquela intervenção ocorrida no Rio de Janeiro já deixou notório que esse tipo de operação não busca efetivamente eliminar o tráfico de drogas. Não é uma guerra de verdade, é um extermínio legal.

Ela afirma que a expressão ‘estado de guerra’ e a justificativa para o emprego de ‘medidas de exceção’ foram bastante utilizadas e disseminadas. Contudo, a análise desses contextos mostra que esse suposto afrontamento às redes de tráfico tem se mostrado como uma queda de braço onde se produz um cenário de guerra para fazer o público acreditar que existe interesse e capacidade de enfrentá-lo. Com isso consegue-se reduzir a percepção de insegurança na cidade e aumentar a confiança e a demanda da população por um governo militarizado e atuante.

A prática das operações policiais com violência e invasão de domicílios nas favelas foi se tornando normalizada com o passar do tempo, porém, em 16 de fevereiro de 2018 uma nova intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro foi formalizada com a publicação do decreto nº 9.288²¹ no Diário Oficial da União. Esse decreto de intervenção se restringia ao âmbito da segurança pública e trazia no artigo 1, §2º a seguinte redação: “O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”. Assim, a intervenção foi publicizada como uma alternativa que viria a diminuir altos índices de violência no Estado.

A constituição brasileira, em seus artigos 34 a 36, dá margem para que o governo federal intervenha nos Estados membros ou no Distrito Federal. São três as possibilidades de instituir uma intervenção: através de um decreto de ofício do Presidente da República, por solicitação dos poderes estaduais ou ainda por requisição judicial. O decreto do então presidente Michel Temer autorizou o Governo Federal do Brasil a intervir na autonomia do estado do Rio de Janeiro entre 16 de fevereiro e 31 de dezembro do ano de 2018, com possibilidade de prorrogação.

Apesar de ter nomeado um militar como interventor – o general Walter Souza Braga Netto, a intervenção federal instituída no Rio de Janeiro no ano de 2018 não foi especificamente militar. As forças armadas foram as responsáveis pela intervenção, mas agregaram membros das diversas instâncias que também atuam no campo da segurança pública, incluindo as polícias civil e militar, corpo de bombeiros e o sistema penitenciário.

O Gabinete montado para coordenar a intervenção seguia quatro objetivos, apresentados no seu Plano Estratégico: diminuir os índices de criminalidade; recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública – OSP do

²¹ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9288-16-fevereiro-2018-786175-publicacaooriginal-154875-pe.html>>.

Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP; articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos e fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.

Forças armadas foram deslocadas para, em conjunto com o contingente policial, realizar ações nas comunidades, estradas federais que cortam o estado do Rio de Janeiro e também seus limites marinhos. Para justificar a necessidade da intervenção, as distintas instâncias de governo e juristas utilizaram como argumento uma suposta expansão da violência no Estado. Todavia, naquele momento o Rio de Janeiro era apenas o 11º estado brasileiro em taxa de mortes violentas, muito atrás de outros estados com índices de criminalidade piores e que não receberam “ajuda” federal.

O Estado do Rio de Janeiro vinha de uma grave crise financeira que, desde 2016, alegava falta de verbas até para o pagamento de salários dos servidores públicos. Essa carência de recursos também afetou os investimentos em segurança pública, o que levou o governo estadual a declarar estado de calamidade pública.

A mídia nacional foi estrategicamente ensaiada para difundir pelo país que o Rio de Janeiro vivia um aumento significativo do número de assassinatos e de outros crimes, levando policiais militares a sofrerem com a violência urbana. Assim, não foi difícil comover a população e cativá-la a apoiar uma intervenção federal.

A população foi convencida de que a situação do Rio de Janeiro se enquadrava num Estado de exceção, ou seja, que se vivia uma situação diferenciada o bastante para justificar uma ação extraordinária por parte do Estado, mesmo que para tanto fosse necessário o não cumprimento de algumas leis e direitos. Contudo, apesar da intervenção oficialmente ter abrangência por todo o estado, na prática ela foi direcionada a algumas regiões, que não por acaso já eram alvo da violenta gestão biopolítica do governo estadual.

O contingente policial montado foi geodistribuído de modo a proteger uma parte da população de outra parte da população que fora considerada uma grande ameaça. Comunidades pobres, especialmente comunidades de favelas, passaram a ter intensificado o controle dos seus corpos.

Essa segregação, esse tratamento diferenciado de partes do território e esse impulsionamento da sensação de insegurança social foram mote para uma intervenção seletiva sob o argumento midiático de resolver um problema estrutural da segurança de todo um estado. O que se viu foi o reforço de uma velha teoria de

que o cerne do comércio ilegal de drogas e da violência do Rio de Janeiro se concentra nas favelas, e de uma velha prática de combater violência com ainda mais violência.

Estudando violências cometidas pelo Estado mexicano contra os movimentos que demandam reconhecimento, Cerda-García (2013) problematiza a utilização do que se chamou de '*estado de insegurança nacional*', para justificar o uso da violência. Segundo o autor, fez-se uso deste aparato social para criar '*lagos de exceção*' nas quais se poderia suspender a aplicação do direito, possibilitando a continuidade de uma crescente violência estatal sob a retórica de segurança nacional (CERDA-GARCIA, 2013, p. 388).

Assim como no Brasil, no caso do México também se utilizou o combate frontal ao crime organizado e ao narcotráfico como justificativa para a normalização do modo violento de intervenção por parte do Estado. Cerda-García (2013, p.388) aponta ainda a utilização do combate ao narcotráfico para a criminalização dos movimentos sociais, utilizando mecanismos jurídicos para afetá-los diretamente, desgastá-los e dissuadir a possível adesão de novos integrantes.

Nos dois países, a grande mídia foi parceira dos governos na tentativa de produzir subjetividades que abrandassem o impacto do endurecimento da violência estatal como alternativa para a resolução de conflitos sociais. No México, o exército ganhou liberdade para atuar sem restrições, sem respeitar as garantias individuais nem os direitos civis e políticos dos que habitavam no território abrangido pela lagoa de exceção. No Rio de Janeiro foram utilizados dispositivos nominados de '*Mandado de busca e apreensão coletivo*'. De forma excepcional, esse tipo de mandado autoriza que a polícia entre em qualquer casa de uma determinada comunidade, sem especificação de endereço e sem a necessidade de uma justificativa ou acusação específica.

O uso de mandados coletivos ignora o direito individual à inviolabilidade de domicílio sob a justificativa de que é prioritário cuidar da segurança pública, que é um direito de toda a sociedade. Enquanto a Defensoria Pública da União pediu ao Supremo Tribunal Federal que fossem proibidas medidas de busca e apreensão coletivas ou genéricas – especialmente contra 'moradores de comunidades carentes, negros, pobres e marginalizados', a Procuradoria-Geral da República defendeu que a proteção à residência é um direito individual, porém, a garantia da segurança diz respeito a toda a sociedade, afirmando ainda que o direito de poucos

cede diante da necessidade de todos, cabendo aos órgãos de segurança pública mostrar que, para combater a macrocriminalidade, é preciso fazer buscas gerais em certa área. A parcialidade de tal regulação por parte do poder judiciário liberal reforça o entendimento de Michel Foucault sobre o caráter não universal da lei. O autor defende que as leis não funcionam de maneira igual para todos e que sua aplicação é seletiva desde seu processo de formulação: em grande parte, as leis penais são destinadas a uma classe da sociedade, porém, são feitas por outra. Assim como é notório que quase a totalidade dos delitos é cometida pela parte da sociedade à qual o legislador não pertence (FOUCAULT, 2015, p. 22).

Assim como no caso dos mandados coletivos, Cerda-García (2013, p. 392) discorre sobre a condição de excepcionalidade que se concretiza com a criação das '*lagos de exceção*' em que se podem praticar estas ações sem que seja necessário declarar oficialmente Estado de exceção. O caso da intervenção federal no Rio de Janeiro se enquadra como uma dessas '*lagos*' que conferiu ao Estado a faculdade de exercer a violência legítima, inclusive, com apoio de boa parte da população. Essa legitimação popular se dá, de acordo com Batista (2011, p. 108), porque antes da ocupação territorial já se tinham ocupado as almas dessas pessoas.

Caso não estivessem sob intervenção, esses tipos de invasões, sem a especificação dos endereços alvos de busca, seriam considerados uma explícita violação frontal ao Estado Democrático de Direito.

Na experiência mexicana utilizou-se de brechas constitucionais para legitimar as ações governamentais e manter a imagem de um Estado que reconhece a diversidade cultural. Enquanto isso se seguiu promovendo um projeto econômico e político que excluía a população indígena e liberava policiais para atuar com discricionariedade, fazendo com que os grupos de inconformados obedecessem ao '*Estado de direito*'.

Na intervenção federal que ocorreu no ano de 2017 no Rio de Janeiro também se utilizou de brechas constitucionais, especificamente dos artigos 34 a 36 da constituição federal de 1988, para intensificar a política discriminatória que já vinha sendo adotada pelo governo do estado.

3.3 Os efeitos da intervenção?

A recorrente utilização de intervenções militarizadas no Rio de Janeiro como mecanismo de intensificação do controle biopolítico produz uma série de efeitos no cotidiano da população.

Dentre os efeitos subjetivos cabe destacar a produção do discurso do Rio de Janeiro como um local que, apesar da sua intensa beleza natural, é muito perigoso para viver, inclusive para visitar. Família e amigos que conhecem a cidade a partir das notícias propagadas nas mídias me questionam porque eu ainda não voltei a morar na Bahia. O noticiário mostra diariamente um cenário típico de guerra, com constantes confrontos entre policiais e ‘bandidos’. Sobretudo durante as intervenções militarizadas, as mídias do mundo inteiro mostraram imagens das forças estatais cercando a cidade, invadindo territórios (pobres) e tentando eliminar as pessoas que representam ameaça à segurança da população.

Os efeitos mais drásticos recaem sobre o cotidiano do principal alvo das estratégias de intervenção, o favelado (pobre e majoritariamente preto). Em época de intervenção, moradores de favela precisam redobrar sua atenção e apreensão frente ao aumento da intensidade de tiroteios e invasões em seus domicílios e, ao mesmo tempo, assistir o poder público e a mídia publicizando que aquelas ações violentas como iniciativas para o bem da ‘sociedade de bem’. Não se vê nenhum registro de policiais invadindo residências na zona sul do Rio de Janeiro sem mandado. Todavia, nas favelas localizadas nas regiões mais pobres da cidade são muitos os relatos, depoimentos e registros de moradores que têm suas casas invadidas e reviradas, inclusive com recolha de objetos pessoais, sem prévia autorização judicial. Vê-se a intensificação da prática naturalizada e necropolítica de considerar a favela como um local habitado por ‘bandidos’ que representam ameaça ao resto da população, tendo a morte destes como solução para os problemas do estado do Rio de Janeiro, bem como do Estado brasileiro.

O Observatório da intervenção federal, formado por pesquisadores da Universidade Cândido Mendes, lançou no início de 2019 um relatório²² com os principais dados e informações coletadas no período de intervenção federal no Rio

²² Relatório: INTERVENÇÃO FEDERAL: um modelo para não copiar. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhykOpA/view>>.

de Janeiro, ocorrido em 2018. A leitura do relatório denota que, ao invés de mudar o rumo da história da segurança no Rio, o que a intervenção fez foi radicalizar as mesmas práticas políticas de antes.

Durante os dez meses de intervenção, ao invés de promover ações de inteligência para desarticular o crime organizado, ou investir na modernização das polícias, o saldo contabilizado foi o das 711 operações de confrontos e ocupações policiais em favelas e 221 ações de patrulhamento monitoradas, em 296 locais do Rio de Janeiro.

Dados do relatório mostram que, em comparação com o mesmo período do ano anterior, durante os 320 dias de intervenção houve aumento dos disparos e tiroteios em 56% e aumento da morte de policiais em 34%. Ocorreram 54 chacinas no período (64% a mais que no ano anterior), com um total de 216 pessoas mortas (índice 63,6% maior do que o mesmo período do ano de 2017). Também se considera alarmante o alto número de vítimas do que se convencionou chamar de 'balas perdidas' (189 pessoas), das quais 36 morreram.

Um dos focos das operações e invasões era o combate ao tráfico de armas, contudo, durante o período de intervenção foram apreendidos 92 fuzis e metralhadoras, número inferior aos 145 apreendidos no mesmo período em 2017.

Registrou-se uma redução de 17% no número de roubos de carga no estado, contudo observou-se o crescimento desse índice quando analisados os casos de roubo de carga no interior e na grande Niterói.

Em meio a tantos números assustadores, cabe ressaltar aqui uma das partes mais tristes desse processo de intervenção: o assassinato da vereadora e socióloga Marielle Franco. Marielle nasceu e cresceu no Complexo de Favelas da Maré e teve uma vida marcada pela luta pelos direitos da mulher, pelo combate ao racismo, à homofobia e à opressão aos moradores de favela por parte do Estado. Ela apresentava-se recorrentemente como mulher, negra, mãe, socióloga e cria da Maré.

Eleita com 46.502 votos em 2016, aos 37 anos, Marielle foi a quinta parlamentar mais votada do Rio de Janeiro e a segunda mulher com mais votos. Como relatado no Dicionário de Favelas Marielle Franco²³, em apenas um ano e três meses como parlamentar a vereadora concretizou uma política feminista, em defesa

²³ DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. Página Marielle Franco. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Marielle_Franco>.

da população negra, LGBTQIA+²⁴ e de favelas; apresentou 16 projetos de lei, presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e foi nomeada relatora da Comissão Especial de acompanhamento da intervenção federal.

Contudo, em 14 de março de 2018, Marielle teve sua *'mandata'*²⁵ interrompida por um brutal assassinato que alcançou grande proporção na mídia internacional. O atentado que tirou a vida da vereadora ocorreu dias após ela publicizar nas redes sociais denúncias sobre ações violentas da polícia em comunidades periféricas da cidade. Como membro da Comissão Especial de acompanhamento da intervenção federal, Marielle estava recebendo relatos de moradores sobre abusos de policiais do batalhão do bairro de Acari, conhecido como o batalhão que mais mata no Rio de Janeiro.

Passado mais de um ano, policiais da Divisão de Homicídios da Polícia Civil e promotores do Ministério Público do Rio de Janeiro prenderam o policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz, acusados de participar dos assassinatos da vereadora e do seu motorista Anderson Gomes. Contudo, esse crime ainda não teve suas investigações concluídas e não foram identificados seus mandantes.

3.4 A construção de um legado de violências

A intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro ocorrida em 2018 representou uma junção de forças entre Estado e União para intensificar a prática do biopoder, que já há muitos anos aterroriza a vida dos moradores das zonas periféricas do Rio.

Claramente, os moradores das favelas não fazem parte da população que o governo do Estado do Rio de Janeiro tem por missão 'fazer viver'. Não é nova a prática de fazer buscas e apreensões de modo desordenado, sem planejamento e

²⁴ Sigla que representa a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

²⁵Tendo maior parte da sua equipe de assessoria composta por mulheres, Marielle Franco afirmava não ver sentido em se referir a seu 'mandado' parlamentar com o gênero masculino, assim o denominou *'mandata'*.

sem um mínimo de preocupação com a vida das pessoas que habitam a região. Seja pelo desejo de permanecer no lugar onde criou suas raízes e formou sua família ou por não ter condições financeiras que lhe possibilitem morar em uma região que ofereça melhor qualidade de vida, esse povo acaba tendo que se sujeitar aos desmandos de um Estado que não se poupa de utilizar da violência para intensificar seu projeto de marginalização desses territórios.

Quando uma operação policial invade uma favela, promovendo os assustadores e intermináveis tiroteios, fica claro que não existe uma mínima preocupação com a vida das pessoas que estão em meio àquele fogo cruzado. Se fosse verídica a justificativa de que a polícia estaria ali para combater o tráfico, que dizer dos inúmeros casos de moradores de favelas que não trabalham no comércio ilegal de drogas e tiveram sua vida ceifada pelo braço armado do Estado?

Em seu livro *'Vivendo no fogo cruzado'*, Alves e Evanson (2013) se aprofundam no universo dos moradores de favela e suas relações com a polícia do Rio de Janeiro e com os grupos que os autores referem como tráfico. Segundo eles, um dos principais problemas que esses moradores enfrentam é a elevada ocorrência de mortes que deixam de ser registradas como tal, por causa da definição estrita de homicídio por parte das autoridades. Um número considerável de execuções cometidas pelos policiais fica sem julgamento, assim como permanecem impunes os assassinatos de suspeitos e de adolescentes envolvidos com o comércio ilegal de drogas.

A obra de Alves e Evanson traz uma série de depoimentos de moradores de favelas do Rio sobre a atuação violenta das forças do Estado em seus territórios. Fazendo comparações entre a postura da polícia e a postura daqueles chamados de 'bandidos', alguns moradores relatam que os ditos 'bandidos' costumam respeitar mais os moradores, por exemplo, evitando atirar em escolas. Policiais, por sua vez, não hesitam em promover tiroteios em área escolar, chegando até a utilizar as escolas como escudo. Eles agem em nome do Estado, promovendo cenas de guerra, sem se preocupar se os tiroteios vão atingir alguma criança ou algum morador que não tem envolvimento com o conflito. Eles sabem que, caso ocorra algum "acidente", serão isentados da culpa ao recorrer a um *'auto de defesa'*, afinal, sua atuação estará sempre justificada pela retórica da proteção do bem comum e pela segurança da população.

Contudo, Scheinvar (2014a) chama atenção ao fato de Alves e Evanson tratarem de forma naturalizada termos como '*bandidos, traficantes e criminosos*'. Mesmo defendendo que estes se relacionam com os moradores da favela de forma mais respeitosa do que a polícia, ao adotarem tais termos e classificações os autores acabam legitimando um "linguajar forjado por poderes instituídos e alimentado pelos meios de comunicação" (SCHEINVAR, 2014a, p. 68), que presume uma concordância com a ideia de que existe um lado legítimo e um lado ilegítimo do uso da força.

Ainda de acordo com Scheinvar (2014a, p. 63), o livro '*Vivendo no fogo cruzado*' mostra que o cenário de violência nas favelas cariocas não é uma exceção, mas uma opção por uma forma de fazer política, "uma coerente forma de organização das forças de segurança do Rio de Janeiro". Coerente, porque, como também aponta a autora, "as forças coativas organizadas pelo Estado servem a ele, defendendo os interesses que ele representa, e o fazem coagindo aos que o ameaçam" (SCHEINVAR, 2014a, p. 67). A atuação violenta da polícia na favela não é, portanto, um erro ou um desvio de conduta do policial que agiu de forma truculenta ou incosequente. Ela é a norma, é para isso que a polícia foi mandada até ali. É parte do controle biopolítico a utilização da violência como dispositivo para fazer valer a ordem e reafirmar a soberania do Estado.

Dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro – ISP²⁶ mostram que, somente nos seis primeiros meses de 2019 (período em que o estado já não estava mais sob intervenção federal), o número de assassinatos por intervenção de agentes policiais do Estado foi de 881 pessoas, correspondendo a um crescimento de 14,6 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Um recorte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro mostra que, apenas nos primeiros seis meses de gestão de Wilson Witzel como governador, iniciada em janeiro de 2019, os policiais mataram 813 pessoas. Isso equivale a 17,5% mortes a mais, que no mesmo período de 2018. Os dados sobre cumprimento de mandados de prisão no estado cresceram 20% no primeiro semestre de 2019, em relação aos seis primeiros meses de 2018. Quando analisados os dados sobre cumprimento de

²⁶ O Instituto é uma autarquia vinculada diretamente à Governadoria do Estado responsável pelo desenvolvimento de metodologias de análise de dados relativos à Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>>.

mandados de busca e apreensão, observa-se o alarmante crescimento de 61,8 % na comparação de 2019 com o mesmo período de 2018.

Eleito em 2018 e afastado do cargo em agosto de 2020 por suspeita de participação em esquema de corrupção, o Governador Wilson Witzel é um ex-juiz federal que utilizou o tema da segurança pública como eixo central da sua campanha eleitoral. Em meio a diversas afirmações polêmicas antes e depois da sua eleição, Witzel declarou que pretendia “importar armas de guerra israelenses e abater pessoas que estivessem portando armas pesadas. Os termos utilizados pelo governador – sobretudo “abate de pessoas” – repercutiram negativamente nos grupos que questionam essa política e por órgãos ligados à defesa dos direitos humanos. Contudo, os primeiros dados levantados da sua gestão à frente do Estado e da política de segurança apontaram que ele estava cumprindo seu propósito de abate, ao dar carta branca para matar, alvejar diretamente alvos desconhecidos, mas que estavam em lugares de habitação dos pobres, bem como por sua prática de incentivo ao encarceramento em massa e seu irrestrito apoio à ‘guerra às drogas’. O Rio de Janeiro segue mantendo seu título de polícia que mais mata e também se mantém como o Estado com a maior taxa de policiais mortos no Brasil²⁷.

Com a divulgação do crescimento do índice de assassinatos por parte dos agentes estaduais, o Governador comemorou com postagem em rede social afirmando que “esses dados mostraram a eficiência da política de segurança contra narcoterroristas e a máfia das milícias”²⁸. Em outros pronunciamentos ele afirmou que ‘a polícia não mata inocentes’. Ou seja, se um helicóptero sobrevoa uma favela e faz disparos com baixa precisão, qualquer pessoa que venha a ser atingida é automaticamente considerada como ‘bandido’. Isso denota que o propósito não é necessariamente eliminar aqueles que cometem delitos. As vítimas de fato são todos os que transitam naquele território: crianças, profissionais das escolas e das unidades de saúde, comerciantes, prestadores de serviços e uma série de outros

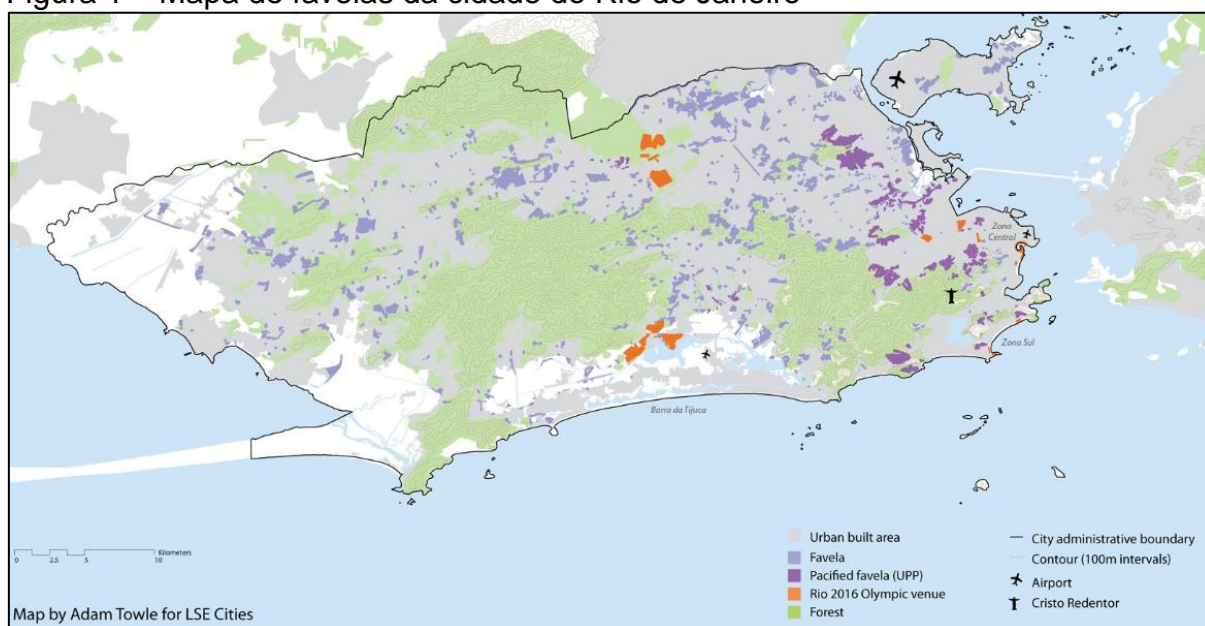
²⁷ Dados levantados pelo G1 no ano de 2020, com base em informações oficiais de 25 estados e do Distrito Federal. Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/no-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-no-1o-semester-em-plena-pandemia-assassinatos-de-policiais-tambem-sobem.ghtml>>.

²⁸ Trecho da matéria intitulada “*Com Witzel, agentes de segurança do RJ matam mais que no início das cinco gestões anteriores*”, publicada em 24 de maio de 2019 e disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/24/witzel-mortes-aco-es-policiais/>>.

moradores que sequer possuem vínculo com os supostos alvos apontados pela polícia.

Contudo, há uma diferenciação geográfica quando se trata de intervenções violentas nas favelas. Uma característica importante do município do Rio de Janeiro (e que pode ser observada no mapa abaixo) é que nem todas as favelas se localizam em regiões periféricas. Assim, favelas que resistiram às políticas de remoção e permaneceram na zona sul da cidade, como Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, recebem tratamento diferenciado dos governantes por serem próximas aos bairros mais nobres da cidade. Se a polícia aplicasse nesses territórios a mesma estratégia de constantes invasões e tiroteios que aplicam nas zonas pobres, certamente incomodaria e colocaria sob ameaça os ‘cidadãos de bem’ que vivem nos bairros vizinhos e que contam com a ação protetora do Estado para lhes manter em segurança.

Figura 1 – Mapa de favelas da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Rio de Janeiro mapas²⁹.

²⁹ Disponível em: <https://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/favelas-mapas/rio-de-janeiro,-favelas-mapa>.

4 EFEITOS BIOPOLÍTICOS NAS FAVELAS: morte das potências e insurreições

Diga não ao racismo
 Diga não ao preconceito
 Diga não ao genocídio do meu povo preto
 Diga não à polícia racista
 Diga não a essa militarização fascista
 Diga não
 Não fique só assistindo
 Muita gente chora irmão enquanto você tá rindo [...] ³⁰
 Bia Ferreira

Trago aqui à discussão alguns acontecimentos que podem ser tomados como analisadores dos efeitos biopolíticos na vida em favela. Falo em analisadores na perspectiva do Lourau (2004, p. 132), que os entende como acontecimentos ou fenômenos que ao ser explanados ou decompostos podem incitar análises de relações que não têm visibilidade e ao mesmo tempo podem ser catalizadores.

Compreendendo as formas de resistência como acontecimentos que, mesmo antes de serem respostas às estratégias de controle, funcionam como motivação para a intensificação desses controles, busco analisar como esse jogo de forças interfere no dia a dia da população, especialmente da população favelada. Quais os efeitos das produções subjetivas de medo e da necessidade de segurança na vida dessas pessoas? Quais os efeitos das ações racistas e violentas por parte do governo, tanto na vida de quem mora na favela quanto na vida de quem a teme?

Finalizo apresentando algumas experiências de mobilização comunitária de moradores de favela que, mesmo não se intitulando movimentos de resistência, representam a luta daquelas pessoas para sobreviver às violências e manter vivas as suas potências.

O desafio proposto por Bia Ferreira na epígrafe desse capítulo se reaviva diariamente ao assistir às constantes manifestações racistas, preconceituosas e violentas contra o povo de favela: como dizer NÃO?

4.1 Mecanismos para fazer morrer as potências nas favelas

Ante tantos casos de violência e racismo cometidos pelo Estado, em nome de um discurso de paz, cabe aqui reforçar a afirmativa de Michel Foucault que ‘tirar a

³⁰ Trecho da música *Diga Não*, composta pela cantora mineira Bia Ferreira e lançada no ano de 2018.

vida' não significa simplesmente assassinar alguém de forma direta. Como pontua Foucault (2016, p. 216), há outras formas de 'tirar vidas' que envolvem ações que extrapolam nosso entendimento do que seria 'fazer morrer': o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, levar à morte política, à expulsão, à rejeição, etc. Nessa perspectiva se encontra a população que é submetida a condições de vida precarizadas, com baixo acesso a serviços como saúde, educação e saneamento.

Mesmo os que escapam da morte efetiva em meio aos ataques violentos têm decretada sua morte indireta, que se manifesta, por exemplo, pelo assassinato da sua dignidade ao não conseguirem sequer transitar pelas ruas sem serem julgados pelas marcas subjetivas que lhes são impostas de indivíduos perigosos, suspeitos, incapazes, indesejados ou rebeldes. Tais marcas, produzidas subjetivamente, são efeitos de mecanismos utilizados pra subalternizar, explorar e despotencializar, sobretudo, a parte mais pobre da população de modo a esta ser mantida como margem ou esteio ao funcionamento de um capitalismo neoliberal. Rolnik (2019, p. 127) salienta que, do lado dos subalternos, sofrer opressão, exploração e exclusão produz no sujeito a experiência de que sua existência não tem valor, o que lhe gera um sentimento intolerável de humilhação e tende a machucar sua pulsão vital já debilitada.

A partir do controle de corpos, a governamentalidade neoliberal institui uma liberdade vigiada pela qual se convence a essas pessoas que elas possuem autonomia na conduta das suas vidas, ao mesmo tempo em que restringem os acessos a serviços que lhes assegurem mais qualidade de vida, melhor condição socioeconômica e, principalmente, inibem sua capacidade de reação e insurgência.

Quando se analisa as marcas do processo de subjetivação no cotidiano da juventude favelada, ficam notórios os efeitos da criminalização política. De acordo com Batista (2015, p. 92), a gestão da potência juvenil tem sido o grande alvo de toda essa governamentalização, produzindo racionalidades, programas e projetos que darão conta dos perigos que o tempo livre representa. Segundo a autora, a vitimização se realiza simbioticamente com a criminalização e seus projetos de neutralização política, levando a uma não distinção entre prevenção e repressão.

Mesmo antes da ação violenta contra os corpos favelados que se tornou tão cotidiana, já se institui a morte das suas potências no momento em que se semeiam dúvidas sobre suas capacidades, suas habilidades e sua honestidade. A estratégia

de matar potências é costurada tanto no nível macropolítico quanto no nível micropolítico e, de forma risomática, consegue capturar os próprios moradores de favela. Isso pode ser percebido em trechos do livro '*Quarto de despejo*', quando Carolina Maria de Jesus relata casos de hierarquização na relação entre os próprios vizinhos. Casos que podem ser aqui compreendidos como efeitos biopolíticos de preconceito e produção de subjetividades em nível micropolítico: "Os vizinhos de alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os vizinhos das casas de tijolos diz: (sic) - Os políticos protegem os favelados" (JESUS, 1963, p. 27). O alcance dessas subjetividades produzidas tem sido estratégico para que o morador de favela desacredite das suas potencialidades e tenha inibidas as suas forças para resistir ao assujeitamento à condição de assujeitado.

De modo similar ao que aponta Carolina, Silva (2021 p. 98) analisa a favela onde vive e afirma que o que mais se vê lá dentro são moradores que não se identificam como um favelado e usam o termo em seu significado popular pejorativo para referir as pessoas de cujos comportamentos desqualificam, discordam e temem.

Em suas análises sobre o pensamento de Friedrich Nietzsche, Gilles Deleuze discorre sobre o conceito de vontade de potência e o apresenta como 'um querer interno' que complementa a força do indivíduo. Para o autor, a força representa 'o que pode ser feito' e a vontade de potência representa 'o que se deseja' ou 'o que se quer fazer'. Segundo Deleuze (1976, p.26), nas relações entre as forças uma é afetada pelas outras e é pela vontade de potência que uma das forças prevalecerá. A vontade de potência tem ainda o poder de ser ela própria afetada, de modo que ela consegue determinar ao mesmo tempo que determinada e qualificar ao mesmo tempo em que é qualificada. E como enfatiza Deleuze (1976, p.30-31), este poder não envolve necessariamente passividade, mas sensibilidade.

É entendendo a importância da vontade de potência para associar o que pode ser feito ao que se deseja que seja feito, que ponho em análise os efeitos dos racismos e das violências no cotidiano da população que é condicionada a viver em situação de tensão, de desqualificação, de mortificação. Como essas pessoas podem manter viva sua potência mesmo sendo constantemente moldadas à condição de descartável e sendo levadas a acreditar que não são capazes de viver/fazer/ter algo diferente daquela sua condição de vida atual?

A lógica biopolítica sufoca, tolhe e mata a potência da ação política dos indivíduos. A condição de insegurança e medo recíproco que é plantada na relação entre o morador e o não morador de favela é fundamental para coibir as possibilidades de insurreição e tentativas de mudança dessa lógica. Sendo tratado cotidianamente como incapaz, perigoso e ameaçador, como o favelado vai conseguir alimentar suas vontades de potência para vencer esse jogo de forças? Será que sobra disposição para buscar transformar a realidade e as subjetividades produzidas sobre o que é ser um morador de favela? Dado o histórico de opressão e de construção de uma subjetividade criminalizadora, esses moradores conseguiriam reunir forças (emocional e financeira) para buscar outro lugar para viver e se desvincular desse estigma de favelado?³¹

O jogo de forças que envolve a chamada guerra ao comércio ilegal de drogas produz imensuráveis efeitos nas vidas dos moradores de favelas. Os que nascem e crescem ali têm toda sua vida atravessada por um contexto de constante violência e precariedade. É a criança que para brincar na vizinhança, ou mesmo para ir à escola, precisa estar atenta à possibilidade de ocorrer tiroteios, se desviar dos esgotos a céu aberto e sobreviver à falta de infraestrutura do território. É o jovem que encontra dificuldade para se inserir no mercado de trabalho e tem que lidar com o olhar de desconfiança ao dizer que mora na favela. O adulto que em seu dia-a-dia precisa sempre comprovar que não está envolvido com algum tipo de contravenção ou ilegalidade. Os governos e as mídias hegemônicas empresariais trabalham em conjunto para normalizar uma percepção coletiva de que qualquer pessoa que more em favela é naturalmente um suspeito.

Essas e outras tantas circunstâncias que se tornaram parte do dia a dia do favelado denotam que a prática da violência por parte do Estado não se resume ao uso da força policial e aos assassinatos que esses agentes estatais têm cometido. Como salienta Daros (2020, p. 197), também se considera violência de Estado a restrição dos direitos básicos da população (como a falta de moradia, educação e trabalho), além da forma peculiar como as políticas de segurança pública têm sido implementadas nos territórios de favela e do modo como abordam a população local.

³¹ Na pesquisa que realizei para elaboração da minha dissertação de mestrado, no ano de 2015, entrevistei jovens moradores de Manguinhos que atuavam no projeto do *'Fala Manguinhos!'*. Quando questionados sobre a relação dos moradores com território, me afirmaram que grande parte dos moradores da favela não tem interesse em mudar de lá e que outros tantos não têm interesse sequer em mudar a realidade daquele lugar.

Nesse contexto, o discurso da racionalidade pela paz não disfarça sua seletividade. Em nome da paz para uns, normaliza-se a prática da discriminação, da desconfiança, do medo e de distintas formas de preconceito contra moradores de favela. Essa produção subjetiva estabelece uma segregação socioespacial que pode ser percebida, inclusive, dentro dos bairros de classe média e alta da cidade do Rio de Janeiro: como existem algumas favelas localizadas no entorno dessas zonas consideradas mais nobres, o mercado imobiliário institui uma escala de periculosidade que diferencia os preços dos imóveis de acordo com a proximidade destes às favelas. Quão mais perto ou com vista para favelas, mais perigoso e conseqüentemente mais barato será o imóvel.

Piper e Calveiro (2015, p. 4) apontam que a existência de cenários bélicos potencia a violência e o medo como parte das estratégias de dominação. Segundo elas, o medo é parte da governamentalidade atual e costuma ser utilizado como recurso privilegiado para estabelecer normas e práticas de exceção que ampliam a potência repressiva do Estado e dos agentes associados a ele.

A discriminação àqueles que são popularizados como suspeitos, perigosos ou mesmo impuros é uma tática utilizada para criar medo e matar potências insurgentes, há séculos. Na atualidade, essa cultura do medo é um elemento estruturante da governamentalidade instituída.

Os dispositivos para disseminar a cultura do medo social podem ser observados por toda parte: grades nas portas e janelas das casas, alarmes, seguranças particulares, viaturas da polícia circulando as ruas com fuzis apontados pra fora. A todo instante se emitem sinais de que o perigo está iminente e que é preciso apostar em dispositivos de segurança. Esse medo é produzido de forma associada a regimes de verdade e discursos midiáticos programados para moldar as formas de existir. Assim, a população se torna cada vez mais docilizada e tem controladas suas vontades de potência.

Provocar as sensações de perigo e de medo social é parte da governamentalidade neoliberal e de sua racionalidade, assim como o uso da violência e das práticas de repressão. No campo macropolítico, a atuação dos agentes do Estado em áreas locais e periféricas se apresenta como iniciativa de segurança. No campo micropolítico, por sua vez, tal atuação é sinônimo de medo e terror. São práticas que promovem um estado de insegurança molar permanente e

que se utilizam do medo e terror como instrumentos de controle. Como afirma Nascimento (2014):

A estratégia de construir a insegurança generalizada implanta a manipulação dos medos, fazendo com que as pessoas clamem por mais justiça e proteção. A produção de um sentimento crescente de insegurança contribui largamente para aceitar a visão de uma sociedade na qual a violência está em toda a parte e ameaça cotidianamente a estabilidade social (NASCIMENTO, 2014, p. 466).

Também nessa perspectiva, Coimbra (1995, p. 7) enfatiza que fazer morrer as potências a partir da produção do medo e da insegurança é uma prática comum por parte do Estado. Segundo a autora,

Diante da fome, do desemprego, dos esgotos a céu aberto, da ocupação de ruas e viadutos por famílias cada vez mais numerosas, do analfabetismo, da prostituição infantil, de crianças que nos provocam terror, o medo e a insegurança passam a ser “uma forma de interpretar o mundo”. [...] Vivemos numa cultura do medo, da insegurança, da paranoia, enfim; e esta atmosfera domina a todos (COIMBRA, 1995, p. 7).

4.2 O medo e a insurgência

Por em análise os efeitos do medo como dispositivo de controle biopolítico no cotidiano das favelas pode nos levar a uma percepção de que o medo paralisa as pessoas. Mas o que é a paralisia se não um intenso movimento de sentimentos? Sob essa perspectiva, o analisador medo é um propulsor de movimentos: desde movimentos de obediência, de silenciamento e assujeitamento, a também movimentos insurgentes, de resistência e de luta por sobrevivência.

Em meio a tantos mecanismos de despotencialização, a preservação da vida dos moradores de favela torna-se uma luta por sobrevivência. Como afirma Oliveira (2019, p. 257), sobrevivência pode ser compreendida como a capacidade das pessoas para lidarem, cotidianamente, com condições precárias e violentas que impõem uma forma de vida que subverte a própria lógica de vida e morte. Além de ter que driblar os contínuos ataques bélicos em seu território, o morador de favela precisa lidar com o desafio de conviver com uma sociedade que é ensinada a lhe enxergar como uma pessoa perigosa.

Por medo, cada vez mais as pessoas se movimentam para dentro de suas bolhas e intensificam sua demanda por mais e mais mecanismos de proteção,

segurança e vigilância. A disseminação do medo impulsiona a população a pré-julgar os moradores de favelas como perigosos e apoiar as intervenções violentas naqueles territórios. Do outro lado da fronteira de proteção, este mesmo medo corrói as vontades de potência, inibe sonhos e desejos e coage o morador de favela a aceitar a condição de assujeitado. Todavia, o medo também pode funcionar como um catalizador de insurreições: tomadas pela indignação, as pessoas que estão sendo assujeitadas podem converter o medo em luta para desconstruir as subjetividades que são produzidas para lhes subalternizar. Esses movimentos insurgentes produzidos a partir do medo têm o poder de estimular essas pessoas a resgatar suas vontades de potência e desafiar o jogo de forças.

Numa correlação com os escritos do Franz Fanon sobre a vida dos colonizados na Argélia, Facina, Silva e Lopes (2019, p. 25) analisam que a luta pela sobrevivência em territórios de favela também leva pessoas 'mortificadas em vida' a desafiar os limites da morte e a reconfigurar seu sofrimento individual a partir da identificação de alguns traços de seu próprio sofrimento em outros companheiros. Os autores apontam que esse sofrimento individual pode dar lugar a uma luta coletiva, formando uma espécie de 'comunidade da dor'. Essa integração popular em busca de alternativas para a gestão das próprias vidas, como salienta Aguiar (2009, p. 595), pode fazer emergir intervenções que desativem os processos que os despotencializam e que reduzem seus espaços a lugares da falta.

Quando Fanon retratou o fenômeno da violência nas colônias, ele mostrou que a situação de instabilidade e o medo tornavam os colonizados debilitados. Assim, cada movimento desconhecido deixava-os com os nervos à flor da pele, pois nessas situações o medo predomina e 'o gatilho é sensível' (FANON, 1968, p. 55). Em situações como estas em que a luta é para manter-se vivo, resistir é um ato de sobrevivência, necessário e possível. Como afirmam Granese, Molas e Rey (2017, p. 76), ainda que seja sob a mesma lógica daquilo que se resiste, a resistência é necessária porque ela diversifica, multiplica os discursos e as ações possíveis para preservação da vida.

Foucault trabalhava com o conceito de *parresia* para referir-se a casos em que o indivíduo é tomado por um sentimento de insatisfação e sente a necessidade de se expressar de forma franca. O *parresiasta* é, portanto, aquele que tem a coragem e a liberdade de dizer a verdade, mesmo diante dos riscos (FOUCAULT, 2011, p. 12).

Penso na prática parresiasta do povo da favela, que não aguenta mais seu cotidiano de terror, de medo, de preconceito e de ameaças à sua existência e vejo o grito como forma de denúncia, como forma de resistência. Mas gritar pra quem, se aquele que se subjetiva como responsável por fazer-lhes viver é justamente quem está promovendo sua morte? Como uma vítima da violência – seja ela física, psicológica, de gênero, de raça, etc. – vai buscar algum tipo de proteção ou reparação junto a uma representação do Estado sendo que o violador é parte do próprio Estado?

Quando tentam fazer uma denúncia, acabam tendo suas queixas minorizadas, engavetadas, sem que haja algum desdobramento de reparação ou penalização aos violadores de direitos. Inclusive, de acordo com Scheinvar (2010, p 7), o que se vê é a reversão da responsabilidade pela garantia dos direitos para a população que legalmente vive em estado de violação de direitos.

Alguém ouve o grito que vem das margens?

O grito pode ser relacionado à vontade de fazer denúncias que, segundo Rolnik (2019, p. 131), fazem parte da perspectiva macropolítica do campo das insurreições. O grito representa um empoderamento dos subalternos na luta por uma distribuição de direitos mais igualitária. Em contrapartida, no nível micropolítico, para além do empoderamento, as pessoas são movidas pela busca da preservação da vida e por possibilidades de criação, experimentação e ressonâncias de outros inconscientes.

A intenção de insurgir-se macropoliticamente é o empoderamento do sujeito: libertar-se da opressão política, da exploração econômica e da exclusão social; sair do silenciamento e da invisibilização, para ocupar afirmativamente um “*lugar de fala*” dignamente ouvida e um “*lugar de existência*” dignamente reconhecida. Redistribuição mais igualitária das posições nas relações de poder. [...] A intenção de insurgir-se micropoliticamente é a potencialização da vida: reapropriar-se da força vital de sua potência criadora. Reapropriar-se igualmente da linguagem (verbal, visual, gestual, existencial, etc.). A experimentação ativa requer uma “*implicação*” nessa emergência e não uma “*explicação*” que nos proteja, nos aliviando ilusoriamente (ROLNIK, 2019, p. 132-133).

No último capítulo do seu livro ‘*A história da sexualidade I*’, Foucault fala dos movimentos de luta contra o poder normatizador e afirma que as grandes lutas já não se fazem mais em nome de um retorno aos direitos antigos. Segundo Foucault (2014b, p. 156), já não se espera o reestabelecimento apenas das justiças que se creem ancestrais, o que é reivindicado é a própria vida, entendida como as

necessidades fundamentais. Em território em que é o risco de morte é iminente, a luta para se manter vivo se sobrepõe à exigência de direitos. Como também afirma Foucault (2014b, p. 157), foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas algumas vezes se formulem através de afirmações do direito: o direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades.

Milton Santos destaca a possibilidade de união da sociedade em nível horizontal de modo a se fortalecer a partir das ações localmente constituídas que ampliem a coesão a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 2006, p. 174).

As uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, permitindo-lhes passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização (SANTOS, 2006, p. 174).

O autor chama de 'contrarracionalidades' as reações e estratégias e adaptação criadora da população considerada incapaz de se subordinar de forma completa às racionalidades dominantes, por não dispor dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea (SANTOS, 2006, p. 210). Segundo o autor, a localização dessas contrarracionalidades está assim distribuída:

De um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos (SANTOS, 2006, p. 210).

Cabe aqui uma observação em relação ao termo "*minoria*" utilizado por Milton Santos para fazer referência à população marginalizada. Deleuze (2010, p. 59) destaca que minoria não corresponde a uma quantidade menor de pessoas, mas sim a um desvio em relação a um modelo prioritário previamente constituído de poder. Podem ser compreendidas como minorias as pessoas que não se enquadram no padrão homem, branco, heterossexual, cristão, adulto, morador de centros urbanos e que não possuem anomalias físicas e mentais.

A associação da produção limitada de racionalidade com uma produção ampla de escassez, de acordo com Santos (2006, p. 211), conduz a população que

se encontra fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência.

Centelha (2019, p. 96-97) defende que o modelo neoliberal brutal que nos tem sido imposto não tem condições de produzir algo além de pobreza e insegurança material. Assim sendo, precisamos liberar energia que dê aos sujeitos a coragem para deixar que a potência da revolução se manifeste através deles, aprofundando os vínculos necessários à propagação da insurreição (CENTELHA, 2019, p. 97)

Contudo, diante dessa prática de extermínio do povo pobre, instaurada e alimentada pelo Estado, e diante de tantos mecanismos de regulação e controle sobre vida e morte da população, de onde moradores de favelas podem tirar forças para resistir à máquina repressora do Estado?

Em seu livro intitulado *'Resistências'*, Judith Butler afirma que está muito claro que quem se reúne para resistir às diversas formas do poder econômico e do Estado está pondo seu próprio corpo em risco, expondo-se a um possível dano, inclusive à morte; quiçá sem deixar rastro. Sobre as possibilidades de luta e resistência ela afirma que:

Poucas lutas são mais importantes que aquelas que põem em questão as chamadas "normas comuns", perguntando-se de quem são as vidas que nunca estão incluídas nessas normas? De quem são as vidas explicitamente excluídas dessas normas? Que normas humanas restringem estas normas comuns? E até que ponto essa é uma norma paternalista (que inclui a ideia de proteção além da masculinização) ou uma norma de privilégio racial? (BUTLER, 2018, p. 41).

Um estímulo à parresia também pode ser percebido na obra de Butler (2018) quando ela defende que o grito que escancara a condição de vulnerabilidade é uma ação de resistência. Nessa perspectiva, o morador de favela pode buscar forças para resistir ao expor que suas condições infraestruturais estão se deteriorando, ao gritar que seu povo está sendo morto pelo braço armado do Estado, ao expor o modo como as políticas sociais e econômicas estão dizimando suas condições de subsistência.

Associando as práticas de vulnerabilidade e resistência, Butler (2018, p. 15) defende que a vulnerabilidade deve ser pensada como mobilizadora da resistência. A autora acredita que precisamos nos reconhecer como vulneráveis e compreender

que somos possíveis próximas vítimas, mas, ainda assim, nos reconhecemos como capazes de resistir.

Butler (2018) afirma ainda que é comum supormos que quem está em condição de vulnerabilidade requer e precisa de proteção e fortalecimento, por meio de práticas paternalistas de poder, e de formas coletivas de resistência e transformação social. Daros (2020) destaca que o contexto que nos leva ao debate sobre a emergência dessa noção de vulnerabilidade é movido pela naturalização e a intensificação de um desejo de inclusão. Tal desejo é impulsionado por imperativos mercadológicos, os quais são vendidos como estratégias indispensáveis a todos aqueles que lutam contra a ameaça de marginalização (DAROS, 2020, p. 24).

Essa prática biopolítica de produzir naturalizações e desejos faz parte do jogo das relações de poder. Como aponta Reis (2013, p. 59-60), a sujeição do desejo ao mesmo tempo requer e institui o desejo de sujeição. Como instrumento dessas relações de poder promove-se um processo de captura pelo qual a própria população passa a desejar estar sujeita a certas normas, muitas das quais são pensadas para controlar suas expectativas existenciais, sociais e dependências primárias.

Em várias das suas obras, Michel Foucault sustenta que as relações de poder provocam a cada instante o desejo da resistência. Contudo, salienta que é a possibilidade de resistência que incita a manutenção do poder daquele que domina. A busca por essa manutenção será mais forte e com mais astúcia, quanto maior for a resistência (FOUCAULT, 2006, p. 407).

Foucault (2014, p.220) defende que é próprio das disciplinas a busca por táticas de poder que inibam ao máximo o desejo de resistência. Porém, como também afirma Foucault (2014b, p. 104), onde há poder, há sempre resistência, sendo um coextensivo ao outro. A resistência, portanto, seria um elemento primordial nas relações de poder. Nessa perspectiva, Foucault aponta ainda que:

As relações de poder só existem em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representa, nas relações de poder, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Estes pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande recusa. [...] Mas sim resistências, no plural, que são coisas únicas: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 2014b, p. 104).

De modo a conter as possibilidades de resistência, o Estado está sempre intensificando suas estratégias para manutenção dos pobres como margem de sustentação ao sistema de proteção das vidas de outra parte da população. Como visto nos relatos dos moradores de Manguinhos sobre o terror do seu dia a dia, tem sido constante o uso da força para reafirmar a discriminação, a segregação social, a eliminação daqueles que são considerados como ameaças e para inibir as possibilidades de insurgência.

Cabe destacar que dentro desse jogo de forças há uma espécie de efeito retroalimentador entre os movimentos de insurgência e repressão. Quanto mais resistência e insubordinação por parte da população vulnerabilizada, mais violentas tendem a ser as estratégias para sua despotencialização. Como efeitos de subordinação, boa parte dessa população acaba optando pelo silêncio.

O Comitê Invisível (2016, p. 45) aponta que a reação à postura racista do Estado costuma ocorrer em forma de lamentação, de denúncia e, portanto, de impotência. O Comitê defende não devemos focar na denúncia de tais acontecimentos, mas sim ser virá-los contra o próprio poder. É o desejo de potência que provoca o levante e é essa movimentação que produz seu povo, suscitando experiências e inteligência comuns. Segundo este mesmo Coletivo:

O que aqui se constrói não é nem a “sociedade nova” em seu estágio embrionário, nem a organização que finalmente derrubará o poder para construir um novo, é antes a potência coletiva que, por via da sua consistência e da sua inteligência, condena o poder à impotência, frustrando, uma a uma, todas as suas manobras (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p 53).

Também defendendo o desejo de potência como um dispositivo mobilizador capaz de promover transformações individuais e coletivas na vida da população subalternizada, Suely Rolnik destaca que:

Quando a insurgência dos corpos subalternizados abraça o desejo de potência, além da necessidade de empoderamento, é mais provável que o movimento pulsional encontre sua expressão singular e dele resultem transmutações efetivas da realidade individual e coletiva, inclusive na espera macropolítica (ROLNIK, 2019, p. 133).

É o que propõe Deleuze (1990, p. 1) ao afirmar que diante desses mecanismos de controle não cabe mais temer ou esperar, mas buscar novas armas. Mas quais vias são possíveis?

Michel Foucault, que costumava lançar mais perguntas do que respostas, chegou a apontar a clandestinidade como uma das dimensões necessárias para a ação política da população. Segundo ele, esse seria um caminho que oferece uma possibilidade alternativa à conduta governamental, construindo outras formas de conduta, outros líderes, outras formas de obediência específicas, etc. (FOUCAULT, 2008b, p. 262).

Mas onde, como e quando essa chave gira? Como essas pessoas conseguem converter seu sofrimento e seu sentimento de indignação em mobilização? Como unir o desejo de potência com a força para resistir?

Em experiências de trabalho, em observações nas redes sociais e em diálogos com movimentos e moradores do Complexo de Favelas de Manguinhos ouvi/li vários relatos sobre o modo como o histórico de atuações racistas e violentas do Estado tem atravessado suas vidas. Relatos de sofrimento, mas também relatos de esperanças que brotavam como analisadores do ressurgimento da vontade de potências. Histórias de articulações entre moradores para construção de alternativas de sobrevivência, de autocuidado, de autoproteção, de denúncia, de resistência.

Apresento aqui quatro experiências de mobilização comunitária que, mesmo não se intitulando movimentos de resistência, representam a luta de um povo para manter-se vivo:

4.4.1 A juventude em movimento – A experiência do jornal ‘Fala Manguinhos!’

Quando ingressei no mestrado, meu foco de pesquisa era a participação social. Eu queria analisar como o morador de favela percebia a existência ou não de espaços para sua participação em processos de construção de políticas públicas. Na oportunidade conheci e investiguei um projeto que foi proposto e gestado por moradores do Complexo de Favelas de Manguinhos.

O projeto que deu origem à Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos foi organizado pela população local, a partir de discussões nas reuniões do grupo de trabalho de comunicação, do Conselho Comunitário de Manguinhos. Em diálogos com as pessoas que atuam na Agência, fiquei sabendo que o projeto surgiu quando os moradores identificaram a necessidade de um plano para

socializar informações e serviços que não alcançavam todas as Comunidades que compõem o Complexo de Manguinhos.

A documentação com registros da criação da agência de comunicação comunitária aponta que o segmento Juvenil, em idade entre 18 e 24 anos, foi selecionado como público alvo para participar diretamente do projeto. Tal escolha foi embasada em demandas sociais apresentadas por este segmento. De acordo com um material publicado pela Fiocruz (2013), foi utilizado como argumento o fato de que é nessa faixa etária que se busca a inserção socioproductiva, e também na que se encontram os maiores índices de óbitos por arma de fogo. Tais fatores fazem da juventude o segmento de maior vulnerabilidade, constituindo-se enquanto as principais vítimas, sobretudo os jovens que vivem em territórios de favela.

Assim, o projeto visou contribuir para a criação de espaços que assegurem aos jovens de Manguinhos a oportunidade de exercitar suas potencialidades e habilidades, especialmente no campo da comunicação. A abrangência do projeto buscou ainda proporcionar a esses jovens a vivência de atividades culturais e a valorização do seu pertencimento ao território.

Atendendo às expectativas da sua formulação, a experiência tornou-se uma referência para ampliar o fluxo de informações adequadas aos voluntários, estudantes, profissionais e trabalhadores da área social, principalmente da saúde, educação e assistência social. As publicações feitas nos dispositivos de comunicação utilizados pela Agência denotam uma ampliação nos diálogos e parcerias entre a população e instituições que atuam no território de Manguinhos.

Segundo o estudo da Fiocruz (2013), ao pensar o projeto já se identificava como desafio a capacidade de desenvolver uma tecnologia social em comunicação social frente à realidade de territórios vulnerabilizados urbanos de um centro metropolitano. Para tanto, o conselho comunitário do bairro buscou oportunizar uma formação técnica na área de comunicação, para os jovens que trabalhariam na Agência, firmando uma parceria com o Centro Universitário Augusto Mota – Unisuam. Uma parceria também foi firmada com a Fiocruz, de modo que fosse financiada a impressão de jornais que seriam confeccionados pela Agência e distribuído entre os moradores de Manguinhos.

Um ano depois, em 2014, um aditivo ao projeto já identificara que a Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos estava se consolidando como um empreendimento socioeconômico voltado para o desenvolvimento territorializado,

integrado e sustentável (FIOCRUZ, 2014). Entre os resultados já apontados àquela época, a partir da implantação do projeto básico da Agência, destacam-se os seguintes:

- Ampliação do número de parceiros, envolvendo os atores sociais do Complexo de Manguinhos;
- Capacitação com a implantação de um Plano de Formação, Mobilização e Seleção de jovens, junto à Unisuam;
- Realização de formação técnica para 11 jovens em comunicação social e Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários através de oficinas temáticas de qualificação técnica em comunicação e empreendedorismo solidário (Impresso, *Blog*, Publicidade, Vídeo e Rádio);
- Viabilização de dois canais virtuais interativos de informação: o *blog 'Fala Manguinhos!'* e a página do Facebook Comunicação em Manguinhos;
- Composição do primeiro jornal impresso '*Fala Manguinhos!*'.

A implicação dos jovens com o projeto foi identificada nos relatos dos mesmos sobre as atividades que desempenhavam. Segundo eles, a distribuição das tarefas e responsabilidades entre os membros era um fator que denotava o comprometimento do grupo com a realização das ações do projeto. Todos os membros da Agência transitavam de forma equitativa sobre as distintas atividades a serem realizadas.

Os relatos apontaram, desde o início das atividades, que o funcionamento da Agência ocorria por meio de reuniões regulares e a partir das demandas por reuniões excepcionais. É importante salientar que essas pessoas, em sua maioria, pouco se conheciam antes de atuarem juntos na Agência. Então, essas reuniões também funcionaram, inicialmente, como espaço para se construir essas relações entre eles e possibilitar que identificassem as habilidades e disponibilidades uns dos outros. Posteriormente, essas reuniões passaram a concentrar as tomadas de decisão internas e divisões de tarefas.

Outro perfil de reuniões apontado como parte das rotinas da Agência eram as reuniões mensais, abertas à comunidade, para diálogos e composição de pauta do jornal. Essas reuniões possibilitavam à equipe captar as demandas e opiniões dos moradores de Manguinhos, bem como sentir a evolução do reconhecimento das comunidades sobre os trabalhos que a Agência estava a desenvolver. O processo de distribuição de jornais porta-a-porta também se consolidou como oportunidade

para dialogar com os moradores, apresentar o trabalho, tirar dúvidas, convidá-los a participar das reuniões, bem como conhecer suas demandas e opiniões.

Os processos de construção das matérias para o jornal e das páginas nas redes sociais também ocorriam de maneira coletiva, pelos membros da Agência ou mesmo por moradores de Manguinhos que se dispunham a colaborar. Do mesmo modo, a avaliação do andamento das atividades acontecia de maneira presencial, nas reuniões ou no momento em que os membros da Agência vão pessoalmente entregar os jornais.

As dificuldades financeiras para manutenção da estrutura da Agência, inclusive para impressão do jornal, foram despontando como principais barreiras para a reaplicabilidade das ações do projeto. No início o projeto conseguia captar recursos com instituições parceiras. Com o fim dessas linhas de financiamento, a equipe passou a traçar estratégias para captação de recursos usando o próprio material produzido, conduzindo a Agência a novas formas de atuação como, por exemplo, uma maior utilização das redes sociais como canal de contato com os moradores de Manguinhos para captação e divulgação de informações.

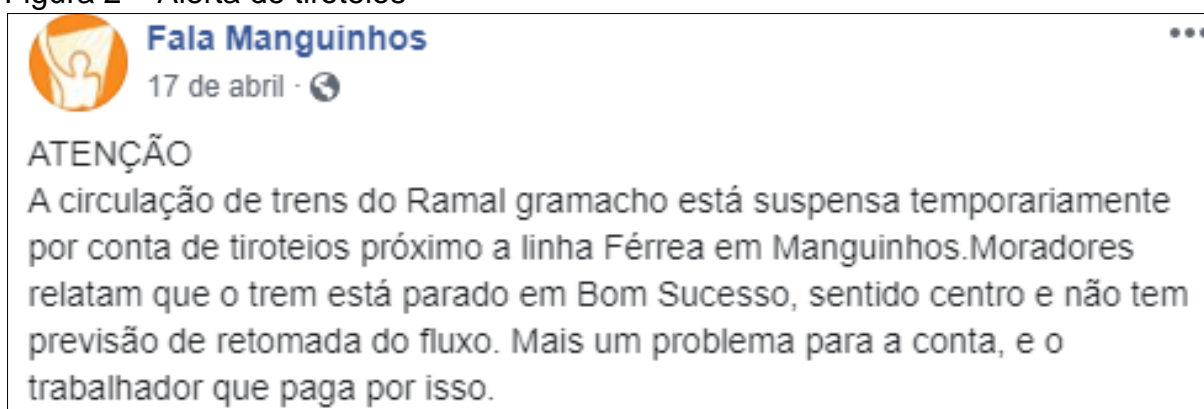
Cerca de cinco anos depois, a história da Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos volta ao meu ciclo de estudos, porém, com um foco diferente do analisado na época da pesquisa do mestrado: em vez de analisar a perspectiva da participação social, agora revisito meus materiais de pesquisa colocando em análise os efeitos das práticas biopolíticas que atravessam a vida dos moradores de Manguinhos e o modo como eles se utilizam desse dispositivo de comunicação para se conectar com os demais moradores das distintas comunidades do território.

O blog '*Fala Manguinhos!*' continua ativo, porém o número de matérias, reportagens e publicações reduziu bastante. A maior parte das comunicações com os moradores do território tem ocorrido através da página do '*Fala Manguinhos!*' no Facebook. Por meio desse canal, a Agência tem mantido a prática de articulação social ao divulgar eventos e oportunidades de estudo e de emprego, ao publicizar campanhas de proteção à saúde, bem como ao convocar moradores para reuniões do Conselho Comunitário de Manguinhos. Contudo, tem ganhado maior destaque a utilização dessa ferramenta como dispositivo de autoproteção da população que vive naquelas comunidades.

Em meio à rotina de violências, invasões policiais e confrontos entre grupos ligados ao comércio de drogas ou entre esses e a polícia, os moradores têm utilizado o Facebook do *'Fala Manguinhos!'* para avisar aos seus vizinhos sempre que algum caso de violência acontece no território. Assim, a página, que possui mais de 24 mil seguidores, consegue enviar alertas recomendando que o povo fique atento, evite exposição aos riscos e partilhe informações nos comentários da postagem.

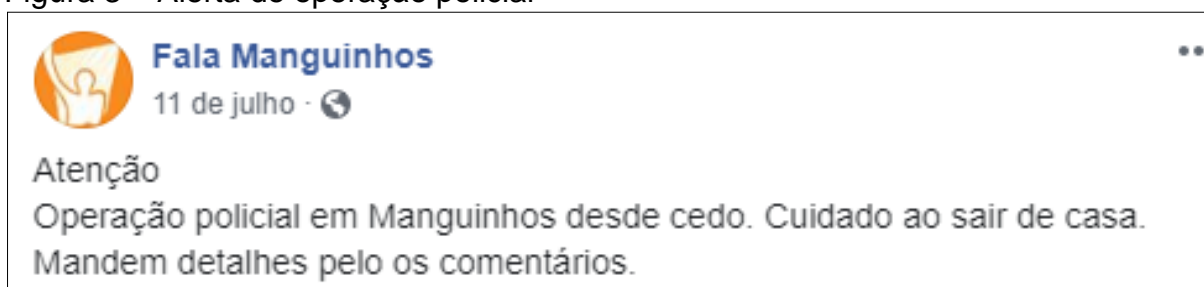
As duas figuras a seguir foram copiadas de postagens de alerta feitas pela equipe da Agência de Comunicação Comunitária de Manguinhos na página do Facebook do *'Fala Manguinhos!'* nos meses de abril e julho de 2019:

Figura 2 – Alerta de tiroteios



Fonte: Página do *'Fala Manguinhos!'* no Facebook³².

Figura 3 – Alerta de operação policial



Fonte: Página do *'Fala Manguinhos!'* no Facebook³³.

³² Disponível em: < <https://www.facebook.com/falamanguinhos>>. Acesso em: 22 out. 2019.

³³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/falamanguinhos>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Voltei a fazer contato com a equipe da Agência em outubro de 2019 para dialogar sobre essa minha percepção em relação à intensificação do uso da rede social como dispositivo de autoproteção dos moradores da favela frente aos ataques violentos e racistas do Estado.

Nessa nova conversa me relataram que, assim como me sinalizaram na época das entrevistas para a dissertação, se tornou cada vez mais difícil sustentar as diversas atividades da Agência sem uma fonte de renda que custeasse sua estrutura, os materiais necessários para os trabalhos e, conseqüentemente, o engajamento da equipe. Com a equipe reduzida, tem sido mais viável a manutenção do canal de comunicação através do Facebook.

A primeira coisa que fizeram questão de enfatizar é que o *'Fala Manguinhos!'* não está se tornando um dispositivo de resistência e autoproteção, esse sempre foi o espírito do projeto. Salientam que resistência está presente, inclusive, no esforço para manter a página ativa, mesmo diante da escassez de recursos.

Falando a respeito do uso da página para a emissão de alertas e a troca de informação entre moradores, sobre a ocorrência de operações policiais e tiroteios, comentei sobre a existência de aplicativos que foram criados especificamente para esse fim – como o 'Onde tem tiroteio' e o 'Fogo cruzado' – e que possibilitam ao usuário marcar num mapa a localidade onde está ocorrendo tiros. Contudo, ressaltai o fato do aplicativo do Facebook ter maior popularidade e abrangência, inclusive com grande número de seguidores da página do *'Fala Manguinhos!'*. Em resposta, apontaram-me que tem crescido a interação entre moradores de Manguinhos, via redes sociais, nessa busca por alertas de autoproteção. Me foi apontado, inclusive, que existem muitas outras páginas no Facebook que agrupam moradores e movimentos de Manguinhos e que várias delas têm sido usadas com essa mesma finalidade. Por conta disso, a equipe envolvida com a Agência de Comunicação está realizando um mapeamento dessas diferentes páginas com o intuito de estabelecer uma rede de notícias. A perspectiva é que se possa estabelecer uma troca de informações mais qualitativa e com o alcance a um número cada vez maior de moradores.

4.4.2 Resistir pela dor – A experiência do movimento ‘Mães de Manguinhos’

Como reagir quando a política de morte praticada pelo Estado invade a sua casa e leva um pedaço da sua família, um pedaço de você?

Considero que uma das fases mais inquietantes dessa minha empreitada de análise dos efeitos do biopoder e da atuação violenta do Estado nas favelas do Rio de Janeiro encontrou-se no desafio de colocar em análise o movimento de articulação das mães que tiveram seus filhos encarcerados ou assassinados por policiais. Difícil lidar com tamanha dor, porém, ao mesmo tempo, foi fortalecedor conhecer a história de mães que conseguem converter em luta essa mutilação irreparável.

Assim como o movimento de *‘Mães da Praça de Maio’*, que congrega, na Argentina, um grupo de mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o terrorismo de Estado na época da ditadura militar (entre 1976 e 1983), no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, um movimento chamado *‘Mães de Manguinhos’* mantém viva a luta compartilhada de diversas mulheres que perderam seus filhos para uma política estadual de segurança pública que sacrifica vidas jovens e faveladas, sobretudo vidas negras.

Rocha (2014, p. 51) utiliza o termo *‘maternidade ultrajada’* para se referir à expressão da indignação dessas mulheres que foram impedidas de exercer a maternidade devido à violência e ao descaso perante o sofrimento negro. Como afirma o autor, o ultraje impulsiona as mães a pensarem em alternativas para aquilo que leva os seus filhos e elas mesmas para a morte – física e/ou social.

O movimento coletivo *‘Mães de Manguinhos’* surgiu no ano de 2014 a partir da necessidade de unir forças para denunciar as práticas violentas do Estado que, desenfreadamente, têm ultrajado e matado pretos, pobres, favelados. Articuladas, as mães buscam dar visibilidade a seus filhos mortos e cobrar o que elas denominam a dignidade de terem a memória deles reparada. Em sua pesquisa sobre a experiência do movimento *‘Mães de Manguinhos’*, Cruz (2020) analisa a memória como um instrumento de resistência naquele território:

Na busca por manter viva a memória de seus filhos e de outras vítimas *do terrorismo* de Estado, as mulheres-mães vêm marcando no cenário público de forma simbólica e em seus territórios de forma material a memória de seus filhos, travando uma luta que há muito é construída pelo Movimento de

Mães e Familiares: a luta pelo reconhecimento da humanidade e da dignidade de seus entes queridos (CRUZ, 2020, p.111).

A autora aponta que algumas das mães que compunham o grupo '*Mães de Manguinhos*' adotaram instrumentos físicos/simbólicos como ferramentas de memória e resistência, tais como camisetas com a foto de seus filhos e árvores que são plantadas no bairro em homenagem aos mesmos. As memórias também são alimentadas pela ocupação cultural dos espaços onde as mortes aconteceram, com a presença de artistas/ativistas, movimentos sociais, poesia e música. Se produz arte como forma de resistência às violências impostas especialmente pelo Estado (CRUZ, 2020, p. 125).

Essas mães lutam, em parceria com entidades defensoras dos direitos humanos como Justiça Global e Anistia Internacional, por punição e julgamento dos culpados pela morte dos seus filhos. Em contrapartida, a corporação policial justifica as mortes como atos de resistência. Mesmo nos casos em que se comprova que os disparos partiram de armas de policiais, os inquiridos costumam defender que esses agentes atiraram acidentalmente ou em autodefesa numa situação de confronto com comerciantes de drogas, o que termina por legitimar a ação.

Em depoimento ao jornal El País³⁴, uma das mães fundadoras do coletivo '*Mães de Manguinhos*' salienta que a questão vai além da inocência ou culpa das pessoas que foram assassinadas: "Não é que o Estado não tem que matar morador inocente. O Estado não tem que matar ninguém e ponto". A matéria do jornal traz uma análise que aponta como justificativa o fato de a Constituição brasileira proibir a pena de morte. Contudo, me é claro que o que acontece juridicamente ali não é a aplicação de uma pena de morte, mas sim um extermínio, um genocídio.

Pouco antes de iniciar minha pesquisa de doutorado eu passei a acompanhar a página das '*Mães de Manguinhos*' nas redes sociais. Ainda nem imaginava que a trajetória do movimento delas atravessaria minha pesquisa. Passei a receber notificações sobre as manifestações das que elas participam, sobre os encontros para debates, acolhimento e divulgação de lutas que empreendem.

Numa noite de setembro de 2019 recebi uma notificação de que algumas mães de Manguinhos estavam reunidas numa comunidade vizinha em um ato em

³⁴ Trecho da matéria intitulada "*As mães 'órfãs' de filhos que o Estado levou*", publicada em 18 de julho de 2019 e que disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/10/politica/1560155313_626904.html>.

memória de uma menina de 8 anos que tinha sido morta poucas horas antes. Na postagem elas afirmavam que a dor daquela mãe e de toda aquela família era a dor delas também. Na sequência questionavam “pra quem é a política de segurança pública?” e afirmavam que essa política de “insegurança pública” tem matado gente todos os dias na favela.

No dia seguinte, diversos veículos de comunicação nacionais e internacionais estampavam notícias sobre a morte da criança que o coletivo ‘*Mães de Manguinhos*’ tinha denunciado. Ela foi atingida por um tiro nas costas quando trafegava com seu avô dentro de uma Kombi no Complexo de Favelas do Alemão. Policiais que estavam na região dispararam tiros de fuzil visando atingir os condutores de uma motocicleta que, supostamente, teriam atirado contra os policiais. A notícia repercutiu muito na mídia deixando o país chocado, sobretudo pela postura fria do governador ao se isentar e isentar a polícia do caso.

Pra quem mora na favela, foi mais um momento triste e de desespero entre tantos que têm acontecido nesses sombrios tempos de política genocida escancarada. Essa foi a 5ª criança assassinada por policiais do Rio de Janeiro, entre os meses de janeiro e setembro de 2019. Mais uma mãe teve sua vida devassada por uma prática não ocasional de profissionais que são mantidos pelo Estado com a missão de sustentar uma política de terror nas comunidades mais pobres da cidade.

“Meu Deus, ela era só uma criança!”

“Ele era inteligente e gostava de estudar!”

“Meu filho era um rapaz honesto e trabalhador!”

No desespero pela perda de um filho, mães choram e pedem clemência, porém, há uma tendência a buscar uma justificativa para mostrar que a pessoa não merecia ser morta, como se uns merecessem e outros não. Em meio ao caos dos constantes confrontos desordenados e violentos provocados pelo Estado, o morador de favela expressa um modo de subjetivação que se constrói historicamente e leva à classificação de vidas matáveis e vidas não matáveis. Torna-se comum apresentar um argumento para requerer que certa pessoa seja poupada pelo braço armado do Estado.

Em sua pesquisa sobre desaparecimento de corpos nas favelas do Rio de Janeiro, Araújo (2014) entrevistou diversas mães que tiveram seus filhos assassinados pela polícia. Nos relatos colhidos pelo autor as mães expõem o modo como a violência se abate sobre suas vidas e seus locais de moradia, provocando terror e sofrimento:

Para além da morte física de um ente querido, os relatos denunciam também a morte moral do grupo familiar. Os relatos fazem emergir moralidades e categorias de entendimento com as quais os familiares interpretam e dão sentido aos dramas que se abatem sobre eles (ARAÚJO, 2014, p. 88).

Ainda segundo Araújo (2014, p. 95), a comunicação das experiências de sofrimento, incluído a morte violenta dos filhos e as humilhações sociais a que são submetidos os familiares, permite criar uma comunidade emocional capaz de alentar a recuperação do sujeito e sua recomposição cultural e política. O movimento '*Mães de Manguinhos*' é um exemplo desse modelo de comunidade emocional que tem atuado no acolhimento dessas famílias.

A força presente na atuação dessas comunidades de mães se faz explicada pelo pensamento de Sardinha (2018) ao afirmar que em tempos de insurreição as lutas têm partido de baixo, como motins, como ferramentas em busca de irrupções à lógica das coisas, e não mais como no tempo das revoluções em que se almejavam grandes mudanças a partir da emancipação de uma classe. Mobilizadas por suas dores, essas mães se unem para lutar em nome desse sentimento de maternidade ultrajada. Elas gritam e convocam a todos para reivindicar o fim dessa política de Estado racista e violenta forjada como guerra às drogas.

4.4.3 Impulsionados pelo desejo de mudança – A experiência do 'Curso Estratégias para territorialização de políticas públicas'

No ano de 2017 eu fui convidado para dar aulas de uma disciplina intitulada *diagnóstico socioterritorial*, no curso de *Territorialização de políticas públicas* que seria ofertado, pela primeira vez, na Fundação Oswaldo Cruz. O curso foi promovido pela Coordenação de Cooperação Social (órgão vinculado à presidência da Fiocruz,

responsável pelo assessoramento e apoio às organizações comunitárias dos territórios de favela, especialmente de Manguinhos).

Cabe aqui ponderar o fato de a Fiocruz também ser parte de uma estrutura do Estado. Assim, mesmo primando por ações dialogadas que convidam os moradores do território para compor suas equipes de planejamento e execução, ela é também um mecanismo de mediação, controle e condução das práticas dos moradores e movimentos daquele território. Nessa relação não há qualquer ilusão sobre neutralidade. A partir do momento em que se propõe uma intervenção, se estabelecem relações de poder que produzem interferências no campo.

Destinado prioritariamente a moradores e lideranças de favelas do Estado do Rio de Janeiro, o curso teve em seu escopo a ideia de contribuir para a consolidação de processos participativos relacionados à elaboração de políticas públicas. Sua ementa abordou ferramentas para a elaboração de projetos sociocomunitários apresentando diferentes estratégias de captação de recursos – das mais convencionais (como por meio de editais) às mais alternativas, como formação de redes de economia solidária, entre outras.

Por meio da construção de diagnósticos sociais, o curso levou os alunos a estruturar propostas de intervenção e mobilização que atendessem a demandas identificadas nos territórios de favelas. Como premissa, o curso também buscou estimular a articulação de atores sociais residentes ou atuantes nessas localidades.

Primeiro dia de aula gera aquela ansiedade para conhecer a turma e saber como fluirá a dinâmica das aulas. Quando cheguei, a sala já estava cheia porque eles tiveram uma reunião prévia com a secretaria do curso. Como percebi que estavam ansiosos pela aula e pra me conhecer, iniciei apresentando um pouco da minha história e de como eu cheguei até ali.

O contexto de uma disciplina sobre diagnóstico social me levava automaticamente a buscar entender o que trazia aquelas pessoas para aquele curso. Como a turma já tinha cursado outras duas disciplinas antes da que eu iria ministrar, apostei na ideia de que eles já se conheciam um pouco e resolvi utilizar uma dinâmica em que a turma me apresentaria cada aluno. Selecionei um aluno para vir à frente e fui questionando a turma para que me falassem quem era aquela pessoa, onde ela morava, se sabiam algo da história dela e o que levou ela àquele curso. Depois a pessoa selecionada poderia completar sua apresentação, caso achasse necessário, e apontaria outra pessoa da turma para vir à frente. E assim

fiquei conhecendo um pouco das pessoas com que eu iria trabalhar nas dez horas de aula programadas para a disciplina.

A dinâmica me revelou que a maior parte da turma era mais velha do que eu, que praticamente todos eram moradores de favela, que possuíam diferentes níveis de formação (incluindo pessoas com ensino fundamental incompleto e pessoas graduadas) e que provinham de diferentes regiões da cidade. Poucos se conheciam antes do curso.

Programei-me para termos aulas bastante dialogadas. Para discutirmos sobre formas de leituras do território onde aquelas pessoas moravam, compreendi que seria importante conversarmos inicialmente sobre o que as motivava a buscar participar de um curso de elaboração de projetos e conhecer qual o entendimento delas sobre o processo de construção de um diagnóstico social.

Ao longo das aulas fui percebendo que todos que estavam ali já tinham ideias pré-construídas sobre o que consideravam como “problemas” existentes em seu território e sobre as possíveis “soluções” para tais “problemas”. Eles almejavam aprender a construir projetos que trouxessem alguma mudança nas suas vidas e na vida das pessoas que moravam no território no que elas viviam.

Muitos casos foram relatados pelos alunos a partir das suas vivências e das suas leituras pessoais dos acontecimentos do território. Propus um trabalho de campo para que eles fossem conversar com vizinhos e trouxessem para o debate nas aulas quais casos seus vizinhos apontaram como principais “problemas” a ser resolvidos no território. Na aula de retorno problematizamos as diferenças entre o que eles tinham elencado como prioridades e as prioridades apontadas pelos vizinhos.

A partir dessa experiência a turma passou a discutir a importância de se fazer um diagnóstico amplo para conhecer como as comunidades são afetadas pelos “problemas” antes de pré-conceber uma solução que acredite ser a ideal para ser implementada.

Colocamos em análise as diferenças de realidade entre as comunidades, o como isso interfere na vida da população e quais as abordagens e estratégias possíveis para amenizar seus impactos. Assim, a turma problematizou as implicações de a comunidade ser localizada num morro ou num terreno plano, a adequada oferta de serviços públicos básicos (água encanada, rede de esgotos, energia elétrica, escolas, postos de saúde...), o fato de ser ‘comandada’ pela polícia,

pelos comerciantes ilegais de drogas ou por milicianos, de possuir ou não Unidade de Polícia Pacificadora – UPP e se a presença de uma UPP seria melhor ou pior para a vida na comunidade.

A questão sobre ‘comando’ das favelas aparece no discurso dos próprios moradores, sobretudo ao referirem-se à ocupação militar no seu território através da implantação de unidades sede da UPP, à presença de grupos organizados de comerciantes ilegais de drogas ou à presença de grupos de “comandos paralelos ao poder público, em nome da pretensa justiça social que visa o seu próprio benefício”, geralmente formados por ex-policiais e chamado de ‘milícia’ (PETERKE, 2011, p.1). Segundo Daros (2020, p. 196), esses grupos milicianos organizam-se nas sublocalidades dos territórios e sua atuação intensifica os conflitos entre as comunidades que compõem as favelas.

A disciplina findou com atividades em grupos simulando a realização de diagnósticos. Cada grupo escolheu um ‘problema’ e fez um exercício coletivo para identificar possíveis encaminhamentos para tais ‘problemas’, de acordo com a realidade do território, bem como o intercruzamento entre estes ‘problemas’ e as diversas características que atravessam o contexto do território. Numa disciplina seguinte a turma teria aulas para aprender a elaborar projetos que atendessem às demandas de solução dos ‘problemas’ identificados.

O vigor daquela turma em querer debater sobre as condições do seu território e aprender a elaborar projetos foi um símbolo de resistência de quem acredita que outra forma de vida é possível. Essa resistência que brota em caráter coletivo mobilizando pessoas que estão, de algum modo, atravessadas pelas mesmas inquietações.

Foucault (2008b, p. 95) afirma que a população, pensada como um coletivo, torna-se um motor de ação quando impulsionada pela incidência do desejo. O autor traz aqui o desejo como parte das técnicas de poder e de governo e como aquilo por que todos os indivíduos vão agir e contra o qual não se pode fazer nada. O desejo, na obra de Foucault, é o que leva o indivíduo a constituir-se eticamente, reconhecer a si mesmo como um ‘sujeito de desejos’, relacionar-se consigo mesmo e ressignificar suas relações com as grandes instituições de poder que lhe cerca (estado, igreja, escola, família...).

Esses moradores de favela tornam-se motores ao manifestarem naquele curso os seus desejos de insurgir a partir da elaboração de projetos que venham a

modificar sua condição de existência. Esse impulso do desejo é retratado por Guattari e Rolnik (1996, p. 215) como uma força que aparece de forma meio nebulosa, meio desorganizada, como uma espécie de força bruta que precisaria passar pelas malhas do simbólico e da castração (segundo a psicanálise), ou pelas malhas de algum tipo de organização de centralismo democrático (diferentes movimentos sociais). Os autores complementam que o desejo pode ser melhor compreendido da seguinte forma:

Proporia denominar como desejo todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores. Para a modelização dominante - aquilo que eu chamo de "subjetividade capitalística" - essa concepção do desejo totalmente utópica e anárquica. (GUATTARI; ROLNIK, 1996. p. 215-216).

É o desejo que move o rebelde. Como afirma Pelbart (2016, p. 170), o rebelde está decidido à resistência, ao engajamento na luta, mesmo quando ela é sem esperança.

Compreendendo o desejo como uma base de sustentação à resistência, García-Canal (2002, p. 38) salienta que toda relação de poder traz consigo a rebelião dos sujeitos e a obstinação da vontade que se recusa a ser modelada. Contudo, a autora enfatiza que existem múltiplas formas de manifestação da resistência, podendo ocorrer de forma consciente ou inconsciente, ser ativa frente ao poder, ou ser bem passiva, ser solitária, ser organizada ou espontânea (GARCIA CANAL, 2002, p. 38).

Quando moradores de favela buscam se articular para debater os modos de subjetivação que lhes atravessam, elaborar coletivamente um diagnóstico social sobre seu território e desenvolver habilidades para intervir nesse cotidiano estão organizando uma resistência coletiva. Como afirma o Comitê Invisível (2016, p. 18), se organizar é agir segundo uma percepção comum e o que nos falta é uma percepção partilhada da situação. E foi esse o sentido da discussão sobre diagnóstico socioterritorial com aquela turma: construir coletivamente um tipo de ligadura sem a qual, nas palavras do Comitê invisível: "os gestos se apagam no nada e sem deixar vestígios, as vidas têm a textura dos sonhos, e os levantes terminam nos livros escolares".

Como defende Scheinvar (2009, p. 219), construir coletivamente outra forma de política, não assujeitada, num território historicamente tratado como marginal,

requer um processo de desconstrução. Um processo subversivo de construção de outras lógicas, outras práticas. Comungando da ideia de agenciamento como uma conexão de elementos distintos que compartilham um espaço-tempo (DELEUZE; GUATTARI, 1995), a autora acrescenta que:

A política como desconstrução é a possibilidade de conhecer as relações constitutivas, de ver as práticas cotidianas através de um caleidoscópio em que estas sejam percebidas de outras formas, permitindo outros jogos, outros enlaces ou agenciamentos, produtores de outras relações (Scheinvar, 2009, p. 230).

Existem múltiplos focos de luta, especialmente considerando as diferentes necessidades da população e seus grupos. O modo distinto como as subjetividades afetam as pessoas pode estimular movimentos de resistência e insurreição com diferentes formas propósitos.

4.4.4 Organização popular periférica em tempos de pandemia: novas lutas e velhas práticas políticas

Os planos para o ano de 2020 foram atropelados por uma crise mundial de saúde pública que impactou drasticamente o funcionamento das coisas. Para grande parte da população, as rotinas de funcionamento da vida precisaram ser reinventadas.

Conta-se que o vírus da chamada Covid-19 surgiu na Ásia e logo foi se alastrando pela Europa e pelo resto do mundo. Os primeiros sinais de assombro no Brasil estavam vinculados aos aeroportos, portas de entrada do vírus ao país. Tal detalhe já apontava para a condição socioeconômica das pessoas responsáveis por 'importar' o vírus. Contudo, a população pobre, que recorrentemente é tratada como ameaça à saúde da sociedade, não tardou em ser atingida. Em contato com esses primeiros portadores do vírus, trabalhadores e prestadores de serviço logo começaram a se contaminar e a retransmiti-lo para as pessoas do seu convívio.

Muitas das doenças que já assustaram o Brasil estavam vinculadas a baixos índices de saneamento ou falta de cuidados com higiene básica. Alguns vírus que tiveram grande incidência no país, como o da Febre Amarela, da Dengue, do Zika e

da Chikungunya, têm mosquitos como principais vetores de transmissão. Para conter a reprodução desses mosquitos, várias iniciativas continuam sendo testadas, especialmente através de campanhas para que as pessoas evitem a acumulação de água parada. Contudo, dadas as desigualdades de renda e infraestrutura do Brasil, algumas regiões do país ainda sofrem com altos índices dessas doenças e lutam para conseguir erradicá-las.

Diferente dessas doenças citadas, o vírus da Covid-19 não depende de um mosquito para se espalhar, sendo propagado de humano para humano. O coronavírus se transmite principalmente através da tosse, espirro ou contato com saliva de uma pessoa infectada. Mas, o modo como o vírus vai reagir em cada organismo depende de diversos fatores, por exemplo a condição prévia de saúde do indivíduo ou da condição sanitária a que ele está exposto. Assim, a organização e o comportamento, bem como as ações políticas do Estado, vão interferir diretamente no modo como a população será afetada por um possível surto viral.

Em abril de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS decretou situação de pandemia internacional, devido ao agravamento do índice de contágio por Covid-19. Esse decreto é um ato jurídico que funciona como uma espécie de alerta para que todos os países passem a adotar ações para conter a disseminação da doença. Porém, é notório que uma calamidade de tal nível impacta não apenas no risco de expansão da doença em si. As próprias medidas de cuidado e tratamento acabam interferindo diretamente na situação socioeconômica das famílias por todo o mundo.

O posicionamento do governo brasileiro frente à pandemia de coronavírus tem passado longe da ciência como referência. A doença chegou ao Brasil numa época em que a população se encontra capturada por um projeto sólido que se utiliza de muitas arestas para produzir um inimigo, sem deixar transparecer os interesses por trás disso. Levadas a uma polarização política que beira a insanidade, as pessoas estão tomadas pela necessidade de defender um posicionamento político pelo mero interesse em se opor a outro bloco de pessoas que pensa diferente. Em oposição às recomendações técnicas, o presidente da república tem incentivado as pessoas a voltar às ruas e restabelecer suas rotinas, com um discurso de que é preciso “salvar a economia”. Contudo, o governo não tem produzido políticas de apoio para que as pessoas reestabeleçam suas rotinas com um mínimo de segurança para evitar o contágio e a propagação do vírus. Do mesmo modo, não se vê iniciativas

governamentais para assistir com alimentos, itens de higiene e medicamentos às muitas famílias que tiveram sua fonte de renda comprometida pela pandemia.

É certo que ‘salvar vidas’ sempre foi uma prioridade seletiva, já que nunca foi qualquer tipo de vida que o Estado se interessou em salvar. Porém, a necropolítica tem ficado ainda mais escancarada quando, em meio a uma pandemia, o representante maior de um Estado persiste em minimizar os riscos de contágio, condena o isolamento social defendido por especialistas de todo o mundo e, diante dos dados sobre o crescente número de mortos, declara: “E daí?”.

A gestão da pandemia tem sido delegada ao próprio povo e a algumas organizações que têm buscado se articular para difundir medidas protetivas e de assistência. Alguns estados e municípios em que os números de contágio e mortes cresceram de forma desenfreada trataram de implementar estratégias seguindo a lógica da segurança: medidas de controle com ordens para que as pessoas fiquem em casa, além de decretos para fechamento de estabelecimentos e suspensão de serviços. Por conta disso, o discurso do presidente induz a população a se posicionar contra esses prefeitos e governadores e semeia o pânico, levando o povo a temer mais à escassez de recursos do que a proteger a própria vida. O pânico certamente tem uma capacidade de transmissão mais rápida que o vírus.

Como medida imediata para controle e redução do contágio viral, praticamente todos os países aderiram ao isolamento social, mantendo em funcionamento apenas os serviços considerados essenciais. Diversas organizações públicas e privadas liberaram seus trabalhadores para realizar suas atividades em casa, reduzindo assim a circulação de pessoas nas ruas. Entretanto, grande parte da população não tem o privilégio de estar empregado em funções que lhe permitam trabalhar de casa.

O lema maior da campanha para abrandamento da curva de contágio da pandemia diz: ‘*Fique em casa*’. Contudo, num país com uma desigualdade tão gritante quanto o Brasil, cabe questionar a efetividade de tal recomendação. Não basta reproduzir o discurso que tem sido repetido linearmente pelo mundo, quando as condições de vida das diferentes populações não são equânimes. Quando anunciam que o método mais eficaz de salvar a própria vida é ficando em casa, o que se pensa sobre milhares de pessoas que não têm uma casa pra morar? Quando se demonstra didaticamente o passo a passo para lavar bem as mãos com água corrente e sabão, o que se pensa sobre as multidões que vivem nas ruas, ou que

mesmo em suas casas não têm acesso a torneiras com água encanada e nem têm dinheiro pra comprar sabão? Existe interesse em proteger essas vidas?

Dentre aqueles que têm oportunidade de ficar em casa e que confiam nas recomendações dos cientistas e profissionais de saúde (sim, está 'na moda' no Brasil questionar a legitimidade das informações científicas), muitos optaram por evitar sair nas ruas, sobretudo pelo medo tão bem difundido. Eu fiquei sem sair de casa por mais de cinco meses. Vi e ouvi todas as recomendações para evitar o contágio do vírus e até acredito que o risco seria mínimo caso eu optasse por fazer um exercício ao ar livre num ambiente sem aglomeração. Mas confesso que me vi capturado pelo medo e, por via das dúvidas, optei por sair de casa apenas em casos que eu considerasse de extrema necessidade. Ao aderir a um pensamento que acredita que o vírus é contagioso e ameaça as vidas, reconheço que sou um privilegiado por ter essa opção.

O noticiário sobre o crescimento rápido dos índices de contágio e mortes tem sido mais alarmante a cada dia. Porém, a opção do isolamento social está longe de alcançar maior parte dos Brasileiros. A lógica capitalista não virou. Para que uns consigam ficar em casa, a massa de trabalhadores que faz funcionar as linhas de produção e de serviços continua tendo que sair de casa cedo em busca do seu 'ganha pão'. Inclusive, muitos trabalhadores tiveram sua remuneração reduzida para se adequar às mudanças no fluxo de demandas.

Outro grande contingente de pessoas está em casa por falta de trabalho. Alguns perderam os empregos na pandemia e muitos outros já estavam desempregados. A redução da circulação de pessoas nas ruas derrubou a movimentação nos comércios, sobretudo nas cidades em que foi decretada paralisação dos serviços não essenciais. Muitos profissionais tinham sua renda vinculada a trabalhos autônomos ou informais e há alguns anos já vinham passando por processos profundos de precarização da vida. A pandemia tem potencializado estas dificuldades e muita gente está tendo que lidar com a falta de recursos para custear suas despesas básicas.

Como medida paliativa de amparo a essa grande parcela da população que perdeu a sua renda ou não conta com renda alguma, o Congresso Nacional aprovou uma medida que lhe asseguraria uma renda básica de R\$ 600 por mês (cerca de 57 % do salário mínimo), durante três meses.

Quem já era cadastrado nos programas nacionais de assistência começou a receber automaticamente o benefício. Todavia, a grande massa de desempregados ou trabalhadores informais de baixa renda precisou fazer um cadastro para que o governo avaliasse seu direito de receber o benefício. Após muito tumulto, o auxílio foi liberado para muitos e logo se viu a formação de filas intermináveis nas portas das agências bancárias de todo o país. Multidões se aglomerando para receber um benefício que lhes foi concedido justamente para que se evitasse fazer aglomerações.

Os três meses de renda básica se passaram depressa e o que se percebeu foi um baixo interesse, no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário, em implementar políticas públicas efetivas pra melhorar a vida do povo, especialmente do povo que vive nas periferias. O próprio governo encarou esse auxílio como uma espécie de brinde assistencialista e questionou a necessidade real de conceder esse benefício à população.

Quem está tendo que se deslocar regularmente para ir ao trabalho em meio à pandemia está correndo o risco de transformar-se em vetor para a circulação do vírus. Penso numa pessoa que mora numa comunidade mais afastada e precisa pegar transporte público para ir trabalhar. Encerrado seu expediente ela pega mais uma vez o transporte público (geralmente lotado) e volta pra casa sem a certeza de ter tido contato ou não com o vírus nesse percurso. Não foi à toa que os primeiros mortos oficiais pelo Covid-19, no Brasil, tenham sido uma empregada doméstica e um porteiro.

Como várias pessoas já têm apontado, o coronavírus não é democrático. Ele vai se espalhando e expondo as desigualdades sociais ao se alastrar com maior velocidade, por exemplo, dentro das favelas e de outras localidades em que as condições de moradia são mais precárias, com casas coladas umas nas outras, alta densidade demográfica e menor circulação de ar. Essa velocidade se faz bem menor em locais mais estruturados, com ruas largas, casas maiores e mais arejadas. Não dá pra dizer que as chances de contágio são iguais entre pobres e ricos, assim como são muito diferentes as capacidades de resposta de ambos a uma situação emergencial. As oportunidades de tratamento e cura também variam muito e são bem deficitárias em regiões em que o acesso a serviços de saúde é precário.

De acordo com os números que estão sendo publicados oficialmente, a taxa de letalidade do Covid-19, ou seja, a proporção do número de mortos em relação ao

número de doentes, tem sido consideravelmente maior nas regiões mais vulnerabilizadas do município. Dados do dia 06 de maio de 2020³⁵ apontavam que no bairro de Santa Cruz a letalidade estava em torno de 23,8%, em Bangu a taxa era de 20,5%, em Realengo 19,2% e em Campo Grande 14,5%. Em contrapartida, em bairros tidos como mais nobres (mesmo os que possuem favelas por perto), taxa de letalidade da doença se mostrava muito mais baixa, como é o caso da Barra da Tijuca com taxa de 6,5% e Copacabana com 10% de óbitos dentre os casos confirmados de contágio do vírus. Cabe ressaltar que justamente nesses dois últimos bairros citados é que foram identificados os primeiros casos de pessoas infectadas por Covid-19 no Rio de Janeiro. Outro fator importante a se observar é que, mesmo apresentando índices de letalidade mais baixos, esses bairros ainda são os de maior incidência do vírus. Ou seja, o vírus ainda está muito presente nos bairros de melhor condição socioeconômica, porém, é nos bairros mais pobres que ele tem sido mais letal.

Dados como esses mostram que a Covid-19 tem impactado de forma distinta o cotidiano das pessoas, especialmente no tocante às suas condições de classe e aos processos de vulnerabilização a que foram submetidas ao longo da vida.

Como dizer fique em casa e lave as mãos com água corrente e sabão para quem mora na rua e não tem uma torneira disponível? Como dizer fique em casa para quem mora favela com 7 pessoas no calor de um mesmo cômodo sem boa ventilação? Como dizer fique em casa pra quem não recebeu o auxílio emergencial de R\$ 600 e precisa alimentar sua família? Ainda, como dizer fique em casa para quem recebe um auxílio insuficiente para o sustento mínimo de uma família?

A saúde e as vidas dos moradores de periferias permanecem irrelevantes aos olhos do Estado. Contudo, não faltam investimentos em helicópteros e armamentos para acordar os moradores das favelas com tiros nas frequentes e às vezes até naturalizadas chacinas que eles chamam de operações contra o tráfico. Relatos de moradores de favelas nas redes sociais denunciam que, em meio à pandemia, as operações policiais já interromperam até ações de distribuição de cestas básicas organizadas por lideranças comunitárias.

E quando o vírus chega, o que fazer?

³⁵ Fonte: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/letalidade-do-coronavirus-em-campo-grande-na-zona-oeste-do-rio-passa-de-145-rv1-1-24412118.html>>.

Era início do mês de abril de 2020 quando a curva de contágio por covid-19 começou a subir de forma mais acentuada no Brasil. Àquela época os aplicativos de troca de mensagens, além de várias páginas de internet, já estavam afiados em espalhar o medo e uma infinidade de informações sobre a doença. Também havia muita propagação de notícias falsas, especialmente incentivadas pelo governo, para evitar uma demanda por políticas de cuidado. Eram muitas as incertezas e as próprias redes de saúde ainda estavam tateando sobre quais os procedimentos adotar. As Unidades de Saúde começavam a ter uma explosão de demanda.

Nessa época passei a receber informações diárias da minha irmã, que é profissional de saúde pública no interior da Bahia, e de um amigo, que trabalha numa Unidade Básica de Saúde na zona norte de São Paulo. Eles me relatavam que, por medo de terem contraído o coronavírus, muitas pessoas chegavam procurando atendimento imediato, mesmo que estivessem com algum sintoma diferente daqueles listados como característicos desta doença. Também segundo eles, a parte mais exaustiva dessa fase inicial da pandemia era acalmar as pessoas, estabelecer um distanciamento social mínimo e orientá-las sobre os procedimentos básicos de prevenção e cuidado.

Poucas semanas depois recebo mensagens desse mesmo amigo de São Paulo informando que desta vez era ele que estava com os sintomas da doença. Tendo passado um dia inteiro com febre alta e sentindo falta de ar por dois dias, foi a vez dele procurar atendimento na Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua casa. Naquele momento, ele que seria atendido por meio de um procedimento padrão: “Não dispomos do teste de Covid-19 para todos. Volte pra casa, se recolha, trate os sintomas e só volte a procurar assistência em caso de falta de ar muito grave”. Eis que ele, profissional de saúde, entrou para a lista da subnotificação. Mais um dos tantos que provavelmente tiveram a doença, mas não foram contabilizados nas estatísticas.

O Ministério da Saúde optou por não investir na testagem em massa. E, mesmo sem a certeza se têm ou não Covid-19, a ordem geral é para voltar pra casa (quando se tem uma) e correr o risco de transmitir a doença às demais pessoas que moram ou transitam pelos mesmos ambientes. Caso os sintomas piorassem a ponto de precisar de uma hospitalização, provavelmente muitas pessoas acabariam morrendo antes de conseguir uma vaga para internação em unidade que tivesse um respirador mecânico disponível. O Estado ignora a máxima de que quanto maior o

número de pessoas testadas, mais viáveis se tornam a possibilidade do tratamento adequado, a redução das filas de espera por um leito numa Unidade de Tratamento Intensivo – UTI e o controle da transmissão do vírus.

Com o aumento da curva de contágio, muitos hospitais do país rapidamente entraram em regime de superlotação, sem respiradores para todas as pessoas que chegam com crise de falta de ar. A busca por uma vaga de internação tornou-se uma contagem regressiva desesperada, uma vez que o vírus não espera.

Quem possuía uma melhor condição financeira pagava pelo teste em clínicas particulares e tomava suas providências em busca da cura e da proteção das pessoas que lhes cerca. Contudo, um teste na rede privada de laboratórios para identificar a doença custava em torno de R\$ 300, praticamente 1/3 do salário mínimo.

A quem servem esses gestores estatais que optaram por não investir numa testagem mais abrangente da população? Quem ganha com esse tipo de decisão? Seria em prol da alimentação dos interesses do capitalismo ou só mais um traço da necropolítica que segue escolhendo as vidas que importam e as vidas que não importa salvar?

A readaptação das técnicas de controle

As velhas práticas de controle e desaparecimento de corpos se atualizaram para camuflar o impacto da Covid-19, inclusive, através da falsificação dos documentos nos quais se registra a causa das mortes. Barbosa (2020) apontou que, nesses tempos em que se recomenda evitar aglomerações em velórios, vítimas do coronavírus chegaram a ser enterradas sem emissão do atestado de óbito ou tendo em seu atestado um registro de outra causa-morte que não a Covid.

Os casos de subnotificação da pandemia são a expressão visível e incômoda não só de extermínio como de prática habitual de governo, mas nas políticas de desaparecimento que transformam os antigos territórios da cidade e da metrópole em lugar de desova e ocultação de cadáveres (BARBOSA, 2020, p. 6).

O governo federal brasileiro, ao invés de legitimar a necessidade de uma quarentena, tem tentado camuflar dados sobre a doença e voltado seu discurso meramente para a preocupação com a estabilidade da economia. Numa espécie de união genocida, governo e grandes empresas privadas forçaram a classe trabalhadora a voltar para as ruas e convocaram a população a reestabelecer o

ritmo de vida 'normal', em nome da manutenção da economia exploratória, que, seguindo a lógica biopolítica neoliberal, é algo mais importante do que a própria manutenção da vida de dos trabalhadores.

Mas a quem interessa o retorno a esse tal 'normal'? Foi esse 'normal' que precarizou a vida de muitas famílias e fez com que elas não tivessem uma estrutura socioeconômica que lhes permitisse enfrentar uma pandemia com uma preservação de condições adequadas de vida. Esse 'normal', sobretudo nas periferias, há tempos já significava um caos (tanto pela falta de acessos a serviços públicos quanto pela violência constante que aterroriza esses territórios com anuência do Estado) e instituía uma luta diária por sobrevivência. Por conta disso, a pandemia do coronavírus acaba sendo vista com pesos diferentes a depender do cotidiano de cada pessoa. Pra quem já vive na iminência de morte, é até compreensível que um surto de vírus assuste menos.

O jurista e filósofo Silvio Almeida argumentou em entrevista que a situação de pandemia declarada pela ONU tornou-se um ato também político, pois ela escancarou ainda mais a necessidade de se desmontar as máquinas da morte. Essas máquinas se retroalimentam de uma realidade produzida que, assim como discutido num capítulo anterior deste texto, aponta quem pode e quem deve morrer. Voltar ao normal significa, para muitos, voltar a um cotidiano de mortes, assassinatos, miséria. Silvio defende a ideia de que a pandemia gera a necessidade de reorganizar o sistema político-econômico. Segundo ele,

A gente vai começar a dar outro sentido para o mundo, para os indivíduos, para os grupos sociais. O modo de tratar a pobreza e os pobres muda. A pandemia vai desencadear um processo de restrições a grupos que já eram vulneráveis, reascendendo discursos de eugenia. A pandemia insere mais um elemento de racialização e de naturalização da morte de corpos negros, que é fato dessa pessoa ser portadora de um patógeno que nos ameaçam e, portanto, nós temos que ter medidas sanitárias contra essas pessoas. É melhor fazer com que elas morram (ALMEIDA, 2020, informação verbal³⁶).

Em análise sobre a expansão das relações de controle como efeito da pandemia no Brasil, Jourdan (2020, p.4) observa que a resposta de todos os governos tem sido o aprofundamento do controle e das medidas de exceção, escoradas numa retórica salvacionista. Como também salienta a autora, a sociedade

³⁶ Entrevista concedida por ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. [mai. 2020]. Entrevistadora: Djamila Ribeiro. São Paulo, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se disponível no canal virtual Feminismos Plurais e está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZADKtsNnx74>>.

de controle não inventou o vírus, mas se aproveita dele para impor-se como realidade distópica ainda maior (JOURDAN, 2020, p. 5).

Também nessa perspectiva, Augusto (2020, p. 2) afirma que as corporações tomam a pandemia como via de expandir seus controles e criar novas formas de exploração e extração de lucratividades. Associadas ao Estado, estas utilizam-se da metáfora de guerra para atender aos seus interesses de controle social e político antes, durante e depois da pandemia. Assim, o autor rechaça o discurso midiático que o mundo está em guerra contra o vírus, enfatizando que a luta é pela vida de cada um e não pela morte de um inimigo invisível. Nosso inimigo é outro.

Mobilizar essa linguagem fabricada de guerra e sacrifício faz com que militares, políticos, gestores, empresários e corporações multinacionais caridosas se tornem, magicamente, heróis e salvadores de uma condição que eles mesmos criaram (AUGUSTO, 2020, p. 7).

No cotidiano do Rio de Janeiro, as máquinas de guerra, seguindo o padrão do sistema capitalista, já trataram de se adaptar ao novo funcionamento da sociedade em tempos de pandemia. Não tardou a restabelecer o seu 'normal' de aterrorizar famílias moradoras de favelas com as já conhecidas invasões de domicílios, tiroteios e, inclusive, assassinato de crianças. O Estado se aproveitou do fato de muitas famílias terem aderido à quarentena e se recolhido às suas casas, bem como ao fato da imprensa ter se voltado para a questão do coronavírus, para dar prosseguimento à prática, já pontuada num capítulo anterior deste texto, das operações policiais que se dizem combater o tráfico de drogas nessas comunidades.

Na segunda-feira, 18 de maio de 2020, ocorreram dois assassinatos em meio a operações policiais no Rio de Janeiro: João Pedro, 14 anos, morador do Complexo do Salgueiro (em São Gonçalo) e Iago César Gonzaga, 21 anos, morador do Complexo do Acari (no Rio de Janeiro). O que há em comum entre esses dois casos e outros casos apresentados anteriormente neste texto? Todos se referem a pessoas negras e moradoras de favelas. João, que era menor de idade, seguia as recomendações de proteção ao contágio pelo Covid-19 e estava brincando no quintal da casa da sua família. Em meio a mais uma operação policial na região, João foi baleado e em seguida levado pelo helicóptero da polícia. Sua família não foi contactada e não teve qualquer informação sobre para onde levaram a criança. Apenas após 17 horas de aflição descobriram que o menino estava morto e seu corpo havia sido deixado no Instituto Médico Legal.

Eis o velho normal de 'volta'.

Em meio ao isolamento social para contenção da pandemia, os dados divulgados pelo Instituto de segurança Pública mostram um aumento considerável no número de mortes provocadas por policiais no Rio de Janeiro. As intervenções policiais promoveram 177 mortes, somente no mês de abril de 2020. Isso corresponde a um aumento de 43% no número de mortes em relação ao mesmo período do ano anterior e aponta que um policial tirou a vida de alguém a cada 4 horas.

Entra governo e sai governo e a política racista de estado segue firme. Se a polícia segue invadindo propriedades privadas e tirando a vida de crianças, para quem serve esse discurso de que ficar em casa é o melhor método para proteger a própria vida?

Penso nas pessoas que não têm um lar para se abrigar e se proteger das doenças e das violências, inclusive para se esconder de ações truculentas do próprio Estado. Como fechar os olhos para a estratégia de gestão pública que costuma colocar pedras pontiagudas ou plantar cactos espinhentos embaixo de viadutos e marquises, de modo que as pessoas em situação de rua não façam daqueles espaços sua moradia. Contudo, cabe refletir que essas e outras práticas racistas que se apresentam em nível macropolítico (ou em nível molar, como diriam Deleuze e Guattari) são reflexos das práticas cotidianas que a sociedade cultiva em nível molecular. A sociedade faz-se um espelho desse 'normal' quando defendem punitivismos e criminalizações, quando incitam e alimentam as desigualdades, quando externalizam sem piedade seus preconceitos e intolerâncias.

Esta pandemia tem provocado muitas mudanças nas rotinas das pessoas, entretanto o que não mudou foi a cor, a condição socioeconômica e o local de moradia das vidas escolhidas para morrer... e como sempre, com a anuência do Estado.

Nós por nós

Vendo o crescimento rápido dos casos de covid-19 em seus territórios e a falta de iniciativas do Estado para instruir a população com medidas de prevenção e cuidado, moradores das periferias começaram a se articular e traçar estratégias de autoproteção.

De modo similar aos mutirões que foram experiências de socialização política na década de 80 (como apresentado item desse texto intitulado '*Inquietudes de um menino sertanejo*'), a situação de pandemia instaurada em 2020 tem suscitado diversas iniciativas de autogestão comunitária, a partir da construção de redes horizontais. Em algumas favelas do Rio de Janeiro, moradores e lideranças locais estão realizando mapeamentos próprios dos casos de infectados pelo Covid-19, identificando e buscando mitigar os impactos da pandemia em seu território.

Usando tecnologias de comunicação como caixas de som, aplicativos de troca de mensagens e outras mídias sociais, movimentos de base de favelas estão se mobilizando para levar informações para a população e coletar dados sobre a proliferação do coronavírus em seus territórios. Esses coletivos também têm encabeçado ações de distribuição de cestas básicas e itens de higiene, além de produzirem conhecimento sobre a realidade dessas comunidades que costumam ser invisibilizadas pelo poder público.

Antes mesmo da chegada da pandemia da Covid-19, muitos desses grupos de moradores de favelas do Rio já desenvolviam atividades de comunicação e diálogo com o território. Por meio de rádios comunitárias, jornais e páginas em rede social, alguns coletivos já costumavam se organizar para levar notícias e informações à população local, dando visibilidade para suas lutas.

O grupo '*Manguinhos Solidário*' é um coletivo de moradores, trabalhadores, movimentos sociais e instituições do Complexo de Favelas de Manguinhos que há alguns anos desenvolve atividades de apoio às famílias mais necessitadas, sobretudo em situações emergenciais como nas enchentes que costumam atingir o bairro nas temporadas de muita chuva. Durante a pandemia do Covid-19 o grupo se prontificou para encabeçar uma campanha de combate à disseminação do vírus no bairro. Após levantamento de informações sobre métodos de prevenção ao contágio, moradores passaram a circular a pé pelas ruas de Manguinhos com uma caixa de som reproduzindo orientações de cuidados para a população local, incluindo dicas de higienização das mãos, limpeza dos objetos de uso pessoal e coletivo e recomendações de isolamento social.

Figura 4 – Ações do grupo ‘Manguinhos Solidário’



Fonte: Montagem a partir de imagens coletadas na página do grupo ‘Manguinhos Solidário’ no Facebook³⁷.

Além das ações de comunicação, o grupo passou a arrecadar doações para atender às demandas dos moradores mais impactados pela pandemia que apresentavam dificuldades para adquirir alimentos, remédios, material de higiene pessoal e de limpeza. Muita gente perdeu sua fonte de renda, sobretudo aqueles que tinham seu sustento baseado em trabalhos informais e prestação de serviços.

Figura 5 – Cartaz de divulgação da campanha do grupo ‘Manguinhos Solidário’



Fonte: Página do grupo ‘Manguinhos Solidário’ no Facebook³⁸.

³⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/manguinhossolidario>>. Acesso em: 22 out. 2020.

³⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/manguinhossolidario>>. Acesso em: 22 out. 2020.

Figura 6 – Ações do grupo ‘Manguinhos Solidário’



Fonte: Página do grupo ‘Manguinhos Solidário’ no Facebook ³⁹.

Também se articulando para reduzir os impactos do coronavírus em seu território, moradores do Complexo de Favelas do Alemão criaram um Gabinete de Crise. O grupo tratou de distribuir faixas e folhetos explicativos sobre a covid-19 e sobre a importância do isolamento social. O Gabinete também se responsabilizou por promover campanhas nas redes sociais visando levantar fundos para a compra de água, sabão e álcool em gel.

Junto às rádios comunitárias que têm caixas de som instaladas nos postes do Complexo do Alemão, o Gabinete de crise passou a fazer anúncios divulgando medidas protetivas. Inclusive, essas rádios começaram a tocar o Funk que foi composto pelo *Coletivo Papo Reto*⁴⁰:

Tá ligado no coronavírus?
Deixa eu te passar a visão.
Essa doença triste que afetou nosso mundão.
Vamos ter consciência e fazer toda a prevenção para nossa comunidade.
Lave as mãos frequentemente, com água e sabão.

³⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/manguinhossolidario>>. Acesso em: 22 out. 2020.

⁴⁰ Segundo consta na sua página oficial, o Papo Reto é um coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e da Penha. O movimento nasceu em 2014, embalado pelos protestos no Complexo do Alemão e pela não aceitação da forma como a ‘grande mídia’, Governo e Secretaria de Segurança criminalizavam movimentos sociais, principalmente os da favela, associando manifestantes com ‘bandidos’ e manifestação na favela como ação de quadrilhas. Tendo como foco a propagação de notícias dentro do morro (eventos, protestos, reivindicações...), ele atua como “um canal que mostra a realidade Favela, tendo forte importância na ‘mídia de guerrilha’ em tempos de guerra e na provocação reflexiva do ‘até onde é verdade o que diz a grande mídia?’”. Buscando fazer uma cobertura diferente do que se vê na mídia corporativa, o coletivo leva notícias “do favelado para a própria favela”. Fonte: <<https://100ko.wordpress.com/sobre/>>.

Evite sair de casa para não ter aglomeração
(Coletivo Papo Reto)

Cientes das condições de moradia de grande parte dos habitantes do território, o grupo buscou orientar às pessoas que vivem em casas com pouca ventilação (só com porta e sem janela) para que estes priorizassem ficar mais tempo possível no cômodo da casa onde houvesse ventilação. Do mesmo modo, o grupo mapeou as famílias que estavam mais vulneráveis ao vírus, como por exemplo algumas que não conseguiam seguir a recomendação de higienização das mãos devido à dificuldade de acesso a água e sabão.

Essas iniciativas com viés caritativo emergencial são consideradas pelo grupo de moradores como ações de solidariedade. Cabe aqui ressaltar que a prática da solidariedade no Brasil, conforme analisa Safatle (2020), foi se tornando mais escassa à medida que o país foi se configurando como um laboratório mundial para o neoliberalismo autoritário. A questão é que para funcionar o sistema neoliberal requer que a sociedade exploda toda possibilidade de solidariedade que implique em princípios de igualdade e redistribuição, deixando a via aberta para o retorno final à acumulação primitiva.

Ainda segundo Safatle (2020), a solidariedade não pressupõe empatia entre pessoas, pois não se trata de um modo de relação entre sujeitos, mas entre o sujeito e o corpo social.

Posso não ter empatia alguma por você, o que não implica que serei incapaz de ter solidariedade por ti. Pois a solidariedade é o regime de comprometimento com o corpo social do qual fazemos parte. É a compreensão de que o corpo social defende todos os que dele fazem parte, sem perguntar-se pelos sentimentos particulares de um para com os outros. Sua força transformadora vem exatamente daí, a saber, da sua capacidade de criar mutualidade entre diferenças (SAFATLE, 2020).

Quando a ação de solidariedade parte de fora do território, Santos (2006, p. 231) a considera como um produto da organização, pois sua razão é global e prima por levar informação externa ao território. Em contrapartida, o autor considera a organização como produto da solidariedade quando sua razão é local e prima por promover ações de comunicação dentro do território.

No caso dessas iniciativas do povo de favela, foi o sentimento de solidariedade local que levou um grupo de moradores do próprio território a se organizar para ajudar os vizinhos mais impactados pela pandemia e que apresentaram maiores dificuldades para adquirir itens básicos para seu sustento.

Um ponto crítico a pôr em análise em relação a essas iniciativas populares é seu caráter assistencialista e paliativo. São mobilizações que brotam em meio a situações emergenciais e que se limitam aos próprios recursos dos moradores de favela ou à caridade daqueles poucos que o movimento consegue alcançar. Esses pequenos grupos dificilmente conseguem se aprofundar nas questões estruturais e interferir na lógica que condiciona o morador de favela a depender de ações de caridade para sobreviver. Conseguem apoio para resolver uma questão emergencial, mas dificilmente têm fôlego para promover um levante de reivindicação por investimentos públicos para que aquelas famílias conquistem condições dignas de moradia e autossustento.

Outro marco da resistência popular em Manguinhos se deu no início do ano de 2021 quando, em meio à pandemia do Coronavírus, a Prefeitura do Rio de Janeiro não renovou o contrato com a organização que geria a Unidade de Pronto Atendimento – UPA localizada no bairro, levando ao fechamento da Unidade que realizava em média 12 mil atendimentos por mês. Tal medida mobilizou moradores, usuários da UPA e lideranças comunitárias do bairro a ocuparem as ruas, reivindicando sua reabertura imediata. Concentrados em frente ao prédio onde funcionava a Unidade, os manifestantes ergueram faixas e cartazes e fizeram falas diversas exigindo o fim do descaso em plena pandemia. Em seguida, realizaram uma caminhada até a quadra do Jacarezinho convocando moradores daquele bairro vizinho (que também utilizavam a UPA de Manguinhos) para aderirem ao ato.

A partir de uma ação conjunta protocolada por coletivos como o Conselho Comunitário de Manguinhos, Organização Mulheres de Atitude - OMA, Movimento Negro Unificado - MNU e *‘Mães de Manguinhos’*, a Justiça Federal estabeleceu um prazo para que a prefeitura tomasse providências a respeito do fechamento da UPA.

Pressionada, a Prefeitura transferiu a responsabilidade dos atendimentos de urgência para as Clínicas da Família locais, sobrecarregando os profissionais que já se encontravam em quadro reduzido devido a afastamentos por conta da incidência da Covid-19. Contudo, as Clínicas da Família não possuem estrutura física nem equipe médica suficiente para substituir uma UPA, especialmente em casos graves de pacientes infectados pelo Coronavírus (não possuem sala amarela, sala vermelha, centro cirúrgico, sala para realização de Raio-X).

Figura 7 – Reivindicação de moradores pela reabertura da UPA de Manguinhos



Fonte: Montagem a partir de imagens coletadas na página Fonte: página do Conselho Comunitário de Manguinhos no Facebook⁴¹.

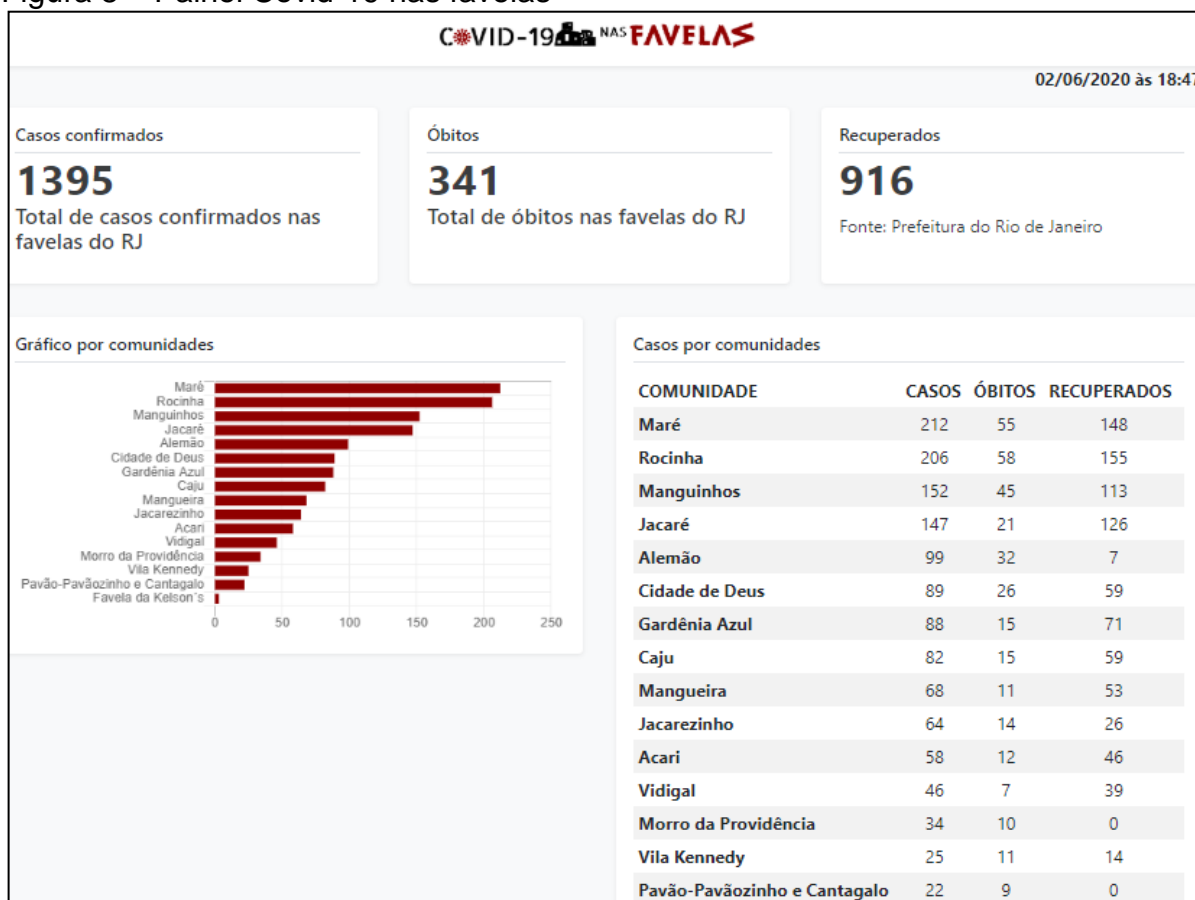
Outra importante iniciativa dos movimentos populares das favelas cariocas em busca de uma autoproteção diante da pandemia do Covid-19 foi uma iniciativa da equipe do jornal eletrônico '*Voz das Comunidades*'⁴². Devido à falta de informações por parte do poder público, eles lançaram seu próprio painel de monitoramento para acompanhar e publicizar a evolução da pandemia nas favelas do Rio de Janeiro.

Para alimentar os dados sobre o número de pessoas que contraíram a Covid-19 e o número de óbitos motivados por essa doença, a equipe do jornal estabeleceu uma rotina diária de levantamento de informações junto às Clínicas da Família e Centros de Saúde localizados nas comunidades acompanhadas.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/155070714620303/posts/3400038583456817/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

⁴² Segundo consta na sua página oficial, o jornal *Voz das Comunidades* nasceu no ano de 2005, "época em que a mídia tradicional nem se quer mencionava o que existe de bom nas favelas e os verdadeiros problemas sociais que os moradores enfrentam no dia-a-dia". Por iniciativa de um menino de apenas 11 anos que, estimulado pela experiência no grêmio estudantil da escola municipal onde estudava, decidiu criar um jornal para comunicar notícias sobre a comunidade onde vivia no Morro do Adeus, uma das 13 que formam o Conjunto de Favelas do Alemão. Cinco anos depois, em 2010, o então jornal *Voz da Comunidade* teve um grande 'boom' ao se tornar destaque em mídias nacionais e internacionais. A partir daí o ele foi estendido, passando a noticiar acontecimentos das diversas favelas do município do Rio de Janeiro. Fonte: www.vozdascomunidades.com.br.

Figura 8 – Painel Covid-19 nas favelas



Fonte: Portal Voz das Comunidades⁴³.

Os dados apresentados no painel do ‘Voz das comunidades’ ratificam o que foi apontado no início deste texto, de que a taxa de letalidade da doença tem sido muito mais alta nas regiões mais vulnerabilizadas.

Dados do dia 02 de junho de 2020 apontavam que 24,44% dos moradores de favela que contraíram Covid-19 vieram a óbito. No bloco das comunidades com maior número de casos registrados da doença, Manguinhos apresentava uma taxa de letalidade de 29,61%, seguido da Rocinha com taxa de 28,16% e da Maré com 26,7% de mortos entre os moradores que contraíram a doença. Cabe destacar ainda a situação de alguns bairros que, mesmo apresentando menor incidência de contágio por Covid, acumulavam elevados números óbitos, como é o caso da Vila Kennedy com taxa de letalidade de 44% e Pavão-Pavãozinho e Cantagalo com 40,91% de mortos.

Outro painel de acompanhamento dos casos de Covid-19 (este voltado especificamente para o território de Manguinhos) foi criado a partir de um projeto da

⁴³ Disponível em: <<https://painel.vozdascomunidades.com.br/>>. Acesso em 03 jun. 2020.

Fiocruz em parceria com as Unidades Básicas de Saúde locais. Nessa plataforma, além dos casos confirmados e do número de mortos pela doença, também é possível acompanhar outras informações, como:

- Os números de casos suspeitos, descartados e recuperados;
- O percentual de pacientes que procurou atendimento nas Unidades de Saúde com sintomas de febre, tosse, dor de garganta e/ou dificuldade de respirar:

Figura 9 – Painel de situação Manguinhos – Covid-19



Fonte: Painel de situações Manguinhos – Covid-19⁴⁴.

- Os percentuais de casos notificados e casos confirmados, por faixa etária e por gênero:

⁴⁴ Disponível em: <<https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/1cc847ad-929f-4e20-949f-358cfac6a6ec/page/hb7MB>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

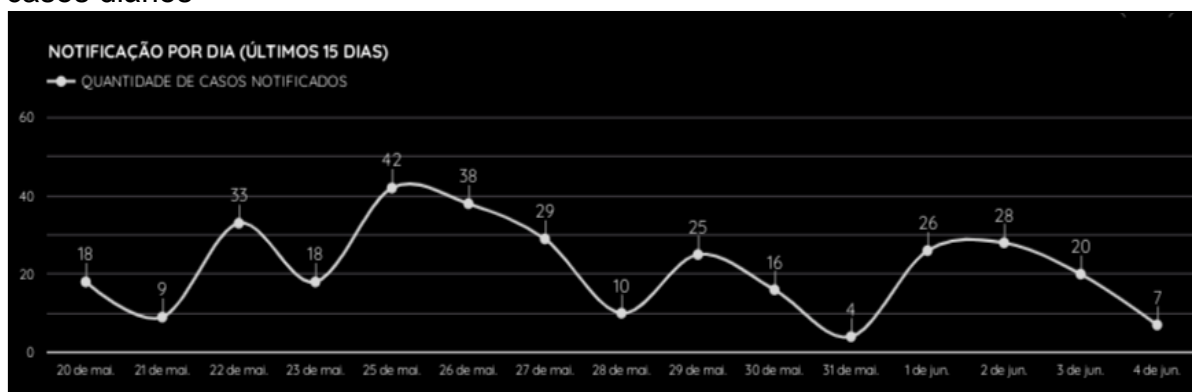
Figura 10 – Painel de situação Manguinhos – Covid-19 – Notificações

NOTIFICADOS POR FAIXA ETÁRIA/SEXO				FILTROS		
FAIXA ETÁRIA ^	NOTIFICADOS	%	CONFIRMADOS	%	MASCULINO	FEMININO
< 01 ANO	24	1,47%	1	0,65%	9	15
01 A 05 ANOS	83	5,1%	3	1,95%	39	43
06 A 19 ANOS	106	6,51%	2	1,3%	43	63
20 A 29 ANOS	255	15,66%	11	7,14%	115	140
30 A 39 ANOS	313	19,23%	28	18,18%	122	191
40 A 49 ANOS	327	20,09%	23	14,94%	145	182
50 A 59 ANOS	251	15,42%	32	20,78%	118	133
60 A 69 ANOS	162	9,95%	26	16,88%	98	64
70 A 79 ANOS	71	4,36%	18	11,69%	35	36
80 A 89 ANOS	31	1,9%	9	5,84%	10	21
90 ANOS OU MAIS	5	0,31%	1	0,65%	1	4
Total geral	1.628	100%	154	100%	735	892

Fonte: Painel de situações Manguinhos – Covid-19⁴⁵.

- A evolução do número de casos notificados por dia:

Figura 11 – Painel de situação Manguinhos – Covid-19 – Evolução do número de casos diários



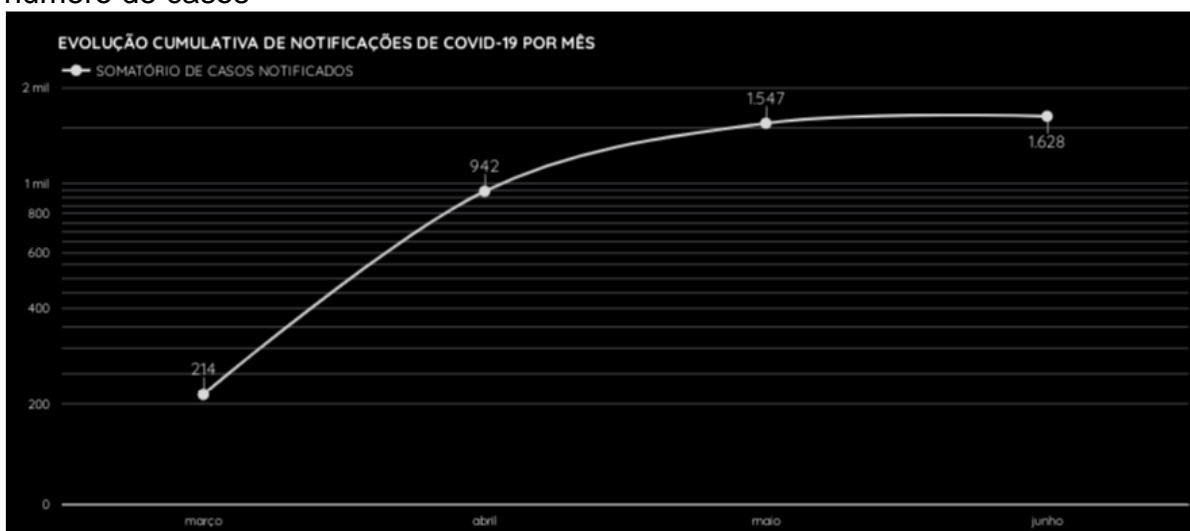
Fonte: Painel de situações Manguinhos – Covid-19⁴⁶.

- A evolução cumulativa do número casos notificados:

⁴⁵ Disponível em: <<https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/1cc847ad-929f-4e20-949f-358cfac6a6ec/page/hb7MB>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

⁴⁶ Disponível em: <<https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/1cc847ad-929f-4e20-949f-358cfac6a6ec/page/hb7MB>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Figura 12 – Painel de situação Manguinhos – Covid-19 – Evolução cumulativa do número de casos



Fonte: Painel de situações Manguinhos – Covid-19⁴⁷.

O Brasil já estava no terceiro mês de pandemia e não se viam iniciativas governamentais para conter o avanço do contágio pelo vírus nas zonas mais vulnerabilizadas, sobretudo nas que se têm forte influência dos comandos vinculados à rede ilegal de venda de drogas. De forma autoritária, grupos de poder paralelo, privado e considerado como ilícito passaram a utilizar sua força para impor medidas de controle do contágio da doença. Assim, a população precisou se subordinar em todas as circunstâncias, rotineiras ou excepcionais, às determinações repressoras/ameaçadoras desses grupos que quase sempre são associados mais à morte do que à defesa da vida.

Em regiões periféricas como Acari, Senador Camará, nos Morros da Providência, do Pinto e da Conceição e em bairros como Santo Cristo, Saúde e Gamboa, os moradores relataram a presença de carros de som circulando com avisos em nome dos 'comandantes do tráfico'. Listas de regras estavam sendo impostas:

- Quem tivesse que sair na rua durante o dia, o uso de máscara era obrigatório;
- Estavam proibidas as "resenhas, pagodes, festas", além das reuniões em praças e quadras;
- Encontros em bares e comércios estavam proibidos;
- Festas ou churrascos só poderiam ser realizados dentro de casa;

⁴⁷ Disponível em: <<https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/1cc847ad-929f-4e20-949f-358cfac6aec/page/hb7MB>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

- Só poderiam circular pelas ruas à noite quem estivesse trabalhando com entregas;
- Todos deveriam evitar sair de casa depois das 20h;
- Os moradores dessas localidades deveriam sair apenas comprar produtos e retornar às suas casas;
- Quem fosse pego descumprindo as ordens iria 'aprender a respeitar o próximo'.

Além de carros de som fazendo as ameaças com o toque de recolher, as ordens circularam através de mensagens de WhatsApp aos moradores. Todas as mensagens eram veiculadas com intimidações a quem não cumprisse às ordens. Contudo, tais medidas não duraram muito tempo e logo esses grupos abandonaram a estratégia de interferir no controle da pandemia.

Mesmo que a ordem para ficar em casa tenha evitado que alguns moradores contraíssem a doença, que efeitos esses modos de organização e esse tipo de iniciativa produzem?

Sabe-se que esses grupos operam através do medo para impor obediência aos moradores do território. Assim como ordenaram que as pessoas ficassem em casa no início da pandemia, a qualquer momento poderiam obrigar essas pessoas a voltar às ruas, abrir seus comércios e se submeter ao risco de contágio. A apropriação das mecânicas de governamentalidade por parte desses grupos ilegais e a expansão do seu poder de controle sobre os territórios só aventam ainda mais o seu alinhamento ao poder do Estado.

Edital para apoio a projetos de iniciativa popular

Era uma segunda-feira, 27 de abril de 2020, quando recebi uma mensagem do meu chefe do trabalho perguntando se eu poderia ajudá-lo numa força tarefa. Como a Fiocruz é uma referência no campo da saúde e também tem uma linha de ação junto a territórios vulnerabilizados, muitas pessoas, organizações e também parlamentares a procuraram para intermediar suas doações. Delegaram à instituição que distribísse recursos financeiros, alimentos e materiais de higiene à população que estava sendo mais afetada pela pandemia do coronavírus.

Na linha de frente dessa tarefa de distribuição dessas doações, meu chefe organizou um esquema junto a Unidades Básicas de Saúde e organizações

populares dos territórios. Por meio dessas parcerias, alimentos e materiais de higiene seriam levados às famílias que já tinham sido identificadas por estes como mais necessitadas.

Para distribuição do dinheiro recebido a Fiocruz optou por lançar um edital de chamada pública, convocando organizações populares a inscrever projetos que fossem voltados à promoção de ações emergenciais junto a populações vulneráveis. Após ampla divulgação, 837 organizações de diferentes partes do Brasil enviaram projetos para concorrer ao financiamento do edital.

Uma primeira triagem apontou que 508 das propostas estavam com documentação completa e atendiam aos requisitos da chamada pública. Assim, dada a urgência desses recursos chegarem aos beneficiários, a instituição montou uma força tarefa para avaliar e classificar rapidamente esses projetos. Aí que eu entrei na história.

Fui então convidado para compor um Comitê de Avaliação que deveria julgar em que medida cada projeto atendeu aos critérios pré-estabelecidos no edital. Cada membro do comitê faria sua avaliação individual de 50 projetos e uma coordenação geral faria uma média das notas atribuídas e um ranking para saber quais projetos ficaram mais bem pontuados para receber o financiamento.

Uma primeira coisa que me chamou atenção na lista de projetos que recebi para análise foi a diversidade regional: tinham propostas de ações a serem desenvolvidas em municípios de 14 diferentes estados brasileiros, inclusive em cidades do interior desses estados. Ao longo das análises fui percebendo que também eram muito diversas as propostas de ação, abrangendo, sobretudo, segurança alimentar, saúde mental, protocolos de higiene, assistência a grupos de risco e comunicação e divulgação de informações para prevenção ao Covid-19.

O primeiro critério a ser analisado foi o de '*Representatividade e legitimidade*', no qual caberia verificar o histórico da organização proponente do projeto e as relações previamente estabelecidas entre ela e a população a ser atendida pela proposta. Conforme previsto em edital, quanto maior implicação entre as partes, maior deveria ser a pontuação. A subjetividade desse critério tornava a avaliação mais complexa, porém, busquei analisar o pertencimento da organização ao território ou ao grupo populacional a que a ação se destinaria. Algumas propostas estavam sendo feitas por organizações de moradores ou grupos de pessoas implicadas com o próprio território, ou que já tinham histórico de atuação junto àquele grupo

populacional. Contudo, alguns projetos estavam sendo propostos por organizações sem histórico de proximidade com os beneficiários, mas que se diziam dispostas a contribuir para mitigar os efeitos da pandemia naquela localidade ou grupo. Para ajudar nessa análise, fiz buscas complementares na internet sobre a história das organizações inscritas, tentando encontrar mais informações sobre a relação entre as mesmas e o público beneficiário das propostas.

O segundo critério de análise foi '*Inovação*', pelo qual deveria ser avaliada a originalidade do projeto. A partir do plano de ação deveriam ser observadas a metodologia e as atividades propostas, bem como a criatividade implícita nas iniciativas. Para esse julgamento eu optei por fazer uma análise comparada. Li todos os projetos, identifiquei as iniciativas que eram comuns entre eles, depois voltei dando créditos aos projetos que previam ações e cuidados diferenciados. Grande parte dos projetos tinha como base a distribuição de cestas básicas. Porém, identifiquei, por exemplo, alguns que priorizariam a compra de alimentos junto a pequenos produtores. Do mesmo modo, tinham vários projetos que focavam na entrega de máscaras e itens de higiene e alguns apontavam que as máscaras seriam adquiridas com costureiras da própria comunidade a ser assistida. Também classifiquei como mais abrangentes projetos que, além de fazer essas doações, se preocupavam em oferecer algum apoio psicológico às famílias beneficiadas.

O terceiro critério foi o da '*Viabilidade*' de execução do projeto. Ali estava em questão a compatibilidade entre o orçamento apresentado e as atividades previstas. Comparando os orçamentos dos diferentes projetos analisei os preços e os custos, observando se os mesmos estavam minimamente dentro dos valores de mercado. Também fazia parte do quesito viabilidade a análise detalhada do cronograma de implementação do projeto, sua coerência, os prazos estabelecidos e se a metodologia proposta efetivamente viabilizava o alcance dos objetivos. Como o edital tinha uma perspectiva de atender a ações emergenciais, a exigência era que as atividades fossem realizadas num período máximo de seis meses. Assim, não tendo um prazo mínimo para execução, me deparei com projetos que se propunham a uma única ação pontual, ou ações curtas com conclusão em até quarenta e cinco dias. Outros projetos apresentavam cronograma mais extenso de ações que durariam seis meses completos. Mesmo considerando as diferenças de preços entre as diversas regiões do país, chamou minha atenção alguns casos de disparidade entre orçamentos, como uns que previam a compra de uma cesta básica por R\$

45,00, enquanto em outros cada cesta custaria até R\$ 160,00. Também identifiquei projetos que direcionavam todo, ou quase todo, seu orçamento para remuneração dos seus coordenadores e equipe de trabalho. Alguns comprometiam o orçamento com compra de mobiliários e aquisição de equipamentos como aparelhos telefônicos de R\$ 2000,00 e computadores super potentes para uso dos membros da equipe. Do mesmo modo, encontrei propostas em que as equipes de atuação seriam compostas por voluntários e todo o orçamento estaria comprometido com aquisição de materiais e serviços diretamente para os beneficiários do projeto. Certamente esse foi o critério que mais apontou divergências entre os projetos inscritos.

O quarto e último critério a ser analisado se referia ao '*Impacto*' do projeto sobre a contenção do coronavírus. O Edital já alertava para a importância de os projetos contemplarem ações alinhadas às recomendações das autoridades sanitárias, incluindo medidas para evitar a exposição das pessoas ao contágio pelo coronavírus. Considerei também como ações de maior impacto aquelas que pretendiam ir além da simples assistência. Algumas propostas incluíam iniciativas de geração de renda e até a continuidade das ações, mesmo após o fim o recurso previsto no edital. Assim como observado no quesito representatividade, também considerei como de grande impacto os projetos que traziam os beneficiários como sujeitos das iniciativas, assim como aqueles que se propunham a comprar alimentos de pequenos produtores ou contratar costureiras do próprio local da intervenção para produzir máscaras de tecido. Um quesito que também tem relação com a análise de impacto e que estava previsto no edital como critério de desempate no ranking é a contagem do '*Número de pessoas beneficiadas*' nas ações. Importante observar que ações voltadas pra comunicação tendem a atingir um público bem maior, contudo, transmitir a informação não implica necessariamente na redução do impacto da pandemia.

A maioria dos projetos que analisei estava focada em beneficiar algum grupo específico de pessoas que estavam sendo impactadas pelos efeitos da pandemia. Identifiquei projetos que tinham como beneficiários: moradores de favelas, grupos de quilombolas, comunidades de pescadores, mulheres chefes de família, pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, moradores de rua, imigrantes e refugiados, grupos de idosos, portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana – HIV, crianças hospitalizadas, crianças acompanhadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, além de pessoas dependentes de drogas.

Num trabalho como esse, que envolve julgamento, é difícil fugir da nossa implicação com alguns temas abordados ou regiões abrangidas pelos projetos. Busquei respeitar a premissa de selecionar as propostas mais adequadas ao propósito de contenção dos efeitos da pandemia do coronavírus no país como um todo. Contudo, foi angustiante perceber que projetos tão significativos e pessoas tão necessitadas de apoio financeiro ficariam de fora da lista de contemplados.

Encerrada essa atividade de seleção e após a divulgação dos projetos contemplados, entrei em contato com a coordenação do edital para solicitar acesso à planilha geral de propostas que foram inscritas. Queria conhecer mais sobre os projetos que estavam sendo pensados pelo país.

Recebi uma planilha enorme com os mais de 800 projetos e passei um dia inteiro mergulhado naquilo. Utilizando palavras chaves como ferramenta de busca, fui identificando projetos que se propunham a atender demandas de moradores de favelas, periferias, comunidades carentes ou vulnerabilizadas. Cheguei então nos projetos que tinham como beneficiários os moradores do Complexo de Favelas de Manguinhos, território que trago como campo principal de análise na minha pesquisa de doutorado.

Identifiquei oito projetos destinados a atender demandas de moradores de Manguinhos que tiveram suas condições de autossustento impactadas pela pandemia do Covid-19. Cinco desses projetos tinham sido propostos por organizações de moradores do próprio bairro e os outros três tinham como proponentes organizações externas que desejaram contribuir para amenizar as dificuldades que aquelas famílias estavam enfrentando.

As iniciativas que foram propostas nesses projetos para Manguinhos englobavam desde a distribuição de álcool em gel, “quentinhas”, “kits de higiene” e confecção/distribuição de máscaras, até ações de comunicação que pretendiam levar, através de “palavras simples”, informações científicas sobre como as pessoas deveriam se proteger e se tratar caso contraíssem a doença.

Além dessas propostas mais comuns, destaco iniciativas que se preocupavam com a redução dos efeitos na saúde mental das pessoas, em decorrência dos impactos sociais e econômicos da pandemia. Nessa perspectiva, um dos projetos se propunha a desenvolver atividades utilizando a metodologia da palhaçaria, com o slogan: “Quem não acredita que rir é um bom remédio?”.

Os projetos tinham como foco um público alvo específico traziam como propostas ações para empoderamento de mulheres da favela, ações voltadas para mães de filhos com deficiência e ações de assistência a idosos em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Com alegria identifiquei um projeto que foi elaborado por um ex-aluno meu do curso '*Estratégias para territorialização de políticas públicas*', quando ministrei a disciplina '*Diagnóstico socioterritorial*'. O curso era voltado justamente para capacitar moradores das favelas para escrever projetos como esses, que visassem a promoção de ações coletivas para solucionar problemas identificados no seu território.

O projeto em questão pretendia a produção de material de comunicação social, envolvendo as organizações comunitárias que já atuassem com legitimidade e penetração no território. Centrado na importância da implicação, o projeto primava pelo protagonismo dos próprios moradores e pela capacidade de diálogo com as lideranças e organizações locais de Manguinhos. Infelizmente ele não alcançou pontuação suficiente para entrar na lista de financiamento do edital lançado pela Fiocruz.

Trabalhar na Fundação Oswaldo Cruz em uma unidade que atua tão diretamente ligada aos movimentos de favela tem me levado a colocar em análise o quanto a mecânica biopolítica se faz presente nas nossas próprias ações. Por mais que o trabalho da Coordenação de Cooperação Social seja direcionado para uma construção compartilhada de conhecimento junto àquela população, é inegável que suas atividades também seguem uma lógica do governo de condutas. Mesmo tendo a sua equipe de atuação socioterritorial composta por moradores de favelas, existe uma preocupação com um certo modelo teórico-metodológico de intervenção. Até no apoio dado a iniciativas gestadas pela própria comunidade, existe uma priorização a projetos que estejam alinhados com a verdade que Fiocruz acredita.

Todavia, diante de situações tão distópicas, um consolo que essa pesquisa me traz é a percepção de que muita gente tem se movimentado para não se permitir sucumbir. A luta continua nas favelas cariocas e em outras partes do país para contornar as situações de vulnerabilidade e unir forças em defesa da vida, sobretudo em tempos de pandemia.

Eu não vou sucumbir
Eu não vou sucumbir
Avisa na hora que tremer o chão
Amiga, é agora, segura a minha mão [...] ⁴⁸
Elza Soares e BaianaSystem

⁴⁸ Trecho da música *Libertação*, composta pela cantora carioca Elza Soares em parceria com o Grupo BaianaSystem e lançada pela cantora no ano de 2019, em seu álbum *Planeta Fome*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos una especie en viaje
 No tenemos pertenencias sino equipaje
 Vamos con el polen en el viento
 Estamos vivos porque estamos en movimiento
 Nunca estamos quietos, somos trashumantes
 Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
 Es más mío lo que sueño que lo que toco [...] ⁴⁹
 Jorge Drexler

Comecei esse texto falando das minhas inquietudes, do que me movimenta, de como eu sou movimento. Desde criança ouço minha mãe falar que eu sou do mundo e me comparar com uma ‘águia com ânsia de voar’⁵⁰. Foi no movimento desses voos e sonhos que pude colher as bagagens que me trouxeram até aqui.

Refletir sobre meus movimentos ao longo do doutorado me fez lembrar uma anedota que nos conta Rodrigues (2019) em seus estudos sobre análise institucional, genealogia e história oral. A autora nos leva a um passeio pelas histórias de vida e obra de Michel Foucault e dá ênfase a uma curiosidade sobre o período de oito anos em que ele, supostamente, teria passado por um bloqueio no seu processo criativo. Tal fato se deu entre os anos de 1976 a 1984, quando Foucault foi criticado por atrasar a escrita dos volumes II e III da sua obra ‘*A história da sexualidade*’. Contudo, a autora salienta que aquilo que muitos interpretaram como ‘crise na escrita’ foi uma fase em que Foucault se dedicou aos escritos sobre ‘a emergência do cuidado de si’ (RODRIGUES, 2019, p. 166). Ouso aqui me comparar com Foucault ao pôr em análise o fato de que iniciei esse período de quatro anos de estudo com a pretensão de pesquisar sobre um objeto ou uma realidade em que eu me faria presente enquanto observador e crítico. Tal qual experienciou o filósofo francês, meus caminhos de pesquisa romperam a perspectiva do olhar para o outro me levaram a olhar também para mim. Foi pondo em análise as implicações que me despertaram o interesse por estudar o cotidiano dos moradores de favela que acabei mergulhando numa análise crítica sobre a

⁴⁹ Trecho da música *Movimiento*, composta pelo cantor Jorge Drexler e lançada no ano de 2017, no álbum *Salvavidas de hielo*.

⁵⁰ Referência à música *Águia Pequena*, composta pelo Pe. Zezinho e lançada no ano de 1990, no disco *Sol Nascente, Sol Poente*. Música que sempre marcou minha relação com minha mãe.

cultura da normalização e cruzando com minha própria história enquanto um corpo em desalinho.

Ao ratificar a ideia de Alistair Thompson sobre a recomposição das memórias, Rodrigues (2019, p 227) afirma que construímos nossas identidades através do processo de contar histórias para nós mesmos e para as pessoas do nosso convívio social. Assim, ao falar aqui sobre minha história enquanto uma pessoa com deficiência e enquanto um nordestino que vive no sudeste do país e trazer histórias de tantas outras pessoas que têm sua vida marcada pelo preconceito e pela despotencialização, a construção dessa tese me levou a olhar para mim e me reinventar. Revisitar tantas histórias e colocá-las em análise a partir do viés dessa pesquisa me levou a problematizar meu próprio modo de compreender os conceitos e interpretar as experiências aqui relatadas. O Eu que começa as narrativas não é o mesmo Eu que está agora a finalizar esse ciclo de estudos. Como nas análises de Rose (2001), fui inventando e descobrindo outros Eus ao longo dessa caminhada, marcada por muitas ressignificações.

Discutir processos de racismo e preconceito me levou a refletir sobre a cultura da normalização de corpos e de valores que historicamente produziam e ainda produzem subjetividades que segregam, excluem e matam pessoas e suas potências. É essa subjetivação do diferente, associada às técnicas de controle biopolítico, que constrói os estereótipos do incapaz, do perigoso, do inimigo, do matável. Como salienta Pontes (2018, p. 65), os anormais continuam sendo produzidos e caçados para correção. Segundo a autora, vivemos sobre um regime biopolítico intenso no qual o aparato jurídico reafirma e discursa sobre a correção das anomalias, reforçando o papel de prisões, manicômios, clínicas, igrejas e escolas como dispositivos normalizadores da conduta anormal.

Assim, desde o início esse texto foi se estruturando a partir de um tripé de anormalidades que dizem muito sobre quem sou e sobre como cheguei aqui: um menino com deficiência, nordestino e que estuda favela. Um tripé que está ligado de forma rizomática por atravessamentos que podem ser vistos como histórias tristes, como falhas, como perigos, ou como potências diferenciadas.

Em seu livro intitulado *‘O perigo de uma história única’*⁵¹, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nos conta sobre experiências em que percebeu o perigo

⁵¹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

de se resumir a história de alguém a uma história única: ela ainda era criança quando se acostumou a ver sua mãe se referir a um menino que trabalhava para sua família como um menino muito pobre. Quando fez uma visita à casa da família do garoto se surpreendeu ao ver que seu irmão tinha habilidades para criar cestos artesanais de palha. Na cabeça dela só era possível imaginar a vida do garoto a partir da perspectiva de pobreza extrema e, naturalmente, desprovida de qualquer habilidade. Já adulta, Chimamanda voltou a se deparar com o perigo da história única, porém sob outra perspectiva: quando foi estudar numa universidade americana ela constatou o quanto a imagem do continente africano era resumida a um lugar onde só existe fome, miséria e guerras. Nesse livro a autora traz alguns relatos de experiências de xenofobia, como no caso do seu professor que julgou suas criações literárias como não “autenticamente africanas” pois seus personagens não passavam fome e tinham rotinas comuns às dos americanos. Chimamanda foi percebendo que para muitas pessoas era inconcebível que africanos como ela (ou como os personagens de suas histórias) tivessem habilidades similares às de pessoas “normais”.

A história única que se reproduz sobre o povo africano tem a mesma raiz xenofóbica das histórias que se reproduz sobre o povo nativo do nordeste do Brasil, a mesma raiz capacitista que desacredita e torna inválidas as pessoas com deficiência, a mesma raiz racista e preconceituosa que criminaliza e despotencializa pessoas negras e moradoras de favelas.

A população que é capturada pelas histórias únicas contadas sob a perspectiva xenofóbica toma como verdade que nordestinos falam errado, não se enquadram nos padrões estéticos de beleza e possuem dificuldades de aprendizagem e de comunicação.

A população que é capturada pelas histórias únicas contadas sob a perspectiva capacitista toma como verdade o pensamento generalista de que todas as pessoas com deficiência precisam de cuidados especiais, sofrem com problemas cognitivos, não são produtivas, não são capazes de trabalhar, de viver um relacionamento, ou mesmo de conduzir sua vida de forma independente.

A população que é capturada pelas histórias únicas contadas sob a perspectiva racista toma como verdade que negros são uma raça inferior e que todo morador de favela é perigoso, tem envolvimento com o mundo do crime e precisa ser segregado (ou assassinado) em nome da segurança da população em geral.

Todos os casos de capacitismo, xenofobia e racismo que vivi/ouvi e transcrevi nessa tese são marcas das produções subjetivas que difundem histórias únicas e aprisionam pessoas em estereótipos de anormalidade.

Felizmente essas questões têm ganhado espaço em muitos grupos de discussão e, inclusive, estão sendo cada vez mais pautadas no mundo cinematográfico. Como sou um cinéfilo, quero aqui comentar dois filmes que assisti já no fim desse trajeto de escrita e que dialogam com minha pesquisa e com os sentimentos que me moveram ao longo dessa caminhada:

O primeiro filme, lançado no ano de 2020, se chama '*Crip Camp: revolução pela inclusão*' e conta a história de jovens que entre os anos 1950 e 1970 frequentaram um campo de férias voltado para pessoas com deficiência, no estado americano de Nova York. O filme, que concorreu ao Óscar de melhor documentário no ano de 2021, mostra como funcionava o Acampamento Jened que tinha como princípio não tratar de forma diferenciada os seus frequentadores, todos jovens e adultos com algum tipo de deficiência, física ou intelectual, de variados graus e níveis de lesão. Em meio a experiências de liberdade, amizade e parceria, eles se auto-organizavam e se ajudavam nos afazeres. Montado com filmagens dos próprios campistas, o documentário mostra que o acampamento recebia anualmente dezenas de jovens com deficiência que encontravam ali um ambiente livre do culto aos corpos padronizados e dos julgamentos que cotidianamente lhes limitavam e lhes despotencializavam. Entre muitas festas, brincadeiras e paqueras também aconteciam importantes diálogos sobre suas vidas fora dali. Com o passar dos anos, os campistas decidiram organizar um movimento em busca de direitos de inclusão, acessibilidade e direitos trabalhistas. Realizaram manifestos públicos que mobilizaram grande parte da comunidade de pessoas com deficiência e lograram importantes mudanças na legislação sobre questões de acessibilidade.

O segundo filme que trago a essa análise foi o ganhador do Óscar de melhor curta-metragem no ano de 2021. Intitulado '*Dois estranhos*', o curta escancara o racismo estrutural ao mostrar uma cena da vida de Carter, um jovem cartunista negro que vive em Nova York. Ao acordar na casa da mulher com quem teve um encontro casual, Carter sai às pressas para passar em seu apartamento para alimentar seu cachorro antes de ir para o trabalho. Ao sair do prédio ele se esbarra em uma pessoa e o fato desperta a atenção do policial Merk, que é um personagem branco. Após ser interrogado e revistado de forma violenta, Carter é algemado,

detido e morto. A cena é então cortada e o dia recomeça com personagem acordando novamente na mesma casa e revivendo as mesmas cenas. Ao longo dos seus 30 minutos de duração o filme dá entender que essa cena se repete uma centena de vezes. Consciente do que aconteceu na cena anterior, o personagem passa a experimentar estratégias diferentes na expectativa de evitar a abordagem racista e violenta do policial, porém acaba sempre sendo assassinado.

Sob perspectivas diferentes, esses dois filmes ratificam discussões apresentadas nesta pesquisa: De um lado, um grupo de pessoas que, para fugir da rotina de capacitismo e preconceito buscou refúgio em um acampamento que anualmente reunia pessoas que desviavam dos padrões de corpos normalizados. Do outro lado, um homem que sucessivamente é abordado de forma violenta, criminalizado e morto por um representante do poder público, simplesmente porque a cor da sua pele o enquadra no perfil de suspeito.

Pensar as histórias desses dois filmes de forma conjunta me fez lembrar alguns dos depoimentos da baiana Amanda Soares, uma escritora e ativista PCD que utiliza sua conta no Instagram – @arteamare – para divulgar seus escritos e para pôr em análise a cultura da normalização de corpos, a prática do capacitismo e as lutas das pessoas com deficiência. Transcrevo aqui trechos de um vídeo, publicado em abril de 2021, em que ela lamenta a morte prematura das potências de pessoas com deficiência e faz uma crítica ao modo como o capacitismo está presente também nas práticas de outros grupos minoritários que têm como bandeira a luta pela vida:

*Eu pertenço à morte desde a época pré-histórica...
Pra gente é dado o prato de arroz e feijão e a solidariedade de se falar de
inclusão, acessibilidade e capacitismo a nível linguístico, que pouco tem a ver com a
profundidade da violência que nós passamos, desde a construção da sociedade.
Comunidades pretas, LGBT e feministas e tantas outras contribuem
firmemente na construção da violência que me contempla,
no meu pertencimento à morte...
Enquanto esses grupos minoritários lutam legitimamente por uma escolha
absurda feita em que um corpo se sobrepõe ao outro.
Enquanto vocês lutam nessa binaridade (preto, branco, hetero, LGBT), eu luto
contra todos vocês: branco, preto, LGBT, feministas, todo mundo, de direita, de
esquerda, pra cima, pra baixo, pra um lado, pro outro.
É geral. A dor comigo é geral...
Eu pertenço à morte por decisão conjunta de todos vocês.
Independente das violências que vocês sofrem, que são legítimas, pra mim
não deu nem tempo de sofrer porque eu fui morta todas vezes que eu nasci durante
a história. Então eu nem tive uma história violenta que se distinga da morte.*

Foi assim: nasceu, morreu. E é sempre assim. Ou hoje, que é: nasceu, escondeu. Nasceu, prendeu. Nasceu, matou de fome... Eu acho hipócrita vocês lutarem pela vida matando outras pessoas. Mas é assim que funciona a raça humana, né? Mais fácil a auto defesa do que a autocrítica⁵².
Amanda Soares

Todas essas histórias retratam o dia a dia de pessoas que são obrigadas a viver sob condição de assujeitamento. Algumas são desacreditadas por não se enquadrarem aos padrões de produtividade tidos como úteis e toleráveis. Outras veem ceifadas as suas liberdades e são submetidas a uma vida marginal e subserviente.

Como pontuei numa metáfora sobre o fluxo de um rio, a sociedade está estruturada em um sistema de desigualdade formado por zonas de integração (fluxos) e zonas de vulnerabilidade (margens), pelo qual as margens é que dão suporte ao fluir do rio. Assim, ao invés de excluir uma parcela da população, o sistema a enquadra numa posição de marginalidade e assujeitamento. A manutenção da margem é a afirmação da norma como referência e estar ou não na norma é uma condição para fazer funcionar uma máquina de governo.

A longo da pesquisa fui desconstruindo muitos conceitos e discursos que no meu processo de formação haviam sido cristalizados como verdades absolutas. Confrontando os modelos que classificam como 'bom' aquilo que está normalizado, fui aos poucos dessacralizando os ideais de justiça e de Estado como instâncias que primam por igualdade entre os povos. Não foi fácil quebrar esses paradigmas, sobretudo porque eles transitam no campo das esperanças. São muitos os movimentos que reconhecem o Estado como responsável pela proteção da vida e lutam por direitos acreditando que as leis garantirão igualdade, respeito e liberdade.

Apresentei aqui algumas situações que expõem o quão o Estado é autocentrado em sua própria racionalidade e apontei mecanismos que ele utiliza para intensificar seu controle biopolítico sobre a população. A produção da necessidade de segurança, por exemplo, se tornou um mecanismo muito utilizado pelo Estado para encobrir práticas racistas em nome de uma racionalidade pela paz. Contudo, é notório que esse desejo de paz é seletivo e manter o discurso de paz para uns significa inviabilizar qualquer possibilidade de paz para muitos outros.

⁵² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNnu1Dyglml/>.

Promovendo uma dicotomia entre paz e guerra, o Estado encabeça uma narrativa pela qual se propõe a levar paz para toda a população através de uma guerra ao tráfico de drogas. Esse discurso perde ainda mais o seu sentido quando se observa que a prática violenta dos agentes do Estado acontece somente em regiões pobres onde vivem as pessoas que trabalham como comerciantes varejistas das drogas.

Se há algum interesse em acabar com o comércio ilegal de drogas, cadê o plano de ação para interceptar essa rede antes do material ser distribuído aos pequenos comerciantes para ser vendida em nível micro? Se o objetivo é interferir diretamente na comercialização, por que essas intervenções só têm como alvo os comerciantes que moram nas favelas? Não é segredo para ninguém (muito menos para a polícia) que nas regiões mais nobres e em seus entornos a venda de drogas funciona a todo vapor. Por que não se vêm as forças do Estado agindo com o mesmo afinco nessas localidades? Quem está sendo protegido nesse esquema de criminalização seletiva?

Esse é só mais um exemplo da velha prática do Estado de escolher quem deve ser considerado inimigo. Como apontei nesse texto, o lugar de inimigo já foi ocupado por distintos grupos que em determinado contexto foram perseguidos e tiveram suas vidas ceifadas por não estarem de acordo com os critérios escolhidos ou ratificados pelo Estado: saqueadores, piratas, escravos, judeus, ciganos, comunistas, traficantes, terroristas, esquerdistas, favelados, e todos os demais que, de alguma forma, foram considerados uma ameaça à ordem e à continuidade de regras ou costumes vigentes.

Normalizou-se o desejo da morte dos inimigos, dos que oferecem perigo, dos que ameaçam a segurança da população 'de bem'. A expressão '*bandido bom é bandido morto*' se popularizou a partir da mesma lógica analisada pela filósofa Hannah Arendt no tocante à '*banalidade do mal*'⁵³: a massificação da sociedade condicionou uma multidão a aceitar e cumprir ordens sem questionar, tornando-a incapaz de fazer julgamentos morais. Assim a população é capturada pelo discurso de que as pessoas tidas como inimigas precisam ser eliminadas para que 'todos' possam voltar a ter paz. Como salienta Reis (2013, p. 25) a partir de Nietzsche, é o espírito de vingança presente nos sistemas estatais de justiça e nas produções

⁵³ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. 16ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

subjetivas que neles se apoiam que faz despertar e proliferar na sociedade os clamores justiceiros, a sede de punição e o ódio às diferenças. Segundo a autora, essa política do ódio e da vingança fortalece o carrasco e o policial que há em nós (REIS, 2013, p.108).

O modo como nossa sociedade foi tomada por uma perspectiva judicializada e judicializante; o crescimento de pedidos de punição cada vez mais severos; [...] a criminalização progressiva dos aspectos mais íntimos e até banais da vida cotidiana, como forma de melhor enquadrá-los; enfim, a incrível extensão dos sistemas de justiça em nossas vidas, gerindo-as, normalizando-as, formatando-as, debilitando-as, de uma forma quase que inescapável, representa um dos mais importantes efeitos da vigência do espírito de vingança em nós (REIS, 2013, p. 22).

Este é um retrato da cultura da normalização dos corpos que alimenta um limite de tolerância e torna banalizadas as práticas do racismo, da xenofobia e do capacitismo. Tais práticas nascem no momento em que o olhar sobre o outro não parte das suas semelhanças, mas das suas diferenças e do quanto essas diferenças caracterizam esse outro como inumano, incapaz, perigoso, inimigo.

É em meio a essa perspectiva que o fazer morrer se atualiza e expande o conceito de morte enquanto fim da vida no plano físico. Busquei expor aqui o quão se mata muitas pessoas ao inferioriza-las e ao desacreditar de suas potências por questões de raça, de cor da pele, de gênero, de orientação sexual, de sotaque, de local de origem e moradia, ou ainda ao condenar corpos à invalidez por não se enquadrarem à forma física tida como normal e produtiva.

A luta de quem é tido como incapaz ou como inimigo extrapola o campo das resistências e torna-se uma questão de luta por sobrevivência. A vida de quem é preto, de quem é pobre e de quem mora na favela está sempre por um fio. E essa luta por se manter vivo é ainda potencializada quando se trata da tão comum fusão micropolítica: o pobre que é preto e mora na favela.

Ao final desta pesquisa que transitou por tantos lugares que me desencadearam nós na garganta, foi um respiro colocar em análise as experiências de pessoas que em meio ao terror do dia a dia têm encontrado na coletividade a força para insurgir e se manterem vivas. Pequenos grupos de moradores de favela que buscam afirmar suas potências a partir de iniciativas dialógicas, integrando os vizinhos num chamado à luta por sobrevivência. São jovens que estão utilizando suas habilidades de comunicação para ouvir os moradores da favela e difundir informações entre eles; são mães que tiveram seus filhos assassinados pelo braço

armado do Estado e que se unem e se acolhem através das suas memórias e suas dores; são moradores que se veem impulsionados pelo desejo de mudanças em seu território e buscam uma capacitação para aprender a construir e implementar projetos de territorialização de políticas públicas; são moradores que se articulam para realizar atividades que ajudem a conter a disseminação de um vírus em plena pandemia, bem como ações visando reduzir o impacto socioeconômico da pandemia na vida da sua comunidade.

É inspirado na força e na luta desse povo que se mantém em movimento para sobreviver que finalizo essa minha jornada e parto para novos desafios. Como bem disse Jorge Drexler nos versos que abriram essas considerações finais, parto agora sem levar pertences, mas toda a grande bagagem que o doutorado me proporcionou... Seguirei voando com o pólen ao vento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Kátia. No calor de um lugar: território, subjetividades e poder. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21 – n. 3, p. 581-598, set./dez. 2009.

AGUIAR, Kátia; BERZINS, Felix. Habitar as bordas e pensar o presente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 437-448, jul./set. 2014.

AGUILERA, Alfonso Valenzuela. *La construcción espacial del miedo*. México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos: Juan Pablos Editor; 2016.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Entrevista realizada por Djamila Ribeiro para o canal Feminismos Plurais, em 24 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZADKtsNnx74>>. Acesso em 25 de mai. de 2020.

ARAÚJO, Fábio Alves. *Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

AUGUSTO, Acácio. *Guerra e pandemia: produção de um inimigo invisível contra a vida livre*. Pandemia Crítica, Ed. N-1, abr. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/018>>. Acesso em: 26 de abr. de 2020.

AUGUSTO, Acácio. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 263-276, jan./jun. 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. *Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Unesp, 2013.

BARBOSA, Jonnefer. *Políticas de desaparecimento e niilismo*. Pandemia Crítica, Ed. N-1, abr. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/024>>. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

BATISTA, Vera Malaguti. Cuidado: os higienistas estão voltando! In: *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, vol.2, 1996.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ICI/Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. Estado de polícia. In.: KUCINSKI, Bernardo [et al.]. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

BATISTA, Vera Malaguti. *Há todo um mercado de violência e do controle da violência*. Brasil de Fato. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/5258/>>. Acesso em 05 de out de 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: *Rev. Justiça e Sistema Criminal*, v.3, n.5, p. 103-125, Curitiba, jul./dez 2011.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. *Subjetividade e abordagem policial: Por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

BUTLER, Judith. *Resistencias: Repensar la vulnerabilidad y representación*. Paradiso editores, S. A. de C. V., México, 2018.

CALVEIRO, Pilar. *Resistir al neoliberalismo: comunidades y autonomías*. – Primera edición – Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2019.

CALVEIRO, Pilar. Víctimas del miedo en la gubernamentalidad neoliberal. *Revista de Estudios Sociales*, nº. 59 (2017): 134-138.

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: The Production of Disability and Abledness*. Griffith University, Australia, 2009. Disponível em: <<https://www.freelists.org/archives/sig-dsu/08-2013/pdfyWdtytodrO.pdf>>. Acesso em 02 de jul. de 2020.

CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. 7ªed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária; 1978.

CASTEL, Robert. Da indignância à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In.: LANCETTI, A. *Saúde e Loucura*, nº 4. São Paulo: HUCITEC, 1993. pp. 21-48.

CENTELHA. *Ruptura*. São Paulo – SP: n-1 edições. 1ª edição, agosto de 2019.

CERDA-GARCIA, Alejandro. Lagunas de excepción y cosmopolitismo subalterno: conflicto agrario y zapatismo en Chiapas. In: M. Sierra, R Hernández and R. Sieder, (Ed) *Justicias indígenas y Estado*. (p. 383-426). México: CIESAS, 2013.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: a violência urbana e alguns de seus efeitos*. 1998. 184f. Pós-Doutorado (Núcleo de Estudos sobre a Violência) – USP, São Paulo, 1998.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Produção do Medo e da Insegurança*. Niterói, 1995. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto64.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: Crise e insurreição*. 1 ed. São Paulo: N-1 edições, 2016.

CRUZ, Monique de Carvalho. *“Aqui a bala come, não tem aviso prévio”: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2020.

DAROS, Raphaella Fagundes. *Implicâncias e implicações de uma trabalhadora social*. - 1.ed. -Curitiba: Appris, 2020.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Camila Sant’Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro – São Paulo: Brasiliense, 2019 (10ª impressão da 1ª edição de 1988).

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. 1ª edição brasileira: tradução Ruth Joffily e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles. *Sobre o teatro: Um manifesto de menos; O esgotado* / Gilles Deleuze. Trad. Fátima Saadi, Ovídio Abreu, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995 (Prefácio).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3*. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012a (2ª edição).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012b (2ª edição).

DIAS, Francine de Souza. *Devir Surdo: disputas, poder e saber na produção do sujeito não ouvinte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2017.

DI MARCO, Victor. *Capacitismo: o mito da capacidade*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

DUARTE, Marcos. *Breve Ensaio sobre o Nascimento da Biopolítica de Foucault*. Ed. Max Limonad, 2014.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Trad. Antônio Fernando Cascais. Lisboa: Veja 1993.

FACINA, Adriana; SILVA, Daniel N.; LOPES, Adriana C.. Sobrevivência, linguagem e diferença: política no tempo do agora. In.: LOPES, Adriana C.; FACINA, Adriana; SILVA, Daniel N. *Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem*. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula; Florianópolis [SC]: Insular, 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FIOCRUZ (2014) - Fundação Oswaldo Cruz. *PROJETO ADITIVO: Projeto Comunicação, Saúde e Sustentabilidade*. Coordenadoria de Cooperação Social / Fiocruz. Rio de Janeiro/RJ, 2014.

FIOCRUZ (2013) - Fundação Oswaldo Cruz. *PROJETO BÁSICO: Projeto Comunicação, Saúde e Sustentabilidade*. Coordenadoria de Cooperação Social / Fiocruz. Rio de Janeiro/RJ, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso dado no Collège de France (1983-1984)* / Michel Foucault; tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*. Curso no Collège de France (1972–1973) / Michel Foucault; tradução Ivone C. Beneditti. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

Foucault, Michel. *A vida dos homens infames*. / Michel Foucault. *Ditos e escritos IV* (pp. 203-222). (V. L. A. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975–1976) / Michel Foucault; tradução Maria Ermantina Galvão. - São Paulo, 2ª ed., 2ª tiragem: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008a. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975)* / Michel Foucault; tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Estratégia, poder-saber*. (Coleção Ditos & Escritos Volume IV). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução Raquel Ramallete. 42 ed: Petrópolis: Vozes, 2014a.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 1 ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

GADELHA, Silvio. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. In: Resende, H. (org.) *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 345-365.

GARCÍA-CANAL, María Inés. *Foucault y el poder*. México, Ed. Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 110 p., 2002.

GASPARELLO, Giovanna. “Autonomías indígenas en México: construir la paz en contextos violentos”. In: *QuAderns-e*. Número 21 (1). Año 2016, pp. 81-97. Disponível em: <https://www.antropologia.cat/files/07.%20Autonom%C3%ADas%20ind%C3%ADgenas%20en%20M%C3%A9xico%20construir%20la%20paz%20en%20contextos%20violentos.pdf>. Acesso em 14 de abr. de 2019.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. *Da biopolítica das fronteiras raciais à abolição da segurança*. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Rio de Janeiro, 2019.

GUIMARÃES, Claudia. *Os diagramas do sistema de atendimento à infância: suas lentes punitivas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2014.

GUATTARI, Félix. A transversalidade. In.: GUATTARI, Félix. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes. 4ª edição, 1996.

HAHN, Harlan. Public support for rehabilitation programmes: The analysis of U.S. disability policy. *Disability, Handicap and Society*. 1(2). 1986, p. 121–137. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02674648666780131>>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

HARA, Tony. Escrita de si: um rascunho da vida. In: *Ensaio sobre a singularidade*. São Paulo: Intermeios; Londrina: Kan Editora. 2012, p. 99 - 112.

HINDESS, Barry. The Liberal Government of Unfreedom. *Alternatives: Global, Local, Political*, Vol. 26, No. 2 (Apr.-June 2001), pp. 93-111. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40645012>>. Acesso em 0 de jul. de 2020.

JAKOBS, Günther.; MELIÁ, Cancio. *Direito Penal do Inimigo – Noções e Críticas*. 2ª ed., trad. de André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Edição Popular, 1963.

KARAM, Maria Lucia. *Sem o fim da “guerra às drogas” não haverá desmilitarização*. Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Dezembro 2013. Disponível em: <<https://desmilitarizar.files.wordpress.com/2015/02/maria-lucia-karam-sem-o-fim-da-e2809cguerra-c3a0s-drogase2809d-nc3a3o-haverc3a1-desmilitarizac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em 06 de out de 2019.

JOURDAN, Camila. *Para além da calamidade*. Pandemia Crítica, Ed. N-1, abr. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/025>>. Acesso em: 30 de abr. de 2020.

LIMA, André Luiz da Silva. Territórios urbanos saudáveis: itinerários, vicissitudes e dialogias. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 7, Jul. 2019.

LOURAU, René. Uma apresentação da análise institucional. In: ALTOÉ, Sonia. *René Lourau: Analista institucional em tempo integral*. – São Paulo: HUCITEC, 2004.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. N-1 Edições. 3ªEd. São Paulo, 2018.

MIRANDA, Luciana Lobo. Subjetividade: A (Des)construção de um conceito. IN: SOUZA, Solange J e (org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de janeiro: 7 Letras, 2000. p. 29 - 46.

NASCIMENTO, Maria Livia. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 2014, 259 - 467.

NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. “Os higienistas estão voltando”: biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço urbano no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, v. 10, n. 2, p. 596-619, 2018.

NU-SOL. É de não esquecer. *Flecheira libertária*. N. 626, 11 de maio de 2021. Ano XV. Disponível em: <https://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2021/05/flecheira_626.pdf>.

NU-SOL. Extermínio. *Hypomnemata*. N. 199. São Paulo, março de 2018. Disponível em: <<https://www.nu-sol.org/blog/hypomnemata-199/>>.

OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza. Sobrevivência pragmática da moradia favelada: a história de Dandara. In.: LOPES, Adriana C.; FACINA, Adriana; SILVA, Daniel N. *Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem*. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Mórula; Florianópolis [SC]: Insular, 2019.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez. 2003.

PASSETTI, Edson. Direitos Humanos, sociedade de controle e a criança criminosa. In.: Comissão de Direitos Humanos do CRP–RJ [org.]. *Direitos Humanos? O que temos a ver com isso?* Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia– RJ, 2007.

PASSETTI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. *Revista Verve*. São Paulo, Nu-Sol, v. 9, 2006, pp. 83-114.

PELBART, Peter Pál. *Necropolítica tropical – Fragmentos de um pesadelo em curso*. São Paulo, n - 1 edições, 2018.

PELBART, Peter Pál. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. 2ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PETERKE, Sven. Legitimidade e legalidade das “milícias” no Brasil atual. *Prim@ Facie*, João Pessoa, V. 10, p. 86-107, 2011.

PIMENTA, João Augusto Mattos. *Para a remodelação do Rio de Janeiro, discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1926. Apud VALLADARES, Lícia Prado. *A invenção das favelas: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PIPER, Isabel; CALVEIRO, Pilar. Políticas del miedo. Violencias y resistencias. *Athena Digital* – 15(4): 3-9 (diciembre, 2015). Disponível em:

<<https://atheneadigital.net/article/view/v15-n4-piper-calveiro>>. Acesso em: 03 de fev. de 2021.

PONTES, Bruna. O normal questionado: processos (micropolíticos) para pensar a normalização dos sujeitos no espaço escolar. In.; RIBETTO, Anelice., org. *Professores formados na FFP/UERJ e inclusão: entre políticas, práticas e poéticas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

RIBEIRO, Paula de Melo. Empreendedorismo de si e capitalização da vida: das engrenagens do tempo de produção à resistência do homem lento. *Mnemosine* Vol.14, nº2, p. 139-160 (2018). Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ.

REIS, Érika Figueiredo. *O que se quer quando se pede por justiça? Sobre o Espírito de Vingança e a atualidade do Homem do Ressentimento*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2013.

ROCHA, Luciane de Oliveira. *Outrage Mothering: black women, racial violence, and power of emotions in Rio de Janeiro's African Diaspora*. [S.I.]: PhD Dissertation. University of Texas-Austin., 2014.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In.: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Nunca fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 137-204.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social* / Jean-Jacques Rousseau; [tradução Ana Resende]. – São Paulo: Martin Claret, 2013.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*/ Eder S. Sader. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. O Brasil e sua engenharia da indiferença. *El País*. Jul de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-07-02/o-brasil-e-sua-engenharia-da-indiferenca.html>>. Acesso em: 23 de mar de 2021.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. 3.ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 16).

SANTOS, Raul de Paiva. Há perigo na esquina: reflexões sobre deficiência e políticas públicas. *Jornal da USP*. Dez de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/ha-perigo-na-esquina-reflexoes-sobre-deficiencia-e-politicas-publicas/>>. Acesso em: 30 de abr. de 2021.

SARDINHA, Diogo. *Michel Foucault e as insurreições*. Curso ministrado no SESC Florianópolis nos dias 02-03 de outubro de 2018.

SCHEINVAR, Estela. A indústria da insegurança e a venda da segurança. *Psicol. estud.* [online]. 2014b, vol.19, n.3, pp.481-490. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722014000300013&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SCHEINVAR, Estela. DERECHOS, ¿PARA QUÉ HUMANOS? control biopolítico y prácticas de derechos humanos. *II Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales*. FLACSO, MÉXICO 2010.

SCHEINVAR, Estela. O conselho tutelar como dispositivo de governo. In: I Colóquio Nacional Michel Foucault: educação, filosofia, história - transversais, 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/estela/conselhotutelarcomodispositivodogoverno.pdf>>. Acesso em 19 set. 2019.

SCHEINVAR, Estela. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.

SCHEINVAR, Estela. Uma leitura "no fio da navalha". *Ecopolítica*, [S.l.], n. 8, maio 2014a. ISSN 2316-2600. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/19464>>. Acesso em: 03 set. 2019.

SILVA, Michelly Ferreira da. *Que tiro foi esse? O medo na favela como ele é*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2021.

TELES, Edson. Sujeito racial, governo de corpos e branquitude. In: AIRES, Suely; RODRIGUES, Carla. Dossiê: a leitura de Achille Mbembe no Brasil. *Cult*, ed. 240, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-leitura-de-achille-mbembe-no-brasil/>. Acesso em 13 dez. 2020.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela. Do Mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WACQUANT, Loic. (org.) *Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada*. Tradução: João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001. 204p.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 41.